

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Paulo Cezar Razuk

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216

ALFAD5

Alfa	São Paulo	v. 48	n.1	p. 1-144	2004
------	-----------	-------	-----	----------	------

ALFA – Revista de Linguística
Departamento de Linguística – FCL – UNESP/Ar.
Rodovia Araraquara – Jauú, Km 1
CEP 14900-901 – Araraquara – SP
<http://www.fclar.unesp.br/publi/revista/alfa.htm>
revistaalfa@fclar.unesp.br

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Cristina Carneiro Rodrigues
João Batista Toledo Prado
Marco Antonio Domingues Sant'Anna
Renata Coelho Marchezan
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Sílvia Dinucci Fernandes

Editora responsável

Renata Coelho Marchezan
Sílvia Dinucci Fernandes

Assessoria Técnica

Ana Cristina Jorge

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão dos Abstracts

Bento Carlos Dias-da-Silva

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Bento Carlos Dias-da-Silva (UNESP), Christian Hudiclot (LEAPLE-CNRS), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailat Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (Unicamp), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Junior (USP), João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), Laurent Danon-Boileau (Université René Descartes - Paris V), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar-Cabral (UFSC), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFU), Maria Aparecida Caltabiano M. B. da Silva (PUC-SP), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaurre (Unicamp), Maria Celeste Consolin Dezotti (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP), Maria Luíza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda de Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvaria Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sílvia Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral / Bi-annual publication

Solicita-se permuta / Exchange desired

ALFA: Revista de Linguística / Universidade Estadual Paulista – Vol. 1 (1962) – Vol. 23 (1977) ; Vol. 24 (1980) – São Paulo, Fundação Editora da UNESP 1962-1977; 1980 –

Semestral
Publicação suspensa de 1978-1979
Publica números especiais
ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA - Revista Linguística são indexados por:

The articles published in ALFA - Revista Linguística are indexed by

Banco de dados DARE - Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D1A; Articles; BLL; Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB; Bibliography of Linguistic Literature Database; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação; CENP - SP; Clase-Och-Unam; Francis Database; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts

APRESENTAÇÃO

Os resumos, que introduzem artigos nos periódicos científicos, caracterizam de maneira condensada essa prática discursiva; põem em evidência os gestos realizados nos textos expandidos. Trata-se, comumente, e também nos artigos aqui publicados, de descrever, explicar, propor, apresentar, concluir, definir, analisar, verificar, refletir sobre, demonstrar, discutir, examinar. São ações que se articulam a outras, revolvem posicionamentos anteriores; e, assim, compõem o debate atual, preparam futuros desdobramentos, permitem um desenvolvimento contínuo das reflexões.

Neste número da *ALFA-Revista de Lingüística*, esses gestos têm lugar em diferentes domínios da reflexão e do tratamento da língua, da linguagem. Acompanhando-os, no artigo "Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico e latitude funcional", de Carlos Alexandre Gonçalves, encontramos, na interface Morfologia-Fonologia, na Morfologia prosódica, a explicação das regularidades dos processos de formação de palavras não-concatenativos, que replica, mesmo no contexto da língua portuguesa de morfologia predominantemente aglutinativa, o argumento da idiosincrasia, da irregularidade para esses processos. Com "Encontros vocálicos em português arcaico: uma interpretação fonológica", de Fernanda Elias Zucarelli, vamos nos situar nos domínios da Fonologia não-linear, para, a partir da métrica das cantigas medievais, buscar a interpretação dos encontros vocálicos do Português Arcaico. "A não delimitação de subgrupos via adjetivos avaliativos", de Albano Dalla Pria, convida-nos a problematizar as classificações de adjetivos, em contexto sintagmático. Dois outros artigos, "Estratégias metacognitivas na busca pela compreensão de palavras desconhecidas em língua francesa", de Selma Alas Martins, e "Movimento de *mise en mots* e produção de metáforas face ao desenho", de Alessandra Del Ré, levam-nos ao âmbito da aquisição da linguagem, francesa e materna, respectivamente. O primeiro privilegia a abordagem cognitiva de estratégias de leitura, o segundo enfoca a dinâmica nomeação-sentido, no processo de aquisição da linguagem pelas crianças. Ana Lúcia Furquim de Campos, em "A pausa que refresca ... Tempo e espaço nas propagandas da Coca-Cola", fundamentando-se nas reflexões do Círculo de Bakhtin, apresenta-nos uma análise discursiva das propagandas da Coca-Cola. Com "Lingüística, tradução e literatura: observando a transformação pela arte", Adriana Zavaglia instala-nos na relação entre as áreas apontadas já no título, para transitarmos da tradução da arte à arte de traduzir. É também na confluência de domínios, o da Psicanálise lacaniana e o da Análise

do discurso, que o último artigo do número, – “A (diz!) ordem própria da língua”, de Newton Freire Murce Filho – busca contribuição epistemológica para debater a questão do objeto da lingüística.

Podemos tomar este exemplar da revista, de temática livre, como um microcosmo dos estudos atuais da língua e da linguagem, não tanto pela variedade dos lugares teórico-metodológicos, que nos oferece a percorrer, mas, principalmente, pela manifestação do que se mostra uma constante contemporânea: a tendência a operar com categorias mais extensas, a relacionar domínios e níveis de abstração lingüística.

Este número, portanto, reafirma o modo de ser e de fazer da revista, que, com o acolhimento e a divulgação de diferentes campos lingüísticos e perspectivas teóricas, se traduz em participação no desenvolvimento científico da área.

Para finalizar esta apresentação de mais um número da *ALFA-Revista de Lingüística* – uma das mais antigas da área e em pleno exercício de seu papel na pesquisa lingüística brasileira –, é oportuno registrar que se vislumbrou, no recente projeto central de organização das revistas da Universidade, um caminho sério e competente de institucionalização e profissionalização também da feitura da revista. A editora Profa. Silvia Dinucci Fernandes, a Comissão Editorial, a assessora técnica, Ana Cristina Jorge, e o revisor dos *abstracts*, Prof. Bento Dias-da-Silva, responderam, com qualidade, a tempo e gosto, a todas demandas requeridas. Resta-nos, neste momento, saudar a continuidade do processo central de atendimento e avaliação das revistas da Universidade.

Renata Coelho Marchezan

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico latitude funcional
Non-concatenative morphological processes in Brazilian Portuguese: form and meaning
Carlos Alexandre Gonçalves..... 9
 - Encontros vocálicos em português arcaico: uma interpretação fonológica
Vowel sequences in medieval portuguese: their phonological status
Fernanda Elias Zucarelli.....29
 - A não delimitação de subgrupo via adjetivos avaliativos
The non-delimitation of subgroups via evaluating adjectives
Albano Dalla Pria49
 - Estratégias metacognitivas na busca pela compreensão de palavras desconhecidas em língua francesa
Metacognitive strategies for grasping unknown french words
Selma Alas Martins61
 - Movimento de *mise em mots* e produção de metáforas face ao desenho
Children's *mise en mots* activity and metaphor expression before their own drawings
Alessandra Del Ré.....73
 - A pausa que refresca... Tempo e espaço nas propagandas da Coca-Cola
The refreshing pause ... space and time in coca-cola's advertising
Ana Lúcia Furquim de Campos83
 - Linguística, tradução e literatura: observando a transformação pela arte
Linguistics, translation and literature: observing the transformation through art
Adriana Zavaglia99
 - A (diz!) ordem própria da língua
The unique language (dis)order
Newton Freire Murce Filho.....119
- ÍNDICE DE ASSUNTOS.....135
SUBJECT INDEX.....137
ÍNDICE DE AUTORES / AUTHOR INDEX.....139

PROCESSOS MORFOLÓGICOS NÃO-CONCATENATIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: FORMATO MORFOPROSÓDICO E LATITUDE FUNCIONAL

Carlos Alexandre GONÇALVES¹

- RESUMO: Estudo dos processos não-concatenativos do português brasileiro, com base na Morfologia Prosódica (McCARATHY, 1981, 1986). Descrição do formato morfoprosódico da Reduplicação, do Truncamento, da Hipocorização e do Blend Lexical.
- PALAVRAS-CHAVE: Morfologia não-concatenativa; interface fonologia-morfologia; morfologia prosódica.

Introdução

O objetivo deste texto é mostrar que o português, apesar de ser uma língua de Morfologia predominantemente aglutinativa, também faz uso de processos não-concatenativos (McCARATHY, 1981) para ampliar seu vocabulário ou para expressar carga emocional variada. Proponho que essas operações morfofonológicas sejam distribuídas em três grupos: (a) Processos de Afixação Não-Linear (Reduplicação), (b) de Encurtamento (Truncamento e Hipocorização) e (c) de Fusão (Mesclagem Lexical e Siglagem).

Não descritos de forma sistemática em nossa língua e interpretados como irregulares pela maior parte dos estudiosos que lhes dedicaram alguma atenção (ROCHA, 1998; FREITAS, 1998; LAROCA, 1994; SANDMANN, 1990; BASÍLIO, 1987), processos não-concatenativos encontram guarita em abordagens não-lineares, como a Morfologia Prosódica (McCARATHY, 1986; McCARTHY ; PRINCE, 1990), e podem ser considerados circunscritos (LACY, 1999): inteiramente desprovidos de conteúdo subjacente, têm materialização segmental resultante da delimitação de um domínio sobre a(s) base(s) e tamanho determinado por restrições sobre a forma prosódica.

Na história da Morfologia, processos não-concatenativos – os “mal-comportados da formação de palavras” por não se ajustarem bem ao modelo Item-e-Arranjo (JENSEN, 1991, p.74) – foram diretamente responsáveis pelo esvaziamento da noção de morfema, que de “coisa” também passou a ser interpretado como “regra”. A razão desse mal-comportamento, mostra Spencer (1991, p. 133), repousa no fato de tais operações não constituírem “morfologia pura, mas morfologia que requer acesso a informações prosódicas”, resultando da integração de primitivos morfológicos (radical, afixo) com primitivos prosódicos (mora, pé).

Com o advento das Fonologias Não-Lineares, operações não processadas pela adjunção sintagmática de morfemas foram progressivamente ganhando destaque,

¹ Doutor em Linguística pela UFRJ, com Pós-Doutoramento na UNICAMP, professor Adjunto III de Língua Portuguesa (UFRJ) e Pesquisador-Bolsista do CNPq, Departamento de Letras Vernáculas - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - 20.711-050 - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: carlexandre@bol.com.br

passando de Morfologia-fundo à Morfologia-figura. Desde McCarthy (1981) – abordagem pioneira sobre a infixação em árabe a partir do padrão CCC de raízes –, vem crescendo o interesse por processos não-concatenativos: diversas análises sobre Reduplicação, Infixação e *Ablaut* proporcionaram o rápido desenvolvimento da Morfologia Prosódica (McCARTHY, 1986) e, nos dias de hoje, operações desse tipo são de interesse central na chamada Teoria da Correspondência (McCARTHY; PRINCE, 1995), uma extensão da Teoria da Otimalidade aplicada à Morfologia (BENUA, 1995).

Pesquisas sobre fenômenos não-aglutinativos são vitais para a consolidação da Teoria da Correspondência, cuja relevância vem sendo questionada nos últimos anos (HALE; KISSOCK; REISS, 2000 ; WALTHER, 2001). Está sendo posta em xeque a co-existência de vários conjuntos de restrições de fidelidade numa Gramática – Input-Output (McCARTHY; PRINCE, 1993), Output-Output (FUKAZAWA, 1997), Base-Reduplicante (McCARTHY; PRINCE, 1995) e Base-Truncamento (BENUA, 1995). Para resolver esse impasse, processos de cópia, como os analisados neste texto, vêm emergindo da obscuridade e ocupando lugar de destaque na Lingüística contemporânea.

No presente artigo, além de salientar que a morfologia portuguesa não se organiza unicamente pela sucessão linear de formativos, busco: (1) mapear as estratégias não-aglutinativas utilizadas com função lexical ou expressiva no português brasileiro; (2) mostrar como elas se manifestam em nossa língua; (3) apresentar os dispositivos morfo-prosódicos ativados por elas; e, por fim, (4) argumentar em favor do reconhecimento de três tipos básicos de processos – os de Afixação Não-Linear, os de Encurtamento e os de Fusão.

Esta abordagem, que deve ser interpretada como descritiva, não propõe uma análise dos fenômenos à luz da Teoria da Correspondência, o que é feito em Gonçalves (em preparação). Com o intuito de refutar a idéia de que as construções aqui examinadas são “imprevisíveis” (SANDMANN, 1990), “não-suscetíveis de formalização” (LAROCCA, 1994) ou mesmo “processos marginais de formação de palavras” (ALVES, 1990), utilizo a Morfologia Prosódica (McCARTHY; PRINCE, 1990) para iniciar uma descrição da contraparte não-concatenativa da Morfologia portuguesa.

O texto aparece estruturado da seguinte maneira: na seção 1, listo e exemplifico os processos que considero não-aglutinativos em português, com ênfase em sua latitude funcional. Na seção seguinte, destaco as semelhanças e as diferenças entre eles, analisando o formato morfológico de cada um. Por fim, elenco as principais conclusões do trabalho, apresentando as motivações que me levaram a distribuir as operações nos grupos acima mencionados.

Processos não-lineares do português brasileiro

Estudos sobre o português, tradicionalmente alicerçados na noção de “item”, tendem a conceber a Morfologia como um módulo sintagmaticamente determinado pelo encadeamento de formativos. Sem dúvida alguma, o português é uma língua que se ajusta bem a uma descrição que isola entidades morfológicas, uma vez que a grande maioria das operações é, de fato, aglutinativa. Flexão (feliz-

es), Sufixação (pagod-eiro), Prefixação (in-certo), Composição (puxa-saco) e Circunfixação (des-alm-ado) são processos que se manifestam pela concatenação de afixos ou de radicais, de modo que há condições ótimas para a isolabilidade de morfemas.

No entanto, há processos que, mesmo considerados marginais, dão mostras de que o português, sobretudo o brasileiro, também faz uso de expedientes morfoprosódicos para formar uma nova palavra ou para externar o ponto-de-vista do falante a respeito de algo ou alguém². Esses processos são os seguintes:

Reduplicação

Em Couto (1999), encontra-se uma coleção de processos de reduplicação utilizados no português do Brasil. Dessa lista, duas operações são particularmente produtivas: (i) a cópia da sílaba tônica de prenomes para formar hipocorísticos (primeira coluna de 01) e (ii) a reprodução de todos os elementos de um verbo para formar um substantivo, na grande maioria das vezes lexicalizado (segunda coluna).

(01) Fátima > Fafá	Puxa-puxa	'doce'
Angélica > Gegé	Bate-bate	'carrinho de autopista'
Carlos > Cacá	Pega-pegá	'brincadeira infantil'
Barnabé > Bebé	Lambe-lambe	'máquina fotográfica'
André > Dedé	Pula-pula	'brinquedo de parque de diversão'

Por copiar segmentos de uma base, o reduplicante não apresenta conteúdo segmental. Dessa maneira, o morfema reduplicativo pode ser considerado subespecificado, codificando nada além de uma representação prosódica. Embora envolvam reduplicação, os dados de (01) diferem em vários aspectos. A primeira coluna exemplifica casos de cópia parcial (apenas parte da base é reproduzida), enquanto a segunda ilustra casos de cópia total (a palavra é reduplicada por inteiro). Além disso, a circunscrição – procedimento analítico que delimita um domínio prosódico sobre bases (McCARTHY, 1991) – funciona como um alvo para o qual segmentos melódicos são mapeados, na segunda coluna: o reduplicante é anexado à palavra-matriz. Nos hipocorísticos, ao contrário, a circunscrição funciona como um delimitador que efetivamente reduz a base ao tamanho de uma sílaba, que será posteriormente reduplicada.

Do ponto-de-vista semântico, a reduplicação que caracteriza os dados da primeira coluna deve ser vista não como processo que forma nova unidade lexical, uma vez que hipocorísticos e antropônimos diferem unicamente quanto ao valor estilístico/contextual, funcionando, na verdade, como sinônimos. No caso dos verbos, há função sintática (mudança de classe) e, muitas vezes, o substantivo

² De acordo com Rio-Torto (1998), processos como a Mesclagem lexical ('chafé') e o Truncamento ('vagaba') não têm qualquer paralelo no português europeu. Em Araújo (2000), encontra-se uma discussão pormenorizada das diferenças entre a morfologia do PB e do PE. Em linhas gerais, as duas variedades dispõem de um conjunto nuclear de regras de formação de palavras, mas "o PB lança mão de recursos ausentes na Gramática do PE" (Araújo, op. cit., p.9). Ao que tudo indica, os processos não-concatenativos estão na base das diferenças entre as duas variantes.

sinaliza uma ação continuamente repetida, como se vê em (02), o que nos leva a interpretar a Reduplicação como um morfema aspectual de iteratividade, seguindo Araújo (2000).

(02)	corre-corre	pinga-pinga
	coça-coça	empurra-empurra
	beija-beija	agarra-agarra
	raspa-raspa	roça-roça

Hipocorização

De acordo com Gonçalves (2001, p. 1), Hipocorização é o processo pelo qual nomes próprios são abreviados afetivamente, “resultando numa forma diminuta que mantém identidade com o prenome ou com o sobrenome original”. Hipocorísticos devem ser interpretados, pois, como apelidos. Se, por um lado, hipocorísticos são apelidos, por outro apelidos não são, necessariamente, hipocorísticos. Em outras palavras, a seta que relaciona esses dois conceitos não é bidirecional, uma vez que apelido, na qualidade de hiperônimo, é, nas palavras de Monteiro (1987, p.187), “termo geral de que os hipocorísticos constituem espécie”.

Para haver Hipocorização, é necessário que o termo afetivo apresente relação de correspondência com o prenome (GONÇALVES, 2001), isto é, deve haver fidelidade suficiente para que o antropônimo seja rastreado. Dessa maneira, ‘Chico’ é hipocorístico de ‘Francisco’, mas não ‘Quino’, analisado apenas como apelido.

Em Gonçalves (2001), apresenta-se uma lista de sistemas de Hipocorização encontrados no português do Brasil. O modelo *default*, exemplificado em (03), preserva o acento lexical das palavras-matrizes, escaneando, da direita para a esquerda, um troqueu moraic. Se a sílaba final apresentar coda, o pé será monossilábico (coluna 1). Caso contrário, o troqueu será constituído de duas sílabas leves (coluna 2).

(03)	Raquel > Quel	Felipe > Lipe
	Irineu > Neu	Marilena > Lena
	Miguel > Guel	Leopoldo > Poido
	Marimar > Mar	Augusto > Guto
	Marissol > Sol	Fernando > Nando

Com função de atitude subjetiva (BASÍLIO, 1987), a Hipocorização não leva à formação de uma nova palavra, não apresentando, portanto, função lexical. Por seu caráter essencialmente afetivo, esse processo se assemelha à linguagem infantil, fazendo emergir formas não-marcadas (McCARTHY; PRINCE, 1994).

Truncamento

Formações truncadas (04) sinalizam o impacto pragmático do falante em relação

ao enunciado, ao referente ou ao interlocutor. Dessa maneira, o Truncamento³ pode ser concebido como recurso morfológico de natureza expressiva, estando relacionado, portanto, à modalização apreciativa (LOURES, 2000), através da qual o locutor imprime sua marca ao enunciado, inscrevendo-se, explícita ou implicitamente, na mensagem.

(04) delega (delegado)	salafra (salafrário)	Maraca (Maracanã)
sapa (sapatão)	analfa (analfabeto)	estranja (estrangeiro)
cerva (cerveja)	gurja (gorjeta)	vagaba (vagabunda)

Como não há distanciamento de significado entre a parte (a forma reduzida) e o todo (a palavra-matriz), pode-se dizer que o Truncamento não apresenta função lexical. De fato, formas como 'comuna' (por comunista) e 'batera' (por baterista) não têm por finalidade a nomeação e/ou a caracterização de seres, eventos ou estados. Tais construções têm a função de adequar a idéia contida no item lexical "às necessidades de utilização daquela idéia – ou daquele item – para a formação de um tipo específico de enunciado" (BASÍLIO, 1987: 66). Em linhas gerais, formações truncadas são responsáveis pela expressão do pejorativo, revelando o ponto-de-vista do falante sobre o que diz, chamando atenção de seu interlocutor para algo avaliado negativamente.

Como se vê em (04), o Truncamento reproduz parte da base, mas também se manifesta pelo acréscimo de uma vogal final nem sempre existente na palavra-matriz ('vestiba', por 'vestibular', 'estranja', por 'estrangeiro', e 'sarja', por 'sargento'). A vogal -a funciona, pois, como uma espécie de afixo de Truncamento, que, por isso, pode ser considerado processo simultaneamente não-concatenativo (cópia) e aglutinativo (acréscimo de vogal final).

Mesclagem lexical

Também chamados de Cruzamentos Vocabulares (SANDMANN, 1990; SILVEIRA, 2002), Palavras-Valise (ALVES, 1990) e Misturas (SÂNDALO, 2001), Mesclas Lexicais são formas criadas pela junção de duas palavras já existentes na língua, como se vê em (05). Diferentes dos compostos, que tendem a preservar o conteúdo segmental das bases ('porta-luvas' e 'bóia-fria'), Mesclas são caracterizadas pela interseção de palavras, de modo que é impossível recuperar, através de processos fonológicos como crase, elisão e haplologia, as seqüências perdidas.

(05) chafé (chá + café)	sacolé (saco + picolé)
gayroto (gay + garoto)	cariúcho (carioca + gaúcho)
cantriz (cantora + atriz)	psicogélico (psicólogo + evangélico)
matel (mato + motel)	apartamento (apartamento + aperto)

³Redução Vocabular (ALVES, 1990), Abreviação (SANDMANN, 1990), Braquissemia (MONTEIRO, 1987) e Retroformação (SÂNDALO, 2001) são variações terminológicas usadas para descrever esse processo de formação de palavras que, ao contrário da prefixação e da sufixação, consiste na diminuição do corpo fônico da palavra derivante.

Como assinala Silveira (2002), a Mesclagem, na grande maioria dos casos, sinaliza o ponto-de-vista do emissor em relação ao objeto do enunciado, como em 'tristemunho' ('testemunho' + 'triste'), que externaliza a opinião do falante sobre o testemunho, considerado difícil, penoso ou custoso. A pejoratividade é, sem dúvida, o caso por excelência da expressão subjetiva do falante (BASÍLIO, 1987). É nesse campo que as Mesclas encontram seu maior potencial de uso, revelando intenção depreciativa do emissor, como ocorre em 'crilouro' (negro que se faz passar por louro, tingindo os cabelos), 'vagaranha' (prostituta em excesso) e 'Chattoso' (Mattoso Camara Jr., por sua obra, considerada "chata" pelos alunos da Fac. de Letras da UFRJ).

A Mesclagem, além de apresentar função discursiva, também pode ser usada para formar novas unidades lexicais, a exemplo do que ocorre com as já dicionarizadas 'sacolé' (um tipo especial de picolé, em forma de saco) e 'portunhol' (mistura de português com espanhol). Assim, esse tipo de processo, ao contrário do Truncamento e da Hipocorização, também apresenta função lexical, servindo para rotular e/ou caracterizar seres, eventos ou estados.

Condições prosódicas devem ser satisfeitas no molde das Mesclas, de modo que o processo não é arbitrário, mas regido sobretudo pela semelhança fônica entre as bases, como destacarei na seção seguinte. A sistematicidade dessa operação só pode ser observada na interação Morfologia-Prosódia, o que difere Mesclagem de Composição, fazendo do primeiro uma operação circunscritiva e do segundo um processo aglutinativo.

Siglagem

Siglagem, Redução Sintagmática (LAROCA, 1994), Acrônimo (MONTEIRO, 1987) e Abreviação (SANDMANN, 1990) são termos que fazem referência a um processo que consiste na combinação das iniciais de um nome composto ou de uma expressão. Os dados de (06) evidenciam que o segmento inicial pode ser um som ou uma sílaba.

- (1) CUT (Central Única dos Trabalhadores)
BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro)
EMBRATEL (Empresa Brasileira de telecomunicações)
PT (Partido dos Trabalhados)
CDF (Cabeça de Ferro)

Uma vez criados e difundidos, os acrônimos passam a ter autonomia em relação ao sintagma que lhes deu origem. Muitas vezes, o falante, apesar de reconhecer o significado do acrônimo, não consegue rastrear a expressão original, analisando a sigla como palavra primitiva. Sendo passíveis de receber afixos, como em (07), acrônimos podem formar derivados, o que comprova ser a Siglagem um processo em que predomina a função lexical.

- (07) PT – petista, pró-PT, petice, petismo
AIDS – aidético, anti-AIDS
MOBRAL – mobralense, pré-Mobral
UFO – ufólogo, ufologia

O distanciamento das formas de base advém da pequena relação de identidade entre a sigla e a expressão, uma vez que apenas a seqüência inicial é copiada. Em decorrência, é grande a probabilidade de o acrônimo suplantarem de vez o sintagma-base, a exemplo do que vem ocorrendo com CPF (abreviação de 'Cadastro de Pessoas Físicas'), que já não mantém qualquer relação de correspondência com a expressão que lhe deu origem.

Na próxima seção, procuro mapear as semelhanças e as diferenças entre as operações ora apresentadas. Para tanto, proponho um formato morfo-prosódico para cada uma, utilizando a circunscrição – procedimento amplamente difundido no paradigma da Morfologia Prosódica (M^{AC}CARTHY; PRINCE, 1990).

Sobre o formato morfo-prosódico dos processos

Os processos listados e exemplificados ao longo da seção 1 são considerados não-concatenativos pela falta de encadeamento. De fato, as bases não são modificadas pelo acréscimo de afixos, palavras ou radicais, como nas operações aglutinativas. Ao contrário, são delimitadas por um restritor que efetivamente controla seu tamanho. Embora seja responsável pelo *status* não-linear dos processos, é esse restritor que particulariza cada uma das operações aqui examinadas.

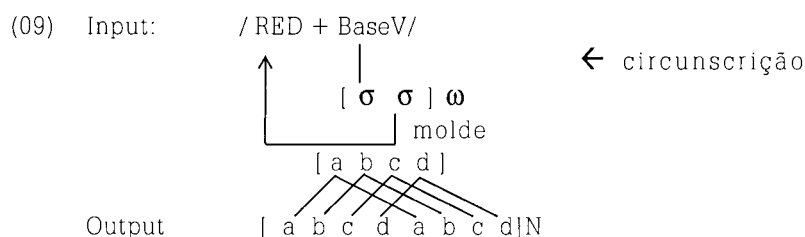
O formato da reduplicação

Diferente dos outros processos, a Reduplicação pode ser considerada “um tipo “diferente” de afixação” (STRUJKE, 2000, p.2, grifo nosso), pois o reduplicante é linearmente ligado à forma projetada para o molde, via circunscrição prosódica (M^{AC}CARTHY; PRINCE, 1995). Nos exemplos listados em (01), não há como decidir se a porção reduplicada é preposta ou posposta à base, uma vez que a cópia é total: nos hipocorísticos, a sílaba CV é inteiramente reproduzida, enquanto na nominalização todo o verbo sofre redobro.

Na nominalização, a base é a 3^a pessoa do singular do presente, uma forma neutra do ponto-de-vista cognitivo (BYBEE, 1985; GÉHARDT, 2001). Os dados de (08) evidenciam que não há qualquer tipo de modificação estrutural em relação à base – um dissílabo paroxítono sem coda. Estruturas menos marcadas constituem tendência nesse tipo de Reduplicação, uma vez que o processo opera unicamente com formas verbais cuja 3^a pessoa termine em vogal (segunda coluna de 08).

- | | |
|------------------|----------------|
| (08) pisca-pisca | *retém-retém |
| bole-bole | *advém-advém |
| pinga-pinga | *quer-quer |
| raspa-raspa | *corrói-corrói |

Como a presença de um elemento em coda – uma nasal não-especificada para ponto, uma vibrante ou uma semivogal anterior – bloqueia a operação e a maioria esmagadora das bases vem a ser um dissílabo paroxítono⁴, é possível admitir que a circunscrição escaneia toda a palavra prosódica para formar o substantivo deverbal reduplicativo. O mecanismo derivacional se processa como em (09) a seguir. O *input* inclui a base verbal e o morfema reduplicativo, que, na representação abaixo, aparece como prefixo, muito embora essa escolha seja arbitrária (STRUJKE, 2000). A circunscrição delimita a própria base (uma palavra prosódica – ω), pois todos os segmentos do verbo apresentam correspondente no reduplicante.



Em (09), a circunscrição modela uma palavra prosódica (ω), cujo conteúdo segmental será inteiramente copiado por RED. As linhas de correspondência que relacionam o “recheio” do molde com o *output* evidenciam total identidade entre base e reduplicante, de modo que não há qualquer discrepância – nem mesmo de traços – entre esses elementos. Como se vê, a Reduplicação de formas verbais realmente pode ser definida como um tipo de afixação, tanto do ponto-de-vista morfosintático (por envolver mudança de classe e por veicular o conteúdo ‘iteratividade’), quanto do ponto-de-vista da posição em relação à base.

De acordo com McCarthy e Prince (1995), reduplicantes tendem a apresentar estruturas fonologicamente não-marcadas, levando-se em conta o leque de possibilidades fonotáticas da língua⁵. Com base nos dados de (08), podemos afirmar que a Reduplicação bane sílabas finais travadas, em favor de abertas, e incide basicamente em pés binários com cabeça à esquerda. Estruturas ‘CV.CV – as que emergem na formação de substantivos deverbais reduplicativos – são indiscutivelmente ótimas em português: nenhuma outra forma da língua pode ser menos

⁴As poucas formas monossilábicas (‘cai-cai’) e trissilábicas (‘agarra-agarra’ e ‘esconde-esconde’) fogem à generalização e constituem problema marginal nessa análise. De qualquer forma, levando em conta os resultados de Araújo (2000), 90% dos casos de reduplicação em verbos incidem em bases dissilábicas.

⁵Em outras palavras, reduplicantes tendem a manifestar apenas um sub-conjunto de opções fonotáticas permitidas pela língua. A expressão “emergência do não-marcado” (McCarthy, Prince, 1994) explicita a idéia de que línguas desenvolvem estruturas não-marcadas nos contextos em que a influência da fidelidade não é tão imperativa.

Nas formas verbais, a circunscrição faz um mapeamento completo da base e leva para um alvo (o molde) todos os segmentos utilizados por RED. Em (11), ao contrário, Condições de Minimalidade atuam no *input* (prenome), gerando um *output* (molde), que, por sua vez, passa a ser o *input* sobre o qual atuarão as Condições de Boa-Formação Silábica formuladas em (12) a seguir. É nesse momento da derivação que aparece RED, cuja tarefa é reproduzir a base por completo, levando ao *output* final.

(12) **Condições sobre o molde:** A sílaba do molde deve apresentar o formato CV, de modo que não são permitidos *onsets* complexos ou codas.

Pela representação precedente (11), somos forçados a interpretar o processo como transderivacional (McCARTHY; PRINCE, 1990), uma vez que há necessidade de um nível intermediário entre base e produto: o molde é a forma gerada pela circunscrição, mas também a forma (1) a ser regulada pelas Condições de Marcação e (2) sobre a qual atua o morfema reduplicativo.

Concluindo, a Reduplicação, apesar de circunscritiva, envolve afixação. Essa afixação é “diferente”, nos termos de Struijke (2000), porque não possui o esqueleto CV e a melodia fonêmica. O reduplicante, por não apresentar especificação segmental, toma emprestado da base todos os seus elementos, incluindo a estrutura silábica e a estrutura melódica.

O formato do truncamento e da hipocorização

O Truncamento e a Hipocorização se assemelham por promoverem diminuição no corpo fônico da palavra-matriz, mas não podem ser considerados afixação, no sentido estrito do termo, pelo fato de a porção copiada não se adjungir ao molde. Diferentes da Reduplicação, esses processos “**separam** uma seqüência da base” (CABRÉ, 1994, p.4, grifo nosso), mas são bastante diferentes em forma e em função, de modo que não considero a Hipocorização um tipo de Truncamento, como sugerem, entre outros, Colina (1996) e Piñeros (2000).

Do ponto-de-vista morfoprosódico, quatro são as diferenças entre Truncamento e Hipocorização: (a) a (não)formação de palavras mínimas, (b) a (não)superficialização de estruturas marcadas, (c) a (não)existência de afixo de redução e, por fim, (d) o tipo de circunscrição utilizado no processo (positiva ou negativa).

Em primeiro lugar, a Hipocorização *default* (GONÇALVES, 2001)⁷ sempre isola uma palavra mínima na língua, de modo que o hipocorístico nunca extrapola o limite de duas sílabas (coluna 1, de 13). O Truncamento, ao contrário, tende a formar trissílabos (coluna 2).

⁷ Para Gonçalves (2001), esse sistema de Hipocorização é o acionado primeiramente. Restrições prosódicas (ausência de *onset* na penúltima sílaba ou estruturas silábicas mais complexas) podem levar aos demais sistemas (Reduplicação à esquerda ('Dudu', de 'Eduardo', e 'Lelé', de Leandro) ou à direita da base ('Dedé', de 'André', e 'Teteu', de 'Mateus') e parsing à esquerda ('Edu', de 'Eduardo', e 'Rafa', de 'Rafael')).

- | | | |
|------|-----------------|----------------------|
| (13) | Augusto > Guto | Delegado > Delega |
| | Filomena > Mena | Salafrário > Salaфра |
| | Irineu > Neu | Baterista > Batera |
| | Isabel > Bel | Vagabunda > Vagaba |
| | Fabrcio > Biço | Comunista > Comuna |
| | Débora > Deba | Marginal > Margina |

O processo de Hipocorização se inicia com a definição de um domínio sobre a palavra-matriz. Dois parâmetros regem essa delimitação: (a) o do pé (a formação de um troqueu moraico – ([$\mu\mu$])) e (b) o da direcionalidade (da direita para a esquerda do antropônimo – $E \leftarrow D \#\#$). Esses parâmetros definem a circunscrição positiva, já que o conteúdo segmental descartado é o que fica fora desse domínio (McCARTHY; PRINCE, 1990). Portanto, o material que aparece no hipocorístico é exatamente aquele rastreado pela circunscrição prosódica, que atua no sentido de isolar uma palavra mínima: um troqueu moraico é copiado do domínio-fonte (a palavra-matriz) para o domínio-alvo (o molde). Vejam-se mais dados em (14):

- | | | | |
|------|-----------------|---------------|--------------------|
| (14) | Felipe > Lípe | Raquel > Quél | Alexandre > Xánde |
| | Antônio > Tónho | Isabel > Bél | Edivaldo > Váldo |
| | Augusto > Gúto | Marimar > Már | Fernando > Nándo |
| | Filomena > Ména | Nicolau > Láu | Reginaldo > Nálido |
| | Roberto > Béto | Miguel > Guél | Rosimeire > Méire |

A vogal tônica do pé mais à direita constitui a primeira mora do troqueu. Havendo coda ou ditongo pesado (BISOL, 1989) na sílaba final, o troqueu será monossilábico, como em 'Quel' ('Raquel') e 'Lau' ('Nicolau'). Se não houver ramificação no núcleo ou na rima da sílaba final, ao contrário, ter-se-á um troqueu dissilábico, como em 'Lene' ('Marilene') e 'Xande' ('Alexandre'). Os limites da circunscrição prosódica sempre coincidem com os limites da sílaba, pois (i) *onsets* nunca desgarram de suas rimas, (ii) núcleos não são apagados ou inseridos, (iii) nem codas são ressilabificadas. Em (15), aparece formalizado o procedimento da circunscrição prosódica. Tanto em 'Marilene' quanto em 'Raquel', a margem direita da base coincide com a margem direita da circunscrição prosódica e, conseqüentemente, com a margem direita do molde para a formação do hipocorístico. Da direita para a esquerda, forma-se um pé bimoraico, que separa a seqüência da base a ser utilizada na Hipocorização.

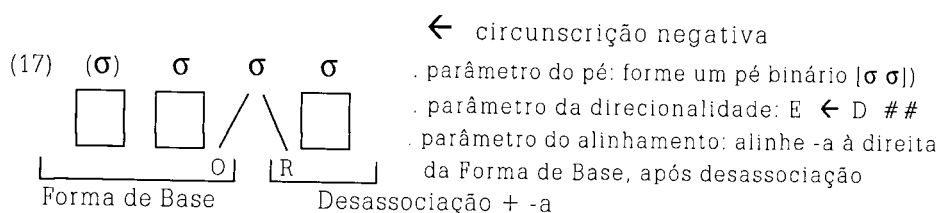
- | | | |
|------|-----------------------|-----------------------|
| (15) | Σ | Σ |
| | / \ | / \ |
| | μ μ | μ μ |
| | Ma. ri. [le. ne] | Ra. [qu e l] |
| | $E \leftarrow D \#\#$ | $E \leftarrow D \#\#$ |

No Truncamento, a circunscrição mapeia uma seqüência que não aparece-

rá na forma diminuta. Em outras palavras, a circunscrição é negativa, pois o conteúdo segmental fora do domínio é o que será aproveitado na forma truncada. Vejam-se os dados em (16), a seguir. Diferente da Hipocorização, o Truncamento não leva em conta o acento lexical da palavra-matriz e sempre forma paroxítonas, independentemente da pauta acentual da base.

- (16) japa (japonês) sapa (sapatão) trava (travesti)
 comuna (comunista) sarja (sargento) vagaba (vagabunda)
 frila (free-lancer) granfa(grã-fino) malcra (mal-criado)

Os dados de (16) revelam que o Truncamento opera de modo semelhante em nomes simples e em compostos que funcionam como unidade vocabular, do ponto-de-vista fonológico. Construções como 'granfa' e 'frila', originárias dos compostos 'grã-fino' e 'free-lancer', respectivamente, apresentam o mesmo comportamento de palavras como 'trava' e 'sarja', formadas a partir dos nomes simples 'travesti' e 'sargento', nesta ordem. Em todos os casos, forma-se um pé binário, da esquerda para a direita, do qual será aproveitado somente o primeiro *onset* que, alinhado à vogal -a, constituirá a última sílaba da palavra braquissemizada. Nesse sentido, a representação subjacente do Truncamento pode ser analisada como uma seqüência de sílabas vazias: a última é inteiramente dissociada e a penúltima tem sua coda descartada, sendo copiado somente o *onset* – seja ele simples, como em 'Maraca', ou complexo, como em 'salafra'. As sílabas anteriores (uma ou duas) constituirão parte da forma que servirá de base para a afixação de -a. Em termos de representação, teríamos o seguinte:



- Ex.: ba. te. r (is. ta) + -a = batera
 ves. ti. b (u. lar) + -a = vestiba
 fla. gr(an. te) + -a = flagra
 sa. p (a. tão) + -a = sapa

Essa análise preserva a idéia de que morfemas possuem representações subjacentes. Nesse sentido, formações truncadas seriam caracterizadas por uma representação subespecificada⁶, que consiste na preservação de todo o material fônico, da

⁶Tal procedimento analítico, conforme McCarthy (1986), consiste em omitir informações na representação subjacente, preenchidas mais tarde, com o propósito de se obter a representação de superfície. Dessa maneira, a presença de uma estrutura prosódica não-preenchida engatilharia um processo automático de cópia dos segmentos da base.

esquerda para a direita, até o *onset* do pé mais à direita do item derivante, incluindo-o, já que o material após esse *onset* é circunscrito negativamente. Esse padrão geral só é violado quando a penúltima sílaba da palavra-matriz não apresenta o ataque. Por exemplo, em 'confa', formado a partir de 'confiança', não são copiados os segmentos que imediatamente precedem o pé binário mais à direita da palavra. Ao contrário, esse pé é inteiramente descartado, fazendo com que a circunscrição avance para a esquerda e promova a cisão em 'fi' (con.f[i.an.ça] + -a). Dados como esse revelam que a sílaba final do Truncamento deve necessariamente apresentar *onset*, em decorrência da afixação de uma vogal.

Como se pode perceber, os dois fenômenos discutidos nesta sub-seção apresentam diferenças consideráveis. A Hipocorização forma palavras mínimas, leva em conta o acento lexical da base e não faz uso de qualquer tipo de afixo. Além disso, a circunscrição prosódica age positivamente, levando a porção rastreada a constituir o hipocorístico. O Truncamento, ao contrário, não forma palavras mínimas e é cego à pauta acentual da base. A circunscrição utilizada é a negativa, o que faz com que a seqüência mapeada seja descartada para fins de adjunção de um sufixo: a vogal -a. Outra diferença entre os processos são os efeitos de marcação, discutidos a seguir.

Por se assemelhar à linguagem infantil, no sentido de privilegiar Marcação sobre Fidelidade (GONÇALVES, 2001), a Hipocorização se sujeita a Condições de Boa-Formação Silábica, o que não acontece com o Truncamento. De fato, os exemplos de (18) mostram haver diferenças entre o material circunscrito e o que efetivamente aparece nos hipocorísticos. Estruturas silábicas menos complexas constituem tendência nesse tipo de formação, que privilegia sílabas destravadas (coluna 1), *onsets* simples (coluna 2), além de não se iniciarem por vogais (coluna 3).

(18)	Francisco > Chico	Alexandre > Xánde	Mariana > Nána
	Roberto > Beto	Euclides > Kíde	Joelma > Mélma
	Augusto > Guto	Gertrudes > Túde	Eduardo > Dado

Discrepâncias segmentais entre moldes e hipocorísticos devem ser entendidas como resultantes do papel desempenhado pelas Condições de Boa-Formação Silábica (11). Como os reduplicantes, também os hipocorísticos banem qualquer tipo de complexidade no *onset*, de modo que seqüências CC são sempre simplificadas. Nos truncamentos, há tolerância quanto à presença de ataques complexos, como se vê em (19). Dessa maneira, discordo de Araújo (2000), para quem o Truncamento é um tipo de processo morfológico em que emergem estruturas não-marcadas. No meu entender, o *slogan* "emergência do não-marcado" (McCARTHY; PRINCE, 1994) somente faz sentido nos casos de Reduplicação e Hipocorização. O Truncamento – que não necessariamente forma pés binários e sílabas abertas e não impede a presença de *onsets* complexos – é caracterizado por privilegiar Fidelidade sobre Marcação, sendo muito mais fiel à base, preservando uma seqüência da palavra-matriz que, levando em conta a ação da analogia (BASÍLIO, 1998), pode ser reinterpretada como raiz.

- (19) salafrário > salaфра free-lancer > frila
 flagrante > flagra mal-criado > malcra
 grã-fino > granfa estrangeiro > estranja

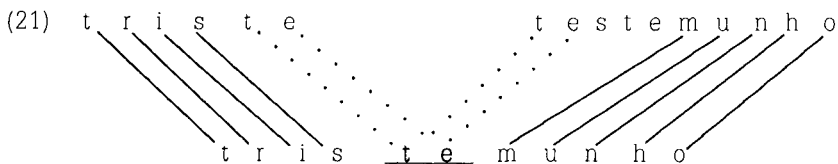
De fato, a supressão encontrada nos casos de Truncamento é sempre de uma seqüência fônica tomada como afixo⁹. Nas palavras de Basílio (1987, p. 38), tem-se esse processo "quando uma palavra é interpretada como sendo uma construção base + afixo e então o afixo é retirado para se formar uma outra palavra, constituída apenas da suposta base". A porção suprimida pode não apresentar qualquer *status* morfológico, não sendo, necessariamente, um sufixo ('vestibular', 'sap-atão', 'cerv-eja' e 'Marac-anã', entre outros). Do ponto-de-vista cognitivo, no entanto, é possível analisar o Truncamento como processo de reanálise (ALVES, 2002), sendo a circunscrição negativa interpretada como sufixo e o que resta, após a delimitação, como base. Tem-se, portanto, mais uma diferença, desta feita morfológica, entre Hipocorização e Truncamento.

O formato do Blend

Mesclas Lexicais têm sido interpretadas como uma subcategoria de compostos, uma vez que os morfemas que participam de sua formação são livres ou potencialmente livres (LAUBSTEIN, 1999; PIÑEROS, 2000; SANDMANN, 1990). Como morfemas livres equivalem a palavras morfológicas (MWds), admite-se que mesclas e compostos combinam MWds para gerar um novo lexema. Esse novo lexema, dessa forma, constitui uma MWd complexa, representada por MWd*, como em (20) a seguir:



Nos Blends, a combinação de palavras promove ruptura na ordem linear estrita por meio de um *overlapping*, que leva a uma correspondência de um-para-muitos entre forma de base e forma cruzada. Como resultado, uma das bases é realizada simultaneamente com uma parte da outra. Veja-se (21) abaixo:



⁹A grande maioria dos sufixos do português apresenta o mesmo formato da circunscrição negativa: um dissílabo iniciado por vogal que, com o *onset* da base, formará a penúltima sílaba da palavra derivada.

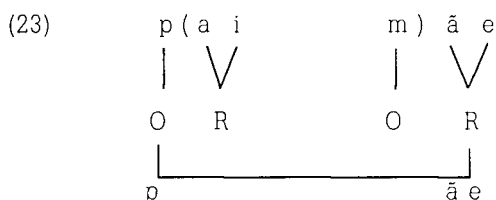
Em linhas gerais, Mesclas podem ser entendidas como “ a junção de dois vocábulos, sendo que o segundo é usado para completar uma parte do primeiro” (LAUBSTEIN, 1999, p.1); dessa forma, distinguem-se de criações analógicas (22), aqui interpretadas como substituições sublexicais, por envolverem a incorporação de uma palavra invasora na chamada palavra-alvo. A palavra-alvo (base) apresenta uma porção fonológica que coincide com a encontrada numa forma de livre-curso da língua. Em ‘macumba’, por exemplo, a seqüência ‘má’, que não apresenta qualquer *status* morfológico, é idêntica ao adjetivo ‘má’. A palavra invasora é projetada a partir dessa seqüência, levando consigo suas estruturas métrica e silábica. ‘Boa’ promove o constituinte ‘ma’ à condição de radical, substituindo sublexicalmente essa seqüência.

- (22) mãedrastra (madrasta tão boa como uma mãe)
 bebemorar (comemorar à base de bebidas)
 tricha (homossexual afeminado em demasia; três vezes bicha)
 halterocopismo (levantamento de “copos” com bebida alcoólica)

Blends não operam como criações analógicas, não podendo ser analisados como substituições sublexicais. A Mesclagem, na verdade, vem a ser o resultado da fusão de dois vocábulos que atuam em planos alternativos, ao contrário das formações analógicas, cujas bases operam em planos competitivos. Nesse último caso, o alvo é apenas uma das palavras, e a interseção das bases é ocasionada pela reanálise intencional da forma-alvo.

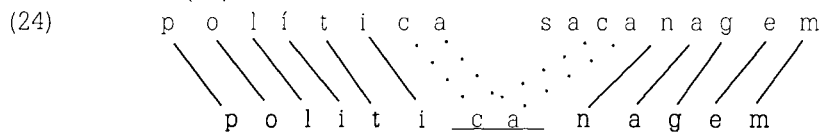
Cruzamentos são, portanto, junções de duas palavras: palavra 1 (P1) e palavra 2 (P2). O ponto de quebra (local em que essa fusão ocorre) permite levantar algumas conclusões acerca da estrutura lexical das Mesclas. Em linhas gerais, há dois padrões para *Blends* no português do Brasil: (a) um para os casos em que P1 e P2 apresentam algum tipo de semelhança fônica e (b) outro para aqueles em que P1 e P2 são totalmente dessemelhantes do ponto-de-vista segmental. Essa (des)semelhança fônica determinará o ponto de quebra.

Se as duas palavras envolvidas são monossílabas, a unidade após a quebra pode ser identificada como rima. A mescla de ‘pai’ com ‘mãe’, originando ‘pãe’ (pai zeloso ou pai que cuida do filho sem a presença da mãe), separa o *onset* da rima, aproveitando o ataque de P1 e a rima de P2, como se vê na representação a seguir.



Dados como (23) nos levam a identificar a rima como unidade de produção nos *Blends*. Contudo, existe o problema de detectar qual é a porção das bases que

vêm antes e depois da quebra. Bastante clara nos monossílabos, essa situação é mais delicada no caso de vocábulos maiores. As palavras 'saco' e 'picolé' apresentam uma sílaba em comum ('co'). Essa semelhança determina não só a interseção das palavras, como também a posição das bases no interior da Mescla. Em decorrência de a sílaba 'co' ser átona final em 'saco', o *Blend* preservará o acento de 'picolé', fazendo com que essa forma funcione como P2 (cabeça lexical do Cruzamento) e seja responsável pela pauta acentual da nova formação ('sacolé' – picolé em saco). Caso contrário, a mistura não daria certo. Raciocínio semelhante pode ser encaminhado à junção de 'política' com 'sacanagem', cujo *Blend* é 'politicanagem'. A presença de uma sílaba comum ('ca') determina o ponto de quebra: como essa sílaba é átona em 'política', P2, a cabeça lexical (núcleo da Mescla), será 'sacanagem', que levará seu acento lexical para a nova palavra, como se vê em (24):

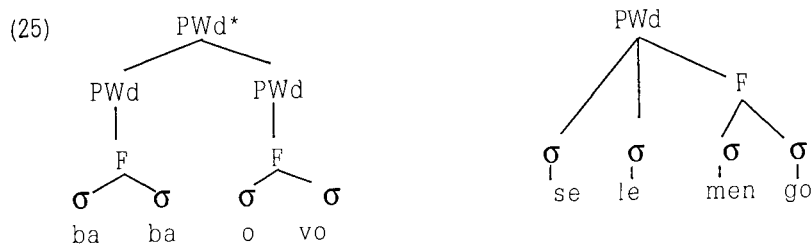


Nos casos em que as bases são totalmente dessemelhantes, não haverá descontinuidade morfológica. A quebra será feita com base no melhor rastreamento das bases (maior grau de identidade). Por exemplo, 'português' e 'espanhol' não apresentam qualquer segmento em comum, do ponto-de-vista da estruturação silábica¹⁰. Nesse caso, a quebra será feita nas tônicas, sendo aproveitadas as duas sílabas iniciais de 'português' e a sílaba final de 'espanhol', resultando em 'portunhol' (mistura de português com espanhol). A outra possibilidade ('espaguês'), por ser mais opaca, dificilmente levaria às bases que motivaram o processo. O mesmo acontece com 'selemengo' (o Flamengo, time de futebol carioca, comparado à seleção brasileira), 'cariúcho' (gaúcho que vive muito tempo no Rio e já se considera carioca) e 'showmício' (comício com apresentação de shows musicais).

O que segue ou o que precede o ponto de quebra nem sempre é um constituinte morfológico, fazendo com que o *Blend* seja visto como fenômeno distinto da Composição, cujo encadramento preserva a integridade das bases, mesmo que atue um processo fonológico, como a crase ('aguardente'), que modifique uma delas. A despeito das similaridades morfossemânticas (SILVEIRA, 2002), há uma diferença crucial entre *Blends* e compostos: nos compostos regulares¹¹, cada um dos formativos projeta sua própria palavra prosódica (PWd), enquanto nos *Blends* os dois formativos levam a uma só PWd, como se vê em (25):

¹⁰ A semelhança fônica deve ser interpretada não como a mera presença de um segmento comum, mas como uma semelhança em termos de posição na estrutura da sílaba. Assim, embora 'show' e 'comício' apresentem uma vogal média posterior em comum (/o/), essa identidade não é estrutural, uma vez que as rimas são diferentes: na primeira palavra, a rima é ramificada (/ow/), enquanto na segunda a rima é constituída unicamente da vogal média (/o/). Dessa forma, 'show' e 'comício' são interpretadas como dessemelhantes, sendo o *Blend* formado a partir do padrão 2 ('showmício').

¹¹ De acordo com Villalva (2000), Rio-Torto (1998) e Silveira (2002) não são produtivos os chamados compostos aglutinados, cujo produto leva a uma só palavra prosódica.



Em resumo, a Mesclagem Lexical é um processo de formação de palavras que acessa informações fonológicas, como (a) a posição do acento de P1 e P2, (b) o grau de semelhança fônica entre as bases e (c) a natureza estrutural da seqüência compartilhada pelas formas a combinar. Por esses motivos, deve ser vista não como um caso de substituição sublexical, como as criações analógicas, mas como uma fusão que leva à concatenação não-linear de bases, o que faz com que essa operação se diferencie da Composição, cuja ligação sempre se dá por encadeamento, seja ele por justaposição ('baba-ovo', bajulador) ou por aglutinação ('girassol', tipo de flor).

Palavras Finais

No decorrer do texto, frisei que os processos morfológicos aqui examinados diferem dos demais (Composição, Flexão e Derivação) por não envolverem simples adjunção sintagmática de formativos a bases. Tendo em vista a falta de encadeamento, propus que esses mecanismos sejam analisados como não-concatenativos em português. Apesar de semelhantes nesse aspecto, tais operações diferem em vários outros (p. ex., função e formato morfoprosódico), o que me levou a distribuí-las em três grupos: (a) Afixação Não-Linear (Reduplicação), (b) Encurtamento (Truncamento e Hipocorização) e (c) Fusão (Siglagem e Mesclagem Lexical).

Os três primeiros fenômenos se assemelham por requererem mapeamento melódico a partir de uma única forma de base: uma seqüência da palavra-matriz é copiada e afixada (Reduplicação) ou passa a funcionar como unidade lexical autônoma (Truncamento e Hipocorização). Esses processos manipulam uma só base e podem ser considerados casos de Derivação, no sentido de levar a um vocábulo diferente com o redobro (Reduplicação) ou com a supressão de segmentos (Truncamento e Hipocorização).

Ao contrário da Hipocorização e do Truncamento, a Reduplicação utiliza aglutinativamente o conteúdo segmental rastreado pela circunscrição prosódica. Por esse motivo, pode ser considerada "afixação diferente" (STRUJKE, 2000) – uma afixação não-linear. Truncamento e Hipocorização separam uma seqüência da base, podendo ser vistos como processos de encurtamento. Embora tomem emprestado do derivante todos os seus elementos, o material copiado nunca é adjungido às palavras-matrizes.

Os dois últimos fenômenos (*Blend* e Siglagem), semelhantes entre si, dife-

rem dos demais por envolverem mapeamento de mais de uma base. No primeiro caso (Mesclagem Lexical), uma parte da palavra 1 é fundida com uma parte da palavra 2, resultando numa terceira forma, cujo conteúdo final pode ser interpretado pela soma dos conteúdos parciais ('psicogélico' = um psicólogo evangélico). A Siglagem também faz uso de mais de uma palavra-matriz, mas há maior distanciamento entre base e produto, de modo que os falantes muitas vezes não conseguem rastrear a expressão de onde provém o acrônimo. Uma vez que pelo menos duas bases participam de sua formação, Mesclas e Siglas podem ser interpretadas como casos de Composição, apesar de as primeiras operarem com, no máximo, duas palavras-matrizes ('gayúcho' = 'gaúcho' + 'gay') e as últimas com um número que tende a ser superior a dois ('IBGE' – 'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística'). Mesclas Lexicais e Siglas se caracterizam pelo aproveitamento de pelo menos duas bases, mas, ao contrário da Composição, utilizam apenas fragmentos delas, o que nos leva a concluir que não há concatenação estrita, mas fusão num plano multilinear.

Enquanto Siglagem e *Blend* quase sempre apresentam função lexical, tendo o produto a finalidade de nomear uma nova entidade, favorecendo a lexicalização, hipocorísticos e truncamentos são sempre utilizados com função expressiva, muito embora o tipo de expressividade seja diferente em cada um. Na Reduplicação, há casos que evidenciam função lexical (verbos reduplicados) e casos unicamente com função expressiva, de modo que esse processo se apresenta como multifuncional em português (COUTO, 1999).

Portanto, são basicamente cinco as diferenças entre os processos (a) de Afixação Não-Linear (Reduplicação), (b) de Encurtamento (Truncamento e Hipocorização) e (c) de Fusão (Mesclagem Lexical e Siglagem):

(1) os dois primeiros grupos têm como *input* uma única base, a partir da qual opera a circunscrição prosódica; os do terceiro, ao contrário, requerem pelo menos duas bases;

(2) as operações dos grupos (a) e (b) podem ser consideradas derivacionais, ao passo que as do grupo (c) devem ser interpretadas como casos de composição;

(3) os processos do grupo (a) levam o material rastreado a se adjungir à forma de base, o que não acontece com os demais;

(4) os mecanismos do grupo (b) não formam palavras novas, haja vista que o item derivado – que pode ser considerado sinônimo do derivante – é marcado pela função expressiva (BASÍLIO, 1987);

(5) os do grupo (c) apresentam função lexical, uma vez que o produto é geralmente uma nova palavra na língua.

No decorrer do texto, procurei refutar a tese de que esses "processos marginais de formação de palavras" são idiossincráticos (ALVES, 1990; MONTEIRO, 1987). A regularidade de tais operações provém da integração de primitivos morfológicos com primitivos prosódicos e, por isso, uma abordagem mais compreensiva de tais fenômenos requer enfoque a partir da interface Morfologia-Fonologia. Os procedimentos analíticos da Morfologia Prosódica – moldes e circunscrições – possibilitam descrever processos não-concatenativos de modo bastante natural, explicitando

que eles não constituem, de fato, "morfologia pura", mas "morfologia fonológica", nas palavras de McCarthy (1986).

GONÇALVES, C.A. Non-concatenative morphological processes in Brazilian Portuguese: form and meaning. *Alfa*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 9-28, 2004.

■ **ABSTRACT:** *This paper analyzes Brazilian Portuguese morphology within the Prosodic Morphology approach and claims that non-concatenative operations can be arranged in three subgroups: (a) non-linear affixation processes; (b) blend operations; and (c) shortening processes.*

■ **KEYWORDS:** *Non-concatenative morphology; lexical blends; truncation; reduplication; prosodic morphology.*

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.

ALVES, J. B. *Truncamento no português do Brasil: acaso ou processo?* 2002. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, G. Processos morfológicos marginais no português brasileiro: truncamento e reduplicação. In: COLÓQUIO ACENTO EMPORTUGUÊS, n. 1., 2000, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2000. p. 7-15

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASÍLIO, M. O papel da analogia na formação de palavras: regras são clichês lexicais. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 9-21, 1998.

BENUA, L. Identity effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. N.; DICKEY, L. W.; URBANCZYK, S. (Ed.) *Papers in optimality theory*. Amherst: Graduate Linguistic Student Association, 1995. p. 77-136. (University of Massachusetts Occasional Papers, 18).

BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *DELTA*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.

BYBEE, J. *Morphology: a study of relation between sound and meaning*. Amsterdam: John Benjamin Pub., 1985

CABRÉ, T. Minimality in catalan truncation process. *Catalan Working Papers in Linguistics*, Barcelona, v. 4, n. 1, p. 1-21, 1994

COLINA, S. Spanish truncation processes: the emergency of the unmarked. *Linguistics*, Hawthorne, v. 34, n. 1, p. 199-218, 1996.

COUTO, H. H. A reduplicação em português. *Lusorama*, Braga, v. 40, n. 1, p. 29-40, 1999.

FREITAS, H. R. *Princípios de morfologia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

FUKAZAWA, H. Multiple input-output faithfulness relations in Japanese. In: MEETING OF AUSTRALIAN LINGUISTIC CORPORATION, n. 2., 1997, Missouri. *Proceedings...* Missouri: University of Missouri, 1997.

GÉHARDT, A. F. M. *Considerações em tempo*. 2001. 216f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, C. A. Condições de minimalidade no molde da hipocorização. In: CONGRESSO DA ASSEL-RIO, 11., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001. p. 306-313.

GONÇALVES, C. A. Hipocorísticos e otimalidade: restrições e emergência de formas ótimas. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 10, 2004. No prelo

HALE, M.; KISSOCK, M.; REISS, C. Output-output correspondence in Optimality Theory. In: WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTIC, 16., 2000, Missouri. *Proceedings...* Missouri: MUniversity of Missouri, 2000. p. 71-90.

JENSEN, J. *Morphology: word structure in generative grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LACY, P. de Circumscriptive morphemes. In: MEETING OF THE AUSTRONESIAN FORMAL LINGUISTICS ASSOCIATION, 6., 1999, Holland. *Proceedings...* Holland: Hollan Academic Graphics, 1999. p. 113-140.

- LARCOA, M. N. C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1994.
- LAUBSTEIN, A. S. Word blends as sublexical substitutions. *Canadian Journal of Linguistics*, Ottawa, v.44, n.2, p. 127-48, 1999.
- LOURES, L. H. *Recursos morfológicos com função expressiva em português e francês*. 2000. 198f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- McCARTHY, J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.12, n.1, p. 373-418, 1981.
- McCARTHY, J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v.12, n.3, p. 373-417, 1986.
- McCARTHY, J. *Lectures on prosodic morphology*. Santa Cruz: LSA Summer Institute, University of California at Santa Cruz, 1991.
- McCARTHY, J.; PRINCE, A. Foot and word in prosodic morphology. *Natural language and Linguistic Theory*, Dordrecht, v.8, n.1, p. 209-84, 1990.
- McCARTHY, J.; PRINCE, A. Generalized alignment. In: BOOIJ, G. E.; MARLE, J. (Ed.). *Yearbook of morphology*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- McCARTHY, J.; PRINCE, A. The emergence of unmarked. IN: NORTHEAST LINGUISTIC SOCIETY, 24, 1994, Massachusetts. *Proceedings...* Massachusetts: NELS, 1994. p. 333-79.
- McCARTHY, J.; PRINCE, A. *Faithfulness and reduplicative identity*. Rutgers: Rutgers University, 1995.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1987.
- PINEROS, C. E. *Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish*. Rutgers: Rutgers University, 2000. Disponível em: <roa.rutgers.edu/files/343-0999/342-PINEROS>. Acesso em: 17 jan. 2003.
- RIO-TORTO, M. G. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Lisboa: Porto, 1998.
- ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- SÂNDALO, M. F. Morfologia. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Ed.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001. p.181-206.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1990.
- SILVEIRA, C. M. da. *Cruzamento vocabular em português: acaso ou processo?* 2002. 86f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.
- STRUIJKE, C. Why constraint conflict can disappear in reduplication. In: NORTHEAST LINGUISTIC SOCIETY, 30, 2000, Amherst. *Proceedings...* Amherst: GLSA, 2000. p.141-168.
- VILLALVA, A. *Estruturas lexicais do português*. Coimbra: Almedina, 2000.
- WALTHER, M. *Correspondence theory: more candidates than atoms in the universe*. Marburg: Institut für Germanistische Sprachwissenschaft, 2001.

ENCONTROS VOCÁLICOS EM PORTUGUÊS ARCAICO: UMA INTERPRETAÇÃO FONOLÓGICA¹

Fernanda Elias ZUCARELLI²

- **RESUMO:** Este trabalho estuda os encontros de vogais na escrita do Português Arcaico (de agora em diante PA), no seu período trovadoresco, em busca de seus *status* fonológico. Foram focalizados os encontros entre vogais no interior de palavras, com o objetivo de definir se se está diante de ditongos ou hiatos. Utilizando a Fonologia Não-Linear, em especial, o modelo métrico, que trata da estrutura da sílaba, foi possível chegar a conclusões sobre a estruturação silábica do português da época e organizar hipóteses para interpretar os encontros vocálicos no nível fonológico. Finalmente, foi possível concluir que o tipo de encontro vocálico mais comum em PA, não por coincidência, é o ditongo (foram constatados no *corpus* 722 ditongos e 123 hiatos), também o mais comum no Português Brasileiro atual. Mas é preciso ressaltar que o PA tolera os hiatos (inclusive não aceita outra solução, em alguns casos) enquanto o Português Brasileiro os evita. A conclusão a que se chega, a partir das análises empreendidas neste trabalho, é que, no PA, no nível fonológico, existem, no máximo, ditongos (os tritongos só são possíveis no nível fonético). E, mesmo no caso dos ditongos, o *glide* está posicionado na coda da sílaba (e não no núcleo).
- **PALAVRAS-CHAVE:** Português arcaico; sílaba; ditongos; hiatos; poesia medieval galego-portuguesa; fonologia não-linear.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo estudar os encontros de vogais intravocábulares na escrita do PA, no seu período trovadoresco. Como embasamento teórico serão considerados estudos do ponto de vista da Fonologia Não-Linear, por exemplo, Liberman e Prince (1997), Selkirk (1980), Hogg e MacCully (1987), Hayes (1995), Massini-Cagliari (1995, 1999), Bisol (1989, 1994), Cagliari (1997, 1998), entre outros.

Metodologia

Quando se tem como objetivo a investigação de elementos de natureza não meramente segmental - como, no caso, a descrição de estruturas silábicas e a formação de ditongos e hiatos - de um período de uma língua em que ainda não havia tecnologia suficiente para o arquivamento e a transmissão de dados orais, a possibilidade de escolha entre material poético e não-poético para constituição do *corpus* não é viável. Como os textos remanescentes em PA são todos registrados em um sistema de escrita de base alfabética, sem notações especiais para os fenômenos prosódicos (a não ser, na prosa, certos tipos de segmentação represen-

¹ Este artigo é resultado do trabalho desenvolvido para a Dissertação de Mestrado (ZUCARELLI, 2002) que recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na forma da concessão de uma bolsa de Mestrado (processo 99/12149-0). O Projeto de Pesquisa que originou este artigo está vinculado ao Projeto "Fonologia do Português Arcaico", coordenado pela Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari, financiado pela FAPESP no Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes (processo 1997/12447-5).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14.800-9001 - Araraquara - SP - Brasil. E-mail: fernandazucarelli@fafibe.br.

tados, na escrita, pela inclusão de espaços em branco entre as palavras, troca de linha etc., que podem ajudar um pouco a clarificar essa questão), fica praticamente impossível de serem extraídas informações como as que estão sendo aqui buscadas, a respeito da estruturação silábica do português desse período, a partir de textos escritos em prosa.

Já em relação a textos poéticos, ocorre o contrário, principalmente se estes forem metrificados, isto é, se levarem em conta o número de sílabas e/ou a localização dos acentos em cada verso. A partir da observação de como o poeta conta as sílabas (poéticas) e localiza os acentos em cada verso, podem ser inferidos os padrões silábicos de cada palavra e, assim, podem ser inferidos os padrões acentuais e rítmicos da língua na qual os poemas foram compostos. Com base na análise da estruturação métrica das cantigas, é possível decidir, para cada encontro vocálico, se se trata de um ditongo ou de um hiato, fazendo uma classificação dos dados encontrados, no nível da realização fonética. Assim, para obter um *corpus* que possa ser considerado um recorte significativo do PA, foram selecionadas 107 cantigas, assim distribuídas:

- 50 cantigas de amigo, extraídas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, na edição fac-similada de 1982;

- 50 cantigas de amor, extraídas do *Cancioneiro da Ajuda*, na edição fac-similada de 1994;

- 7 cantigas de amigo de Martim Codax, presentes no *Pergaminho de Vindel*, extraídas do fac-símile contido em Ferreira (1986);

Com relação à abordagem Não-Linear, com enfoque para a Fonologia Métrica, é importante ressaltar que o modelo métrico foi essencial para o estudo, visto que tem como principal fonte de estudo a sílaba, a qual denuncia a presença dos encontros vocálicos e permite a classificação deste + +s em ditongos ou hiatos, em um nível fonológico, mais abstrato - atingível apenas a partir de modelos teóricos interpretativos do nível fonético.

Para possibilitar a análise do *status* fonológico dos encontros vocálicos em PA, foi necessário, em um primeiro momento, um levantamento de todos os encontros vocálicos presentes no *corpus*, através de um minucioso trabalho de "garimpagem". Em seguida, os encontros vocálicos foram classificados, a partir da consideração da métrica dos versos. Os encontros vocálicos são mapeados *na escrita* das cantigas. Como a escrita não revela uma relação *um-a-um* entre sons e letras e/ou letras e sons, nem revela com segurança (em todos os casos) a estrutura silábica, é necessário fazer uma primeira interpretação dos dados, a partir da estrutura métrica dos versos, para saber se esses encontros vocálicos da escrita correspondem a encontros vocálicos da língua, isto é, ditongos e hiatos, ou se são "falsos" encontros vocálicos (por exemplo, quando vogais - na escrita - representam consoantes da língua - ex: ia). Por outro lado, há casos em que consoantes - na escrita - representam vogais (casos em que, embora não haja um encontro de vogais na escrita, ele efetivamente ocorre na língua - ex: uja). É somente a partir desse primeiro nível de interpretação que se pode passar para um segundo nível, em que se busca o *status* fonológico (em termos de silabação) de cada um dos casos.

Interpretação Fonológica dos encontros vocálicos prototípicos.

Do ponto de vista da gramática tradicional, como a de Cunha (1985), os encontros vocálicos são definidos como agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. Mas percebe-se, imediatamente, que esses esclarecimentos deixam escapar detalhes, como, por exemplo, o encontro vocálico que existe, na escrita, entre *u* e *e*, em *que*, e que não forma nem ditongo, nem hiato, na língua oral. Por isso, torna-se necessário buscar outras definições, sob outros pontos de vista e, então, admitir os dois níveis básicos de organização sonora da língua: o fonético e o fonológico.³ A necessidade de assumir essa diferença de níveis se faz porque entre eles existe uma sensível discrepância quando o assunto é encontro vocálico.

Sob o ponto de vista da fonética, ou seja, num nível mais descritivo da língua, existe a possibilidade de formação de tritongos, como em **quais**, **quão**, **quaisquer**; e ditongos, como em **lingüiça**, por exemplo. No entanto, na escrita, podem chegar a ocorrer seqüências de até quatro vogais, como ocorre em PA, que, no nível fonético, podem constituir seqüências de variados tipos: ditongo + ditongo; tritongo + hiato; hiatos; CVCV etc. Para a fonética, ditongos e tritongos são vogais que iniciam com uma qualidade e acabam em outra; em outras palavras, para a fonética, sílabas do tipo CVV (ditongo) ou CVVV (tritongo) equivalem a CV – vogal simples com qualidade variável. Já a fonologia está interessada na *função* dos elementos. Assim, para a fonética, todo encontro vocálico é um monotongo, sendo que as vogais mudam de qualidade; enquanto que, para a fonologia, a ocorrência de um encontro vocálico depende do sistema próprio de cada língua. Para exemplificar, pode-se observar o exemplo *qual*, que, em uma análise fonética, é um tritongo ([kwaw], todas as vogais no núcleo), e, em uma análise fonológica, a depender do modelo adotado, pode ser considerado um tritongo (*waw*, no núcleo), um ditongo, interpretado como /kw/- onset e /aw/- núcleo, ou como /k/- onset, /wa/- núcleo e /L/- coda, ou um monotongo, interpretado como /k^w/- onset, /a/- núcleo e /L/- coda.

Casos típicos: hiatos

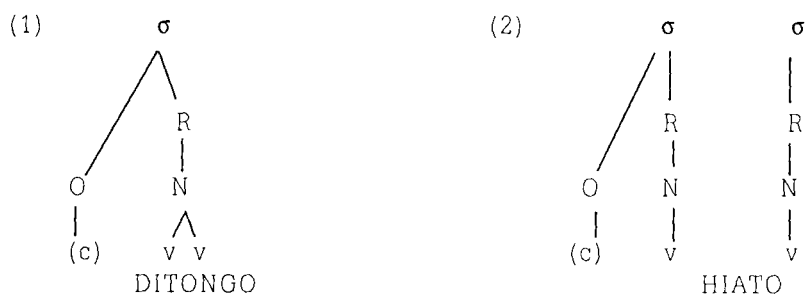
Bueno (1955), defende que os hiatos eram muito numerosos no PA. Os hiatos realmente aparecem em proporção maior do que atualmente e são constituídos ou por vogais que não se fundem, por não terem o mesmo grau de altura, ou por vogais idênticas duplas que ainda não sofreram crase no PA, mas possível-

³Segundo Cagliari (1997, p.7), a fonética e a fonologia são áreas da Linguística que estudam os sons da língua. Mas a fonologia “[...] faz uma interpretação dos resultados apresentados pela fonética, em função dos sistemas de sons das línguas e dos modelos teóricos que existem para descrevê-los, ou seja, a Fonética é basicamente descritiva e a Fonologia, interpretativa”.

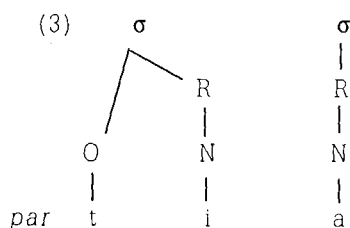
mente sofrerão no seu percurso evolutivo.

O falante de uma língua tem conhecimento intuitivo do que seja uma sílaba, e de qual é a parte mais proeminente da sílaba, que é a vogal, constituidora do *núcleo* da rima. A respeito desses núcleos ou picos da rima, Mateus e D'Andrade (2000, p.46) reforçam: "[...] *they are the only indispensable elements in the syllabic parsing*".

Formalizando a diferença entre ditongos e hiatos, em termos dos constituintes hierarquizados da Fonologia Métrica (segundo modelo adotado em Massini-Cagliari, (1995) e Cagliari, (1998)), pode-se dizer de uma maneira simplificada e inicial que, enquanto no ditongo ambas as vogais ocupam posições no núcleo da sílaba, como em (1), no hiato, cada uma das vogais constituiria o núcleo de uma sílaba diferente, sendo que a segunda teria o "onset" vazio, como em (2).



Como se pode ver, no caso dos hiatos, temos duas vogais "fortes" que equivalem a dois picos de sílaba; por isso, temos a estruturação de duas sílabas, gerando, conseqüentemente, planilhas como:



É importante ressaltar que os hiatos formados por vogais iguais são diferentes, em natureza, dos outros hiatos, porque, embora haja uma seqüência de vogais iguais, essa seqüência não é barrada pelo Princípio do Contorno Obrigatório – PCO e, sob uma perspectiva diacrônica, fica visível o processo evolutivo de queda da consoante sonora intervocálica e conseqüente formação desses hiatos, que são significativos no PA e só sofreriam a crase posteriormente.

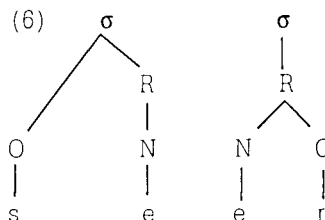
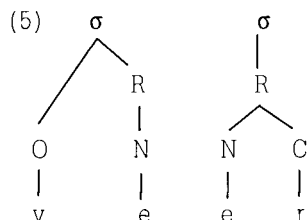
Considerando a origem dessas palavras, é possível verificar o processo da queda da consoante:

(4)

veer < vedere
seer < sedere

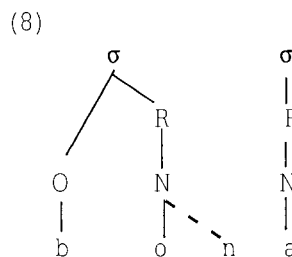
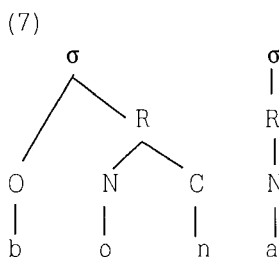
manhãas < maneanas
irmãas < ermanas < germanas

Nesses casos, também não existem grandes problemas para a interpretação fonológica; a planilha silábica pode ser representada como:



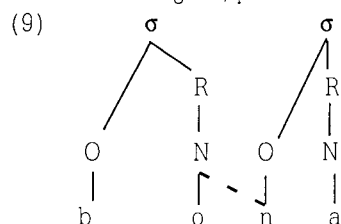
Nunes (1973), Lapa (1965) e Teyssier (1987) atentam para o fato de essas vogais se fundirem em momentos posteriores e deixarem de ser ocorrências de hiatos ou bissilábicas.

No caso de *bõa*, é importante observar que se trata apenas de um encontro vocálico aparente, mas não verdadeiro, uma vez que se constitui de uma seqüência vogal nasal - vogal oral, que "só pode constituir um hiato", como afirma Massini-Cagliari (1995, p.213). Trata-se de resultado do encontro de, no nível fonológico, uma vogal, uma consoante nasal e outra vogal, porque existe a possibilidade de duas realizações fonéticas para as representações encontradas na escrita para esse tipo de sílabas: como CVC (consoante inicial + vogal oral + consoante nasal) ou como consoante seguida de vogal nasalizada.⁴ Para organizar a planilha silábica, nesses casos, existe a possibilidade de considerar a nasal como um constituinte flutuante, como será discutido em seguida, mas, de qualquer forma, a solução para a silabação só pode ser o hiato, porque a nasal se interpõe entre as duas vogais. Mesmo assim, fica claro que a nasal se encontra na *coda* da primeira sílaba, como em (7), ou flutuante, adjungindo-se posteriormente à primeira sílaba, como em (8), e não no *onset* da segunda, pois a vogal que sofreu o processo de nasalização foi o *o* que precede a nasal e não o *a*, que a sucede. Temos, assim:



⁴Esta discussão serve igualmente para as ocorrências de ditongos nasais no PA.

Parkinson (1997) defende a derivação de /mano/ para *mão*, que ocorreria, segundo o modelo da Fonologia auto-segmental, através do espriamento do traço nasal. Conforme tal abordagem, poderíamos ter a representação (9) para *bão*:

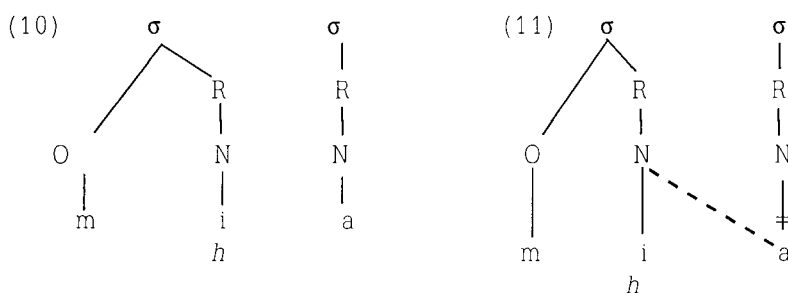


Mateus e D'Andrade (2000) concordam com essa projeção da nasal sobre o núcleo da sílaba à esquerda; para os dois estudiosos, o traço nasal é considerado um segmento flutuante ("floating") no Português Europeu, que pode se ligar ao núcleo da sílaba ou ao seu onset, dependendo do contexto em que a nasalização ocorre. Podemos concluir, assim, que a consoante nasal não possui uma posição própria no esqueleto silábico.⁵

Casos típicos: ditongos

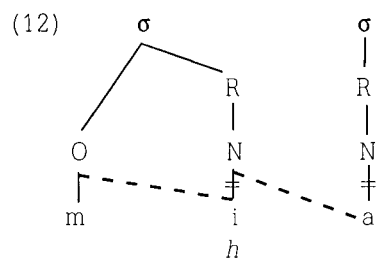
Ditongos Crescentes

Bisol (1989) esclarece que os ditongos crescentes, no Português Brasileiro, são, na verdade, resultado de um *processo de ressilabificação*, no qual a vogal alta sofre alterações de associação.⁶ Se postularmos que a hipótese formulada para o Português Brasileiro é também válida para o PA, temos, portanto na planilha (10) a forma de base e, nas planilhas (11) e (12), as alternativas de associação:



⁵Sobre ocorrências como *cama, cana, uma, unha*, ver Granucci (2001, p.130-131).

⁶Em (10), temos um hiato na forma de base: dois núcleos silábicos, portanto. Em (11), uma sílaba pesada: duas posições preenchidas no núcleo (duas moras). Já em (12) ocorre finalmente a "alteração de associação" da vogal alta: de núcleo silábico, em (10), a glide não-moraico posicionado no onset de (12).



Em (11), a associação de *a* ao núcleo da sílaba anterior sugere duas posições ocupadas no núcleo, já em (12) o glide foi associado ao *onset* e a vogal alta ocupa a posição única no núcleo. A estrutura apresentada em (12) é a mais plausível, pois os ditongos crescentes do PA são leves, logo, não atraem para si o acento, como defende Massini-Cagliari (1999).⁷

Outra observação relevante é que o *h* só aparece com valor de *i* em tais situações – na formação de ditongos crescentes, antes da vogal *a*. Um exemplo extraído do *corpus* que aparece raramente é *sabha*. Este exemplo talvez represente uma alteração, mesmo que inconsciente, da forma de base, de hiato a ditongo não sendo apenas uma simples variação gráfica (entre *ia* e *ha*). O que sustenta esta argumentação é o fato de, na métrica dos trovadores, dados como *sabha*, *dormho*, *dormha* serem indiscutivelmente ditongos, em todas as ocorrências. Como a métrica, no caso de línguas mortas, é um poderoso meio de se extraírem dados fonéticos/fonológicos da escrita, este é um fato relevante, que sustenta a escolha de (12) como a representação mais provável.

Ditongos Decrescentes

Granucci (2001), ao final de extensa análise de dados do PA e de profunda revisão da literatura sobre o assunto, conclui que não existem grandes diferenças entre o sistema vocálico do PA e o do PB atual.

E, no contexto do sistema vocálico do PA, sem dúvida, a discussão mais relevante sobre o *status* fonológico dos ditongos decrescentes é acerca da posição do glide. Em primeiro lugar, não se trata de uma opção tranquila considerar o glide no núcleo da sílaba, única e exclusivamente, porque a planilha silábica apresentada pelos teóricos sugere duas posições no núcleo que poderiam ser preenchidas por vogais. Na verdade, é preciso analisar a língua em questão, observar suas características, para que possa ser feita uma interpretação viável. Assim, para o PA, uma primeira hipótese seria considerar o glide no núcleo da sílaba e, uma segunda hipótese, considerá-lo na *Coda*.

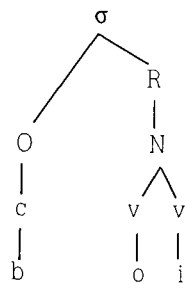
Alguns estudiosos, como Mateus e D'Andrade (2000, p.46) defendem a pri-

⁷Para Massini-Cagliari (1999), o PA possui um sistema de atribuição de acento sensível ao peso silábico, através da construção de troqueus moraicais, da direita para a esquerda, a partir da borda direita da palavra. Desta forma, como os ditongos crescentes posicionados no final de palavra não atraem para si o acento, não constituindo, sozinhos, um troqueu moraicais, então devem ser considerados leves, no nível fonológico (monomoraicais, portanto).

meira hipótese para o português Europeu atual e afirmam que:

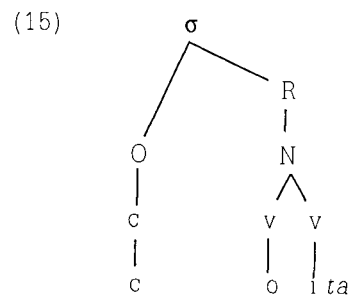
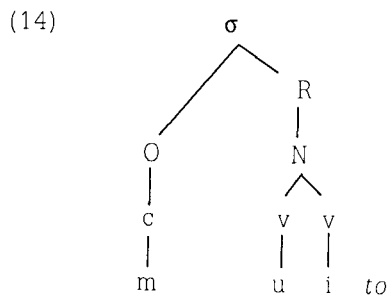
The rhymes (R) of Portuguese syllables always have a nuclear vowel and all vowels can be syllable nuclei (N).
 [...] Single vowels may be followed by glides at the phonetic level, thus nuclei can include falling diphthongs.

Elas apresentam a seguinte planilha para a palavra *boi*, como exemplo em (13):



Câmara Jr. (1969)⁸ defende a seqüência VV – sob a qual está implícita a interpretação de duas posições ocupadas no núcleo – com fortes argumentos, como o fato de, por exemplo, depois de ditongo, não poder ocorrer “R” forte, só “R” fraco (tepe), o que significa dizer que, depois de coda preenchida, só ocorreria “R” forte, como em *Israel*. Se o glide do ditongo está na coda, então, deveria ocorrer “R” forte e não “R” fraco, como em *Europa*.

Para o PA, de acordo com essa primeira hipótese, teríamos estruturas como (14) e (15):



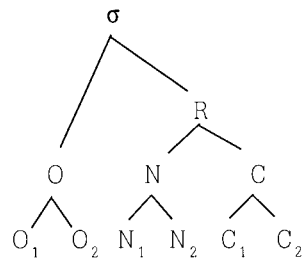
A hipótese de considerar planilhas silábicas com duas posições disponíveis no núcleo para vogais e glides, na verdade, auxilia na resolução de problemas, como a falta de lugar para “ancoragem” de vogais ou consoantes, mas, no PA, não existem problemas similares a esse; porém, tal situação é bastante comum para outras línguas, como o inglês, por exemplo, que admite seqüências como

⁸ Câmara Jr. (1969) não faz um estudo propriamente dito do molde silábico, mas é possível deduzir os modelos subjacentes à sua análise.

graind, estudadas por Hogg e McCully (1987).

Segundo os dados extraídos do *corpus*, o PA apresenta no máximo estruturas silábicas com 4 constituintes, como se pode conferir em Bernardineli (1999) e não apresenta longas seqüências de vogais e consoantes como as permitidas pela planilha (16), apresentada abaixo, que prevê sílabas com até 6 constituintes; nesse sentido, essa hipótese deve ser desconsiderada.

(16)

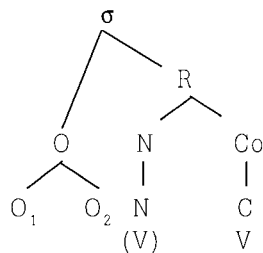


Assim, para o PA, uma segunda hipótese, a de que o glide estaria na Coda, é a mais adequada, pois daria conta das estruturas silábicas da língua em questão e não deixaria posições ociosas na planilha.

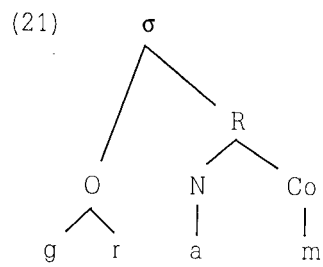
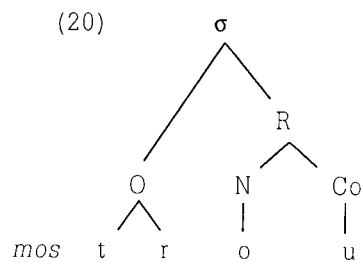
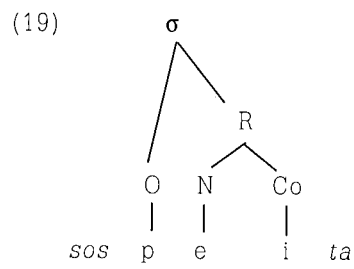
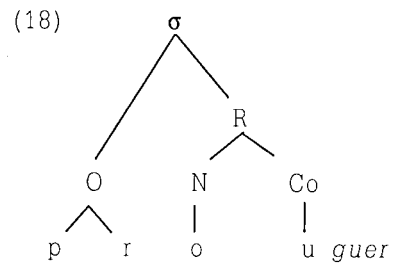
Pode-se concluir, então, que, na verdade, a planilha silábica apresentada em (16) é um molde inadequado para este estudo, visto que admite um grande número de sílabas que jamais se concretizam no PA; por isso, torna-se necessário apresentar uma planilha prevendo algumas restrições, para que não haja possibilidade de organizar estruturas silábicas agramaticais para o PA.

Lopez (1979) sugere, para o Português Brasileiro, um molde silábico que pode ser representado através da planilha silábica (17), como mostra Collichonn (1996, p.113):

(17)

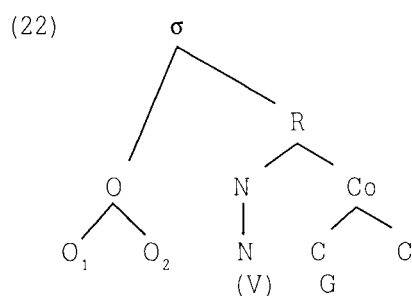


Esse molde é bastante reduzido em relação aos outros sugeridos, mas é capaz de representar quase todas as sílabas máximas (isto é, as sílabas possíveis com o maior número de segmentos) do PA, como mostram (18), (19), (20) e (21):

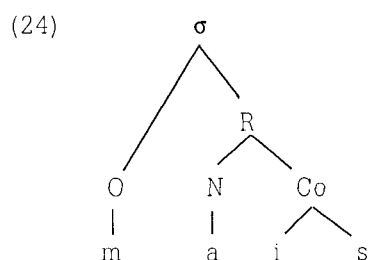
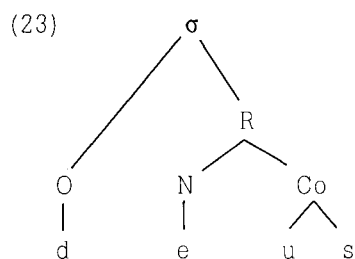


Como se pode ver nos exemplos acima, as estruturas silábicas do PA raramente apresentam mais de três elementos em sua constituição, chegando a, no máximo, quatro.

Ficam sem explicação, a partir da planilha considerada, somente ocorrências do tipo *deus, mais, meus, pois*, já que, nesses casos, temos um ditongo decrescente acrescido de um *s*, o qual ficaria sem lugar de ancoragem na estrutura silábica apresentada para o PA, com base em Lopez (1979). Surge, portanto, a necessidade de considerar as duas posições disponíveis na Coda sugeridas pela estrutura apresentada em (16). Logo, podemos concluir que, para o PA, a planilha silábica⁹ poderia ser apresentada com os seguintes constituintes:



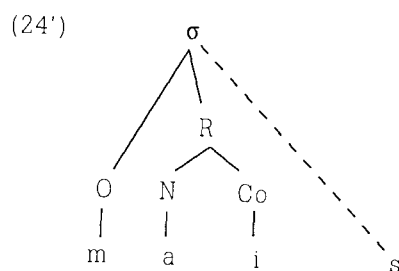
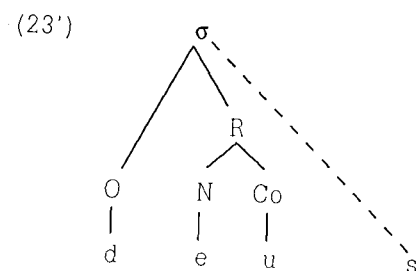
Assim, temos uma estrutura que representa as seqüências vocálicas de maneira adequada, demonstrando que o núcleo da sílaba, sempre uma vogal, tem *status* diferenciado perante os outros constituintes, inclusive, perante os glides, que ficariam sempre na Coda como é possível ver em (23) e (24).



Outra hipótese é considerar o /s/ final extrassilábico, como fizeram Fikkert e Freitas (*apud* Santos, 2001). Neste caso, as planilhas (23) e (24) poderiam ser

⁹Onde V = vogal, C = consoante e G = glide.

reescritas como:

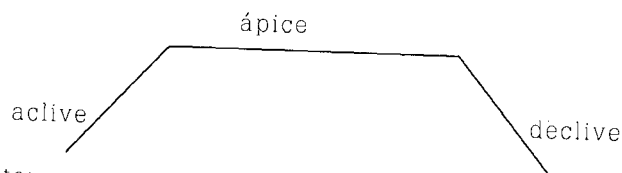


Câmara Jr. (1969), ao esclarecer sobre a grande predominância de sílabas livres ou abertas em Português, afirma:

Sílabas travadas ou fechadas são muito menos frequentes e com limitação muito grande das consoantes que podem figurar no aclave, isto é, como decrescentes. Em compensação, as vogais /i/ e /u/ podem figurar nesta parte da sílaba como decrescentes e assilábicas (em transcrição fonológica, respectivamente, /y/ e /w/). Constituem a vogal silábica o chamado ditongo decrescente, como em *pai* e *pau*, que se opõem distintivamente a *pá*. (CÂMARA JR., 1969, p.26-27, grifo do autor).

Ao analisar as sílabas dos ditongos como travadas, considerando *V/y,w/* como uma modalidade de sílaba travada, assim como *V/z/*, *V/r/* ou *V/l/*, Câmara Jr. (1969) admite uma análise VC, o que implicaria considerar o glide na Coda. Além disso, o estudioso prevê a sílaba sendo constituída por um *aclave*, um *ápice* e um *declive*.

Collischonn (1996, p.111) sugere o seguinte gráfico:



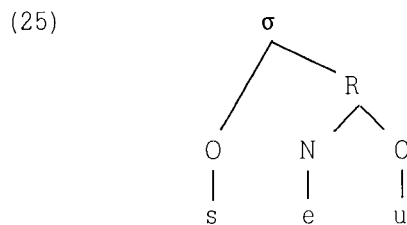
e o interpreta:

O ápice é constituído por uma vogal. O aclave é constituído por uma ou duas consoantes. O declive é constituído por uma das seguintes consoantes /S/, /t/, /l/ ou pela semivogal /y,w/. Além destas, considera a consoante nasal no declive, já que interpreta as vogais nasais como sendo fonologicamente "vogal fechada por consoante nasal".

Tal interpretação de Collichonn (1996) nos permite acreditar que a autora defende a posição do glide na Coda e sugere que Câmara Jr. (1969) também defendia essa hipótese¹⁰, que pode, realmente, ser sustentada e sugerida como sendo a mais viável também para o PA.

O único contra-argumento de Câmara Jr. que, sobre a questão do glide, merece ainda a atenção, foi anteriormente apresentado e incide sobre a ocorrência/não-ocorrência de "R" forte e "R" fraco depois de posição preenchida na Coda, ou não, respectivamente. Sobre esse assunto, Somenzari (2001) mostra que no PA consoantes "RR", grafadas como duplas, correspondem a geminadas em alguns contextos. Isso equivale a dizer que elas ocupam uma posição na *coda* da sílaba anterior e uma no *onset* posterior. Assim, em *europe*, não poderia mesmo aparecer um "R" forte, porque a posição de *coda* já está ocupada pelo glide. O problema de assumir para o PA um molde como o proposto em (22), então, seriam apenas casos como *guelra* (que existem no PB) - ocorrências que não foram encontradas no *corpus* em questão; logo, um problema que não traz complicações para a análise do PA, embora continue pendente para a interpretação dos dados do PB.

Cagliari (1998, p.49) afirma que, no Português Brasileiro, "[...] a ditongação ocorre por uma ramificação da Rima, com a vogal ocupando a posição de Núcleo e a semivogal a de Coda". Além disso, tal interpretação pode ser reforçada pela teoria desenvolvida por Spencer (1996) que sugere a intuição do falante acerca dos constituintes silábicos e apresenta a vogal como elemento central da sílaba, ou seja, a vogal desempenhando papel de alicerce para a sílaba, tratando-se assim, do elemento mais proeminente. Sendo o glide uma semivogal, pode-se concluir que terá um papel secundário, com menor proeminência; para que o falante possa distinguir um ditongo de um hiato, o glide deverá ocupar uma posição na Coda, como defendem os estudiosos acima citados. Como esta argumentação é válida também para o PA, conseqüentemente, teremos, na verdade, planilhas com apenas uma posição disponível no núcleo, como (25):



No PA, deparamo-nos com ocorrências como *meu*, *seu*, *sande*, representadas acima, que são idênticas aos ditongos atuais, mas a interpretação fonológica

¹⁰ Ver também Schane (1995).

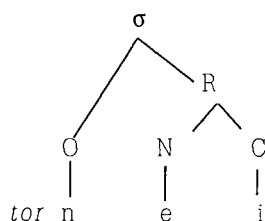
não é tão tranqüila quanto parece, visto que a qualidade desses encontros vocálicos pode ser discutida - o que tem importância crucial para a análise. Bisol (1989) distingue dois tipos de ditongos: os pesados (ditongos "verdadeiros", irredutíveis - ex.: *reitor*) e os leves (redutíveis - ex.: *caixa*). Se, na estrutura silábica, ambas as vogais forem morais¹¹, tratar-se-á de um ditongo pesado, segundo Bisol (1989). Ao contrário, se ambas as vogais estiverem subordinadas a uma mesma mora, então, a estrutura corresponderá a um ditongo leve.

Bisol (1994) retoma a análise feita em 1989 sobre os ditongos fonológicos ("verdadeiros") e os ditongos fonéticos ("falsos") e afirma:

O primeiro, invariante (*reitor, pauta*) está representado na estrutura subjacente por duas vogais, como um autêntico ditongo, enquanto o segundo, que ora se manifesta ora não (*peixe - peixe, feira - fera*), possui na estrutura subjacente, apenas uma vogal, formando-se o glide em nível mais próximo à superfície. (BISOL, 1994, p.123, grifo do autor).

Assim, temos nos verdadeiros ditongos uma Rima ramificada, constituída de duas vogais, sendo que a "vogal alta dessa configuração manifesta-se foneticamente como glide" como defende Bisol (1994, p.126). Tais ocorrências podem ser exemplificadas por árvores como (26):

(26)



Já os "falsos ditongos", segundo Bisol (1994), não existem na forma subjacente ou de base, mas são conseqüência de um processo de assimilação, portanto, podem ou não se realizar, sendo dependentes da criação de um glide epentético.

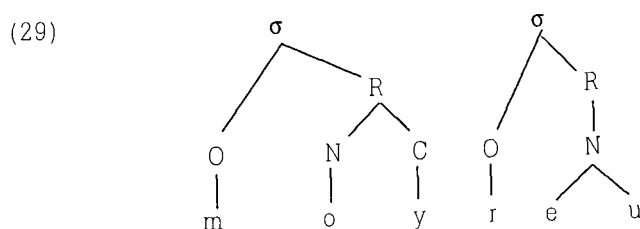
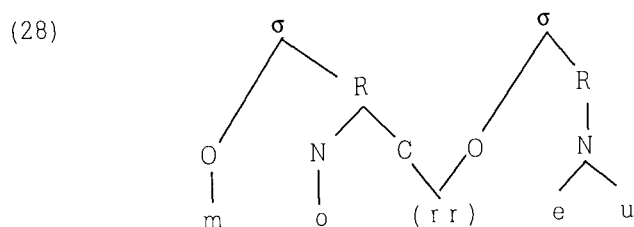
A diferença, portanto, entre os ditongos "verdadeiros" e os "falsos" está na forma de base, ou seja, são encontros vocálicos na estrutura superficial, mas não necessariamente na estrutura profunda; em outras palavras, os primeiros apresentam duas vogais na Rima desde a estrutura subjacente, os segundos, não.

Existem ainda ocorrências, como a variação *moyreu* e *morreu*, muito recorrente e que aparece nos versos 5 e 6 da cantiga 35 do Cancioneiro da Ajuda, de autoria de Paio Soares de Taveirós (CANCIONEIRO..., 1994).

(27) Ay | mia | fen | nor | a | ffi | moȳ | reu
 Co | mo | mo | rreu | quen | foȳ | a | mar

¹¹ De acordo com o modelo métrico de Hayes (1995), para estabelecer o peso da sílaba é preciso contar o número de elementos no núcleo ou na rima, através da contagem de moras (μ), assim, a sílaba associada a uma mora é tida como leve e a sílaba associada a duas moras, ou mais, como pesada.

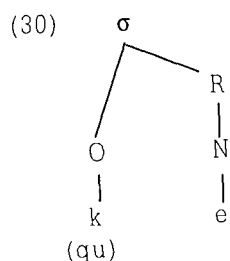
Neste caso, como mostra Somenzari (2001), a seqüência "RR", em *morreu*, é uma consoante geminada, ou seja, ocupa uma posição na *coda* da sílaba anterior e uma no *onset* da posterior; assim, pode-se dizer que, na ocorrência *moyreu*, o glide se forma da mora deixada pela consoante que trava a primeira sílaba (como se trata de uma consoante geminada, ela ocupa a *coda* da primeira sílaba e o *onset* da segunda ao mesmo tempo), trata-se, desta forma, na terminologia de Bisol (1994), de um ditongo derivado, cujo processo de formação está representado nas planilhas (28) e (29) :



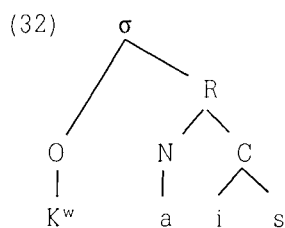
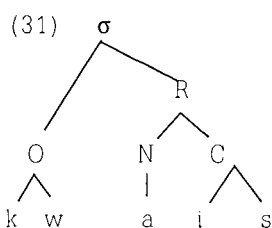
Casos de QU- e GU-

Com relação às seqüências grafadas com QU-/GU-, há a possibilidade de a vogal *u* ser pronunciada ou não. Em ambos os casos, o encontro vocálico que ocorre, na escrita, entre U+V não é considerado como tal no nível fonológico.

Existem ocorrências no *corpus*, como *que*, nas quais parece ser mais adequado considerar as seqüências *qu-/gu-* como dígrafos, ou seja, duas letras com o valor de um único som. Neste caso, a vogal *u* e a que a sucede não formam um encontro vocálico no nível fonológico. Por exemplo, *que*, em (30):



No entanto, em ocorrências como **quando**, **quais**, **quão**, existe teoricamente a possibilidade de considerar a semivogal U ocupando a segunda posição no onset, como no exemplo (31); ou ainda, de interpretar *Qu-* ou *Gu-* como consoantes labializadas, como na árvore (32). Mesmo nos casos em que o *u* é pronunciado (como em **quando**, **quais**) e há a formação de um ditongo crescente no nível fonético, considera-se que essa vogal não constitui um ditongo, no nível fonológico, com a vogal que a segue. Um primeiro argumento a esse respeito é a falta de “lugar de ancoragem” para esse segmento no núcleo, que, conforme a planilha silábica adotada após a discussão sobre a posição do glide, só aceita uma vogal. Além disso, como essa vogal *u* só ocorre depois das consoantes oclusivas velares /k,g/ para formar ditongos ditos crescentes, que são, na verdade, falsos ditongos, como já foi apresentado anteriormente, pode-se, portanto, argumentar que a sua ligação é muito mais estreita com a consoante que a precede do que com as vogais que a sucedem.



As duas interpretações acima são possíveis, mas a planilha (32), que apresenta as seqüências *qu-* e *gu-* como consoantes labializadas, é sugerida por Bisol (1989) como a melhor interpretação desse tipo de ocorrência, no Português Brasileiro. A autora (Bisol, 1989, p.216) defende que Câmara Jr. (1969) sugeriu considerar tais seqüências como *unidades monofonêmáticas*, ou seja, consoantes complexas.

Se, por um lado, Couto (1996) discute os problemas que tal interpretação acarreta, dentre eles a desvantagem de aumentar o número de fonemas da língua, por outro, Bisol (1989, p.217) afirma que a partir dessa interpretação “[...] não há aumento no número de fonemas da língua”.

Aumentando ou não o número de fonemas da língua, essa, sem dúvida, é uma interpretação coerente, até porque no Português já existem consoantes complexas,

como [tʃ] e [dʒ], que foram admitidas pela língua (mas como alofones, apenas).

Freitas (2001, p.81) conclui em um estudo sobre os sons de ataque, que as crianças portuguesas processam [kw] e [gw] como / K^w/ e / G^w/, ou seja: “[...] o seu estatuto segmental é o de consoantes velares labializadas [...] o seu estatuto silábico é o de Ataques não ramificados”.

Santos (2001) considera as seqüências Ku-/Gu- como consoantes complexas. No entanto, seus dados mostram que a aquisição desses segmentos se dá depois da aquisição dos onsets complexos CCV (CCV: aos 2;0 para um sujeito e aos 2;2, para o outro; Kw/Gw: depois de 2;5, para um sujeito, e depois de 2;7, para o outro. Os ditongos são adquiridos aos 1;5, para os dois sujeitos). Talvez isto indique que, no Português Brasileiro atual, essas seqüências sejam um onset ramificado /kw/, /gw/ - e não sons complexos /k^w/, /g^w/. No entanto, como não há dados de aquisição de línguas antigas, não é possível saber se a mesma interpretação se aplica ao PA.

De qualquer forma, Giangola (1997) mostra que, no Português Brasileiro, Ku-/Gu- não formam seqüências equivalentes aos ditongos crescentes (glide + vogal), já que kw-/gw- podem aparecer em qualquer posição quanto à acentuação (sílabas tônicas, pretônicas ou postônicas), ao passo que os ditongos crescentes, apenas em posição átona.

A partir das discussões apresentadas, pode-se concluir que as ocorrências de *qu-* e *gu-*, no PA, podem se comportar como consoantes labializadas ou como consoantes complexas, não sendo possível ainda, no momento, optar por uma ou outra interpretação.

Conclusão

Ao final da análise dos encontros vocálicos do PA empreendida neste trabalho, é possível constatar, nos resultados obtidos, que a análise baseada nas teorias fonológicas não-lineares, em especial as que tratam da estrutura da sílaba (fonologias métrica e auto-segmental), no estudo de temas clássicos, permite uma nova visão e, até mesmo, uma nova interpretação dos fatos já conhecidos da história da língua.

Foram encontrados no total 4923 encontros vocálicos, dos quais apenas 2437 são encontros vocálicos “verdadeiros”; as outras 2486 ocorrências são de encontros vocálicos que aparecem apenas na escrita, mas não se concretizam fonologicamente como tais. Tal diferenciação só foi possível pelo uso da poesia como *corpus*, que contribui com a métrica e permite, assim, a partir da escansão, separar as sílabas poéticas. Com as sílabas separadas, foi constatado que em muitas ocorrências, apesar de um símbolo normalmente relacionado à representação de uma vogal aparecer na escrita, sua função no nível mais abstrato de estruturação dos sons da língua (fonológico) era outra – apareceram casos de vogais com função de consoantes na escrita do PA.

A partir deste estudo, foi possível verificar, que, no PA, os *hiatos*, além de aparecerem com a estrutura prototípica (vogais de qualidades diferentes), ocor-

rem também, em quantidade considerável, com vogais duplas (por exemplo, *veer*). Tais ocorrências resultam da possível queda de uma consoante intervocálica, como fica nítido em ocorrências como *viir* (de *venire*). Em outras palavras, na forma de base, os hiatos apresentam vogais em núcleos de duas sílabas.

Com relação aos ditongos, foi preciso separar a análise em dois casos: ditongos crescentes e ditongos decrescentes. Por um lado, foram analisados os ditongos crescentes, que aparecem em número bastante reduzido. Sobre esses encontros vocálicos, confirmou-se para o PA a sugestão de Câmara Jr. (1969) e Bisoletti (1989, 1994), os quais acreditam que, para o Português Brasileiro, não existem ditongos crescentes, que são, na verdade, hiatos na forma de base.

Por outro, os ditongos decrescentes foram grande fonte de reflexão: o primeiro grande problema foi decidir qual posição deveria ser ocupada pelo glide *e*, ao concluir que este deveria estar na Coda (pois as semivogais desempenham as mesmas funções das consoantes que travam sílabas, logo devem ocupar posição na Coda), foi possível sugerir uma planilha silábica para o PA - reduzida se comparada às planilhas sugeridas por Selkirk (1980) e Hogg e McCully (1987), pois sugere uma alteração: um único lugar de ancoragem no núcleo - que viabiliza a interpretação de todas as estruturas silábicas e não abre a possibilidade de serem geradas estruturas agramaticais para o PA.

Sobre as ocorrências de *h* com possível valor vocálico (representando /i/), é importante atentar para o fato de que tal situação só se concretiza com seqüências como *mh-*, *vh-* e *bh-*. Outras seqüências, como *ch-*, são consideradas dígrafos e, como *lh-*, *nh-*, são tidas como consoantes complexas, não configurando, assim, casos de ditongos, na forma de base.

Já as seqüências QU- e GU- só proporcionam encontros entre vogais no nível fonético (ex.: *quando*, *augua*), visto que, fonologicamente falando, tais seqüências podem ser interpretadas ou como uma consoante labializada ou como uma consoante complexa.

Finalizando, este estudo permitiu que fosse constatado que o tipo de encontro vocálico mais comum em PA, não por coincidência, é o ditongo (foram constatados no *corpus* 2030 ditongos, e 407 hiatos), o mais comum também no Português Brasileiro atual. Mas é preciso ressaltar que o PA tolera os hiatos (inclusive não aceita outra solução, em alguns casos), enquanto o Português Brasileiro os evita.

ZUCARELLI, F. E. Vowel sequences in medieval portuguese: their phonological status. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p. 29-48, 2004.

■ **ABSTRACT:** This article studies the vowel sequences in *Cancioneiros* and other Medieval Portuguese documents. The phonological status of these vowels is defined as either hiatus or diphthongs. All data were submitted to auto-segmental and metrical analyses, with particular reference to the general phonological structure of Medieval Portuguese, according to the literature.

■ **KEYWORDS:** Medieval Portuguese; syllable; diphthongs; hiatus; ambisyllabicity; non-linear phonology.

Referências bibliográficas

- BERNARDINELLI, A. Análise da estrutura silábica em uma cantiga de D. Dinis. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.28, p. 391-397, 1999.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.5, n.2, p. 185-224, 1989.
- BISOL, L. Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.10, p. 123-140, 1994.
- Número especial.
- BUENO, F. da S. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1955.
- CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. 2.ed. rev. Campinas: Edição do autor, 1997.
- CAGLIARI, L. C. *Fonologia do português: análise pela geometria de traços e pela fonologia lexical*. Campinas: Edição do autor, 1998.
- CÂMARA JR., J. M. *Problemas de lingüística descritiva*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CANCIONEIRO da Ajuda. Edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Távola Redonda, 1994.
- CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional: Colucci-Brancuti. Reprodução fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.
- COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 95-126.
- COUTO, H. H. As seqüências *qu-* e *gu-* mais vogal. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, n. 4, p. 35-53, 1996.
- CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC, Fename, 1985.
- FERREIRA, M. P. *O som de Martin Codax: sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa: séculos XII-XIV*. Lisboa: UNYSIS, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- FREITAS, M. J. Sons de ataque: segmentos complexos, grupos segmentais e representações fonológicas na aquisição do português europeu. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.36, n.3, p. 67-83, 2001.
- GIANGOLA, J. P. *Constraint interaction and Brazilian Portuguese glide distribution*. Rutgers Optimality Archive. ROA #182-0397. 1997. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 12 dez. 2001.
- GRANUCCI, P.M. F. *O sistema vocálico do português arcaico: um estudo a partir das rimas das cantigas de amigo*. 2001. 321f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2001.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.
- HOGG, R.; McCULLY, C. B. *Metrical phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- LAPA, M. R. *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval*. Rio de Janeiro: MEC, Instituto Nacional do Livro, 1965.
- LIBERMAN, M.; PRINCE, A. S. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, 1997. p. 249-336.
- LOPEZ, B. S. *The sound pattern of Brazilian Portuguese: cariocan dialect*. 1979. Thesis (Doctorate) - University of California, Los Angeles, 1979.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico: um estudo do percurso histórico da acentuação em português*. 1995. 412f. Tese (Doutorado em Lingüística) - UNICAMP, Campinas, 1995.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- MATEUS, M. H.; D'ANDRADE, E. *The phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- NUNES, J. J. *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973.
- PARKINSON, S. Aspectos teóricos da história das vogais nasais portuguesas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCI-

- AÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 12, 1996, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 1997. v.2, p. 253-272.
- SANTOS, R. S. *A aquisição do acento primário no português brasileiro*. 2001. 317f. Tese (Doutorado em Lingüística). - IEL, UNICAMP, Campinas, 2001.
- SCHANE, S. Diphthongization in particle phonology. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed.) *The handbook of phonological theory*. Cambridge: Blackwell, 1995. p. 586-608.
- SELKIRK, E. O. *On prosodic structure and its relation to syntactic structure*. Indiana: IULC, 1980.
- SOMENZARI, T. Estudo do *status* fonológico das consoantes duplas em português arcaico. 2001. Comunicação apresentada no II EDiP – II Encontro de Estudos Diacrônicos do Português. Araraquara: FCL, UNESP, 29 a 31 de ago. de 2001.
- SPENCER, A. *Phonology: theory and description*. Oxford: Blackwell Pub., 1996.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 3.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- ZUCARELLI, F. E. *Ditongos e hiatos nas cantigas medievais galego-portuguesas*. 2002. 139f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2002.

A NÃO DELIMITAÇÃO DE SUBGRUPO VIA ADJETIVOS AVALIATIVOS

Albano Dalla PRIA¹

- **RESUMO:** Neste artigo propomos que adjetivos avaliativos não delimitam subgrupo a partir de um grupo genérico. Demonstramos que, em português, tal delimitação não se verifica, considerando a não ocorrência da estrutura [N + Adjetivo Avaliativo + Adjetivo Avaliativo]. Concluímos que a realização de dois adjetivos avaliativos (pospostos ou antepostos) em relação ao nome parece condicionada à presença da conjunção e entre eles sugerimos duas hipóteses de modificação adjetival para essas estruturas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Adjetivos avaliativos; categorias; coordenação; modificação

Introdução

Segundo Casteleiro (1981), adjetivos que chamamos de avaliativos (Aval), isto é, aqueles que atribuem propriedades, como *alegres*, em *As crianças alegres partiram para a excursão*, têm valor restritivo ou determinativo, na medida em que delimitam um subgrupo a partir de um grupo genérico, assim como fazem os adjetivos que chamamos de classificadores. Do grupo genérico das crianças, delimitaríamos o subgrupo das crianças alegres.

Demonstramos aqui que, em português, isso não se verifica, uma vez que não há incidência de propriedade sobre propriedade: as estruturas [N + Adj Aval + Adj Aval] e [Adj Aval + Adj Aval + N], um SN composto por um nome seguido por dois adjetivos avaliativos (atribuidores de propriedade) e um nome precedido por dois adjetivos avaliativos, não ocorrem. A possibilidade de ocorrência de dois adjetivos avaliativos (pospostos ou antepostos) em relação ao nome parece condicionada à presença da conjunção e entre eles [N + Adj Aval + E + Adj Aval] e [Adj Aval + E + Adj Aval + N].

Em relação à modificação adjetival nessas estruturas (e no caso de adjetivos avaliativos antepostos ao nome no SN), sugerimos duas hipóteses: (a) a não coordenação de adjetivos, mas de SNs, em que o segundo nome estaria elíptico (cada adjetivo modificaria um referente diferente), ou (b) a conjunção estaria unindo duas propriedades que o mesmo referente possui ao mesmo tempo.

Na seqüência, percorremos um caminho teórico até chegarmos a uma proposta de categorização para os adjetivos, retomamos algumas sugestões explicativas sobre a coordenação dessa categoria no SN e desenvolvemos a argumentação de que adjetivos avaliativos não delimitam subgrupo.

O adjetivo

Há muito para se poderia dizer sobre a classe dos adjetivos. Nas duas se-

¹ Departamento de Letras Modernas - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - São Paulo - Brasil. E-mail: adallapria@yahoo.com.

ções a seguir, daremos ênfase a uma proposta de categorização adjetival e a sugestões explicativas sobre a coordenação de adjetivos no SN.

As categorias adjetivais: avaliativo, determinativo e classificador

Averiguando a literatura lingüística, constatamos que os autores apresentam conclusões semelhantes às deste artigo, demonstrando haver basicamente três subclasses adjetivais mais amplas em português.

Neves (2000) caracteriza os adjetivos como sendo elementos que atribuem uma propriedade singular ao substantivo (que já é um conjunto de propriedades). A autora, assim, como Borba (1996), vê nessa atribuição duas funções semânticas fundamentais, bastante ligadas a uma configuração sintática: qualificadora e subcategorizadora do nome, daí falar em adjetivos **qualificadores** e **classificadores**.

Os **qualificadores** indicam propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que definem o nome, incorporando-se de forma accidental ou inerente à natureza do nome, como se constituíssem um traço dele. Incluem-se entre os qualificadores, adjetivos que indicam algum tipo de propriedade. Em *homem grande*, *grande* é uma propriedade de homem, podemos nos referir, portanto à "grandeza do homem". Sintaticamente, quando atributivos, podem estar antepostos ou pospostos. Dada sua vagueza semântica, podem ser graduáveis e intensificáveis (uma forma de diminuir a vagueza) e, instaurando um processo de predicação, podem ser chamados de **predicativos**.

Casteleiro (1981) usa o termo "predicativo" para se referir a adjetivos que apresentam as seguintes características: a) podem funcionar sintaticamente como atributo e predicativo; b) não apresentam a paráfrase de + N; c) podem funcionar como aposto; d) aceitam construções completivas como sujeito (BORBA, 1996).

Os **classificadores** não expressam propriedade, são definitórios, apenas colocam o nome numa classe objetivamente. Os classificadores são denominativos, pois denominam uma subclasse e aparecem normalmente pospostos. O nome *empresário*, por exemplo, pertence a um domínio de entidades, e *judeu* denota a classe dos judeus, tal que, em *empresário judeu*, o nome indica um indivíduo que pertence a uma classe, a dos judeus.

Segundo Casteleiro (1981), adjetivos classificadores (chamados, por ele, de adjetivos não-predicativos) possuem as seguintes características: a) funcionam sintaticamente apenas como atributo (e não como predicativo, a não ser em casos específicos); b) apresentam a paráfrase de + N; c) não funcionam como aposto. Ao contrário dos predicativos, são de caráter não-vago, por isso não aceitam gradação e, em geral, correspondem a de + nome (locução adjetiva), tendo, no texto, a mesma distribuição que essas locuções.

Reelaborando a classificação de Borba (1996) e Neves (2000), Silva e Pria (2002) sugerem, para o português, três classes adjetivais: **determinativos**, **avaliativos** e **classificadores**. Além de manter uma distinção entre adje-

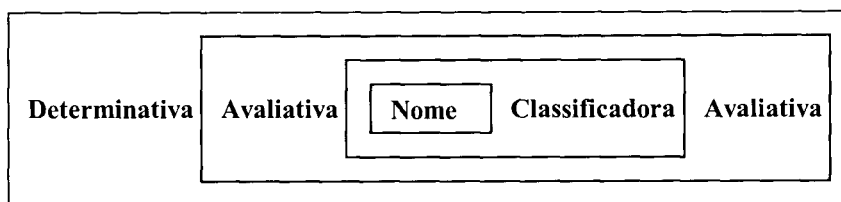
tivos **avaliativos**² e **classificadores**, propõem para o português uma terceira subclasse de adjetivos, isto é, os **determinativos**.

Os **determinativos** antepõem-se ao nome, delimitando sua extensão. Esse grupo inclui tanto adjetivos que quantificam quanto determinam o nome (*única ligação, certas palavras*). Nunes-Pemberton (2000) parece confirmar essa categoria quando, ao se restringir ao estudo da anteposição do adjetivo no SN do português brasileiro falado, sugere a categoria de adjetivos **quantificadores**.

Os adjetivos **avaliativos** podem ser graduáveis ou intensificáveis. Os **antepostos** aplicam-se à intensão do nome, tornando-se, nesse caso, propriedade inerente a ele, que passa a ser designado por tal propriedade. Quando **pospostos**, diferentemente dos **antepostos**, não se tornam propriedades inerentes ao nome, apenas expressam uma propriedade circunstancial (ARNOLD; SADLER, 1994).

Os **classificadores** não expressam propriedade, apenas relacionam entidades classificando-as de forma objetiva ou definitiva. Ocorrem sempre pospostos, modificando a extensão do nome. Há dois subgrupos de **classificadores**: o **argumental** (que possui interpretação semântica argumental), por exemplo: *dano ambiental* (interpretativamente, "dano do ambiente"), e o **não-argumental** (BORBA, 1996; NEVES, 2000): *mudanças políticas não são nenhuma novidade*.

Em suma, com base na identificação dessas categorias, Pria (2002b) sugere que, em português, as três subcategorias adjetivais apontadas, ou seja, adjetivos **determinativos**, **avaliativos** e **classificadores**, existem com a finalidade de preencher três zonas de modificação adjetival, em relação ao núcleo nominal, que são as zonas "determinativa", "avaliativa" e "classificadora", demonstradas a seguir:



Em português, portanto, se o **avaliativo** estiver posposto, fica mais distante do nome, depois do **classificador**, que fica mais próximo. Estando anteposto, o **avaliativo** fica mais próximo do nome em relação ao **determinativo**. Segundo Byrne (1979), havendo conjunções coordenativas entre os adjetivos, elas interferem na sua disposição e no efeito resultante da sua ordenação.

² A denominação **avaliativo** parece mais precisa que **qualificador** (BORBA, 1996; NEVES, 2000), se considerado o julgamento subjetivo do falante em dado contexto discursivo. A subjetividade está presente na língua como um todo. Quando se diz que o uso do adjetivo **avaliativo** depende de um julgamento subjetivo, faz-se referência às opiniões que há por parte do locutor, relacionadas ao conjunto de crenças, valores, afetividades e registro do que ocorre no mundo exterior, transpostas para a língua (BORBA, 1996).

Sugestões explicativas sobre a coordenação de adjetivos no SN

Segundo Byrne (1979) e Teyssier (1968), num SN com mais de um adjetivo empregado pré-nominalmente, o mais próximo do nome refere-se a uma de suas propriedades básicas ou intrínsecas. No entanto, Byrne (1979) argumenta que, havendo conjunções entre os adjetivos, elas enfraquecem a força existente em sua disposição, desaparecendo o efeito provocado pela ordem.

Borges Neto (1991), pensando na conjunção coordenativa, afirma que dois adjetivos ligados por *e* podem predicar, ao mesmo tempo, cada elemento do conjunto delimitado pelo nome ou, então, cada adjetivo predica um subconjunto do conjunto delimitado pelo nome. Em *flores vermelhas e brancas*, por exemplo, haveria duas interpretações: dentre as flores, algumas são vermelhas e outras, brancas; ou as flores são vermelhas e brancas ao mesmo tempo, em que cada flor separadamente apresenta ambas as cores. Às vezes só um caso seria possível.

Haveria, segundo Borges Neto (1991), duas formas de predicação: uma simultânea, que incluiria os dois casos vistos acima, ou uma não-simultânea, que incluiria apenas um caso.

Na predicação não-simultânea, não se trataria de coordenação de adjetivos, mas da coordenação de SNs em que o segundo nome estaria elíptico, o que, segundo Borges Neto (1991), poder-se-ia verificar no nível profundo. Com base na distinção categoremático/sincategoremático de Zuber (1973), o autor considera óbvio que, em se tratando de adjetivos coordenados, ou os dois são categoremáticos ou os dois são sincategoremáticos. Seria categoremático aquele que tem seu sentido estabelecido independentemente do sentido do nome ao qual se liga. O sincategoremático teria seu sentido intimamente ligado ao sentido do nome (BORGES NETO, 1991).

Já pensando na distinção **qualificadores/classificadores**, Neves (2000) alega que adjetivos pertencentes à mesma categoria podem ser coordenados com ou sem conjunção coordenativa, em especial os qualificadores, exatamente pela sua maior autonomia de sentido dentro do SN. No entanto, a autora cita apenas exemplos que dispõem da conjunção coordenativa:

Dois e três homens, armados de laços, contra **pobre e indefeso** animal (ANA)

[...]

Diógenes - tão ativo, tão equilibrado - não pudera ocorrer consigo uma dessas coisas **sobrenaturais e inexplicáveis**, que lhe tomou por instantes o uso da razão (CH)

[...]

Mais um dos muitos sonhos que, desde menino, sua **diffcil e supersensível** natureza insistia em manter para seu maior tormento (A)³ (NEVES, 2000, p.217, grifo do autor).

Tendo apresentado as categorias **avaliativo, determinativo e classificador** e, averiguadas algumas sugestões explicativas sobre a coordenação de adjetivos por meio da conjunção *e*, chegamos a nossa proposta. No item a seguir, a configuração dos dados analisados leva-nos a crer que adjetivos avaliativos não deli-

³ As letras ao final desse exemplo referem-se às suas fontes, que se encontram explicitadas em Neves (2000).

mitam subgrupos e, na seqüência, procuramos desenvolver a hipótese de Borges Neto (1991) acerca da coordenação de adjetivos e verificar como se dá a modificação adjetival nesses casos.

Os adjetivos avaliativos e a não delimitação de subgrupos

Em português, podemos identificar dois tipos de estruturas básicas, envolvendo até dois adjetivos no sintagma nominal: [Adj + N + Adj] e [N + Adj + Adj]⁴. A estrutura [Adj + N + Adj] permite explorar as características dos adjetivos **determinativos** e **avaliativos antepostos** assim como dos **classificadores** e **avaliativos pospostos**. Já [N + Adj + Adj] possibilita explorar as características do adjetivo **classificador** bem como do **avaliativo posposto**.

A identificação de tais estruturas auxilia-nos na medida em que lhes são aplicadas as três categorias adjetivais apresentadas no item “as categorias adjetivais”. Com isso, procura-se mostrar que há uma complementaridade entre a organização do discurso e as propriedades sintático-semânticas dos adjetivos, de tal forma que essa articulação permita ao falante intervir em determinados valores e, assim, atingir determinadas finalidades comunicativas.

[DET N CLASS]

“Um dos tipos é a habilidade de selecionar que forma de frase é apropriada para um determinado contexto lingüístico” (D 20)⁵ (WIDDOWSON apud PRIA, 2002 a, grifo nosso).

Uma vez que os adjetivos **avaliativos** atribuem uma propriedade ao nome, e os **classificadores** colocam-no numa subclasse, são esses que primeiro incidem sobre o substantivo. O adjetivo **determinativo** passa, então, a quantificar ou determinar esse nome investido dessa propriedade ou subclassificado. Em *determinado contexto lingüístico*, o substantivo *contexto* é colocado objetivamente na classe dos *contextos lingüísticos* por meio do adjetivo **classificador lingüísticos** e, só posteriormente, essa nova classe passa a ser especificada ou determinada pelo adjetivo **determinativo determinado**.

[DET N AVAL]

“[...] figuras de retórica nada mais são do que rótulos formais para padrões de pensamento comuns, inerentes nos diversos requisitos especiais da comunicação verbal” (F 66) (HUMPHREY apud PRIA, 2002a, grifo nosso).

⁴ Numa correlação como o inglês, Pria (2001b) identifica também a ocorrência de [Adj + Adj + N] em português, mas tal estrutura parece estar restrita a uma situação de tradução e, mesmo nesses casos, são pouco recorrentes em relação às outras duas estruturas.

⁵ Os exemplos foram extraídos de um corpus composto por textos jornalísticos, científicos, religiosos e um guia de instruções. As referências bibliográficas desses textos encontram-se em Pria (2001a). Para facilitar a consulta, mantivemos a notação ao final do exemplo. A letra refere-se ao texto, e o número, à página de onde foi extraído o exemplo.

Em *diversos requisitos especiais*, atribui-se a *requisitos* a propriedade de serem *especiais*, num contexto específico por meio do adjetivo **avaliativo especiais**. O adjetivo *diversos* passa, então, a quantificar essa subclasse.

[AVAL N CLASS]

"*Uma maravilhosa figura trágica?*" (B 128) (WILDE apud PRIA, 2002a, p.32, grifo nosso).

Em *maravilhosa figura trágica*, a propriedade *maravilhosa* é inerente ao nome que modifica. *Maravilhosa* possui um conteúdo semântico independente, ou seja, que não depende da sua combinatória com o conteúdo do nome que modifica. Esse conteúdo independente é chamado inerente, em oposição a circunstancializado, pois não está suscetível a alterações através de intensificação (**muito maravilhosa figura*) ou gradação (**mais maravilhosa figura*), por exemplo. Investido dessa propriedade, o substantivo passa a ser modificado pelo adjetivo **classificador trágica**. Fala-se da subclasse de *figuras trágicas* que possuem a propriedade inerente *maravilhosas*.

[AVAL N AVAL]

"*-A sua boca colou-se na dele num suculento beijo voluptuoso enquanto as mãos dele apalpavam suas curvas opulentas*" (F 48) (HUMPHREY apud PRIA, 2002a, p.32, grifo nosso).

Em *suculento beijo voluptuoso*, a propriedade denotada por *suculento* é inerente, ao nome modificado e restringida quanto à intensificação (**muito suculento beijo*) ou gradação (**mais suculento beijo*), já o conteúdo denotado por *voluptuoso* está circunstancializado, podendo entrar em um universo de comparações (*o beijo mais voluptuoso*) ou mesmo ser intensificado (um *beijo muito voluptuoso*). Se *voluptuoso* aparecesse anteposto e *suculento* posposto, aquele estaria denotando alguma propriedade inerente, e este, circunstancializada.

[N CLASS AVAL]

"[...] *ela apresenta a consciência de Miriam em seu estado não-articulado ... Muito raramente a autora abre mão dos ([métodos descritivos] comuns)*" (F 31) (HUMPHREY apud PRIA, 2002a, p.35, grifo nosso).

Em *métodos descritivos comuns*, deriva-se a subclasse *métodos descritivos* por meio do **classificador descritivos** e, posteriormente, essa subclasse recebe uma propriedade temporária através do adjetivo **avaliativo comuns**.

[N CLASS CLASS]

"*Quando o aluno aprende que uma nova língua não é simplesmente um código que ele tem que romper a fim de transmudá-lo na língua materna familiar já terá para si uma importante intravisão do significado de cultu-*

ra" (C 260) (RIVERS apud PRIA 2002a, p.35, grifo nosso).

Em *língua materna familiar*, derivam-se duas subclasses por meio dos classificadores *materna* e *familiar*. *Língua materna* é uma subclasse de *língua*, já *língua materna familiar* é subclasse de *língua materna*.

O *corpus* não apresenta as configurações [N + AVAL + AVAL] e [AVAL + AVAL + N]⁶, ou seja, nome mais dois adjetivos avaliativos pospostos ou antepostos. Apresenta, no entanto, configurações com dois avaliativos pospostos ou antepostos separados pela conjunção *e*⁷:

[N AVAL E AVAL]

"Se conseguir expulsá-la do meu pensamento não poderei encontrar em algum lugar, um **casamento calmo e amigável**" (A 62) (GREENE apud PRIA, 2002a, p.27, grifo nosso).

"Na **cozinha escura e ampla** do moinho abandonado, a senhora conversava com Hermione e com Gerald" (E 134) (LAWRENCE apud PRIA, 2002a, p.27, grifo nosso).

[AVAL E AVAL N]

"[...] não tornaria a escutar aquelas **sutis e venenosas teorias** que haviam despertado nele, pela primeira vez, no jardim de Basílio Hallward, a paixão por coisas impossíveis" (B 113) (WILDE apud PRIA, 2002a, p.28, grifo nosso).

"Mas a humanidade não passa de uma árvore que secou, coberta de **belas e brilhantes frutas secas**, que somos nós" (E 126) (LAWRENCE apud PRIA, 2002a, p.28, grifo nosso).

A ocorrência das estruturas portuguesas [AVAL + E + AVAL + N] e [N + AVAL + e + AVAL] e a não ocorrência das estruturas *[AVAL + AVAL + N] e *[N + AVAL + AVAL] já seriam o suficiente para confirmar a hipótese de que as propriedades denotadas pelos adjetivos avaliativos atuam uma sobre a outra, o que nos leva a concluir também que adjetivos avaliativos não determinam um subgrupo do conjunto designado pelo nome.

Os classificadores atuam uns sobre os outros à medida que cada um coloca o nome em uma classe. O nome, *língua*, pertence a um domínio de entidades. *Materna* e *familiar* denotam a classe das coisas *maternas* e das *familiares*, respectivamente, tal que, em *língua materna familiar*, o nome indica um objeto que

⁶ Lemle (1979) e Neves (2000) também não dispõem de tais exemplos.

⁷ Neves (2000, p. 217, grifo do autor) também apresenta exemplos com a conjunção *e*: "não pudera ocorrer consigo uma dessas coisas sobrenaturais e inexplicáveis" e "Dois e três homens, armados de laços, contra pobre e indefeso animal".

pertence a uma classe, a das coisas maternas, e a classe das línguas maternas pertencem a outras classe, a das coisas familiares. A figura a seguir descreve essa relação.

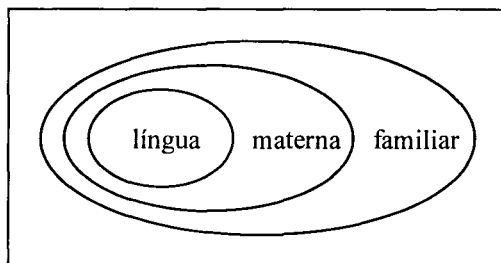


Figura 1: Descrição da atuação de adjetivos classificadores.

Não se pode fazer o mesmo raciocínio para adjetivos avaliativos. Em *casamento calmo e amigável*, a denotação de cada adjetivo se relaciona à denotação do nome, mas as denotações dos adjetivos não se relacionam, tal situação é descrita pela Figura 2.

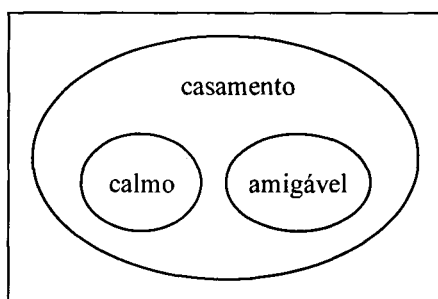


Figura 2: Descrição da atuação de adjetivos avaliativos.

Em se tratando da estrutura [N + CLASS + AVAL], apenas o **classificador** determina subclasse. Condicionado pelo momento enunciativo, o **avaliativo** atribui uma propriedade temporária à subclasse formada por [N + CLASS]. A favor dessa hipótese temos o argumento de que os **classificadores** formariam compostos com o nome, daí serem, às vezes, chamados de pseudo-adjetivos. Veja-se o exemplo:

"[...]esse método ... na melhor das hipóteses, fornece um **materi-
formativo valioso** para a verdadeira tarefa de penetração da cultura estrangeira" (C 266) (RIVERS apud PRIA, 2002a, p.29, grifo nosso).

O adjetivo **classificador informativo** determina uma subclasse de ma-

terial, enquanto que o **avaliativo** *valioso* atribui propriedade (subjativa) circunstancializada a a *verdadeira tarefa de penetração da cultura estrangeira*.

A fim de complementar nossas hipóteses, passamos a identificar estruturas que apresentam coordenação de adjetivos por meio da conjunção **e**, e a verificar como se dá a modificação adjetival nesses casos.

A coordenação de adjetivos por meio da conjunção e e a modificação adjetival

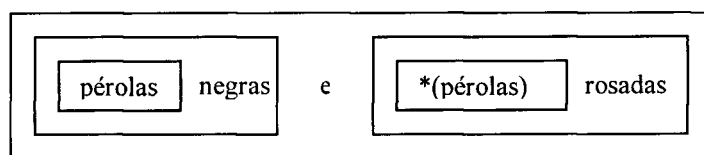
Constatamos que o português apresenta duas estruturas básicas com relação à coordenação de dois adjetivos, isto é, [N + Adj + E + Adj] e [Adj + E + Adj + N]⁸. A aplicação das categorias mencionadas no item "categorias adjetivais" poderá nos auxiliar a desvendar essas relações de coordenação.

Constatamos que apenas os adjetivos avaliativos se coordenam, pois não detectamos, no *corpus*, a ocorrência de coordenação de adjetivos classificadores *[N + CLASS + E + CLASS] nem de determinativos *[DET + E + DET + N]. O mesmo se dá em relação à coordenação de adjetivos pertencentes a categorias diferentes, seja entre os avaliativos e os classificadores, *[N + AVAL + E + CLASS] e *[N + CLASS + E + AVAL], seja entre os avaliativos e os determinativos, *[DET + E + AVAL + N] e *[AVAL + E + DET + N]. Apenas as estruturas [N + AVAL + E + AVAL] e [AVAL + E + AVAL + N] foram identificadas em português.

Apresentamos duas hipóteses para explicar como se dá a modificação adjetival em português nas duas estruturas básicas [N + AVAL + E + AVAL] e [AVAL + E + AVAL + N].

Uma primeira hipótese seria a da não coordenação de adjetivos, mas de SNs em que o segundo nome estaria elíptico. Vejamos o exemplo:

"Mas passamos dos imperadores cobertos de suor, para as pérolas negras e rosadas, as corujas a piar" (L 92) (FORSTER apud PRIA, 2002b, p.43, grifo nosso).



Nesse caso, num conjunto de pérolas, algumas são negras, e outras, rosadas. Cada adjetivo seleciona um subconjunto do conjunto de pérolas. A identificação do referente modificado por *rosadas* acontece porque *pérola* ocorreu anteriormente.

A segunda hipótese está representada pela representação a seguir:

⁸ Segundo Pria (2002b), a estrutura que apresenta adjetivos pospostos [N + Adj + e + Adj] sempre prevalece, em número de ocorrência, sobre a que apresenta adjetivos antepostos [Adj + e + Adj + N].

pérola negras e rosadas

A conjunção estaria unindo duas propriedades que o mesmo referente possui ao mesmo tempo, o que não ocorre na primeira hipótese, em que se atribuem a referentes diferentes as propriedades indicadas pelos adjetivos.

Podemos inferir que, na segunda hipótese, há acumulação de propriedades em relação ao mesmo referente. As mesmas *pérolas negras* são também *rosadas*, e as *pérolas rosadas* são também *negras*. Isso nos permite argumentar que poderia haver, na língua, algum item lexical que desse conta de expressar essa acumulação. Talvez essa seja a função do item *multicolor*, por exemplo, em um sintagma como *pérolas multicolores*, ou seja, indicar que um mesmo referente possui várias cores. Vejamos outro exemplo:

“Na **cozinha escura e ampla** do moinho abandonado, a senhora conversava com *Hermione* e com *Gerald*” (E 134) (LAWRENCE apud PRIA, 2002a, p.27, grifo nosso).

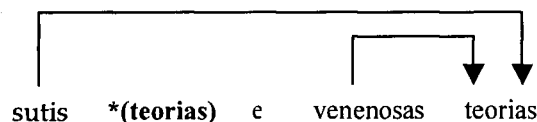
Nesse caso, a mesma *cozinha*, ao mesmo tempo, possui duas propriedades (avaliativas) circunstancializadas ao contexto discursivo. A *cozinha escura* é, ao mesmo tempo, *ampla* e a *cozinha ampla* é, ao mesmo tempo, *escura*.

Até aqui, vimos como se dá a modificação na estrutura que apresenta adjetivos pospostos coordenados [N + AVAL + E + AVAL]. Quanto à estrutura que apresenta adjetivos antepostos [AVAL + E + AVAL + N], apenas a segunda hipótese parece se aplicar, configurando-se a seguinte representação:

sutis e venenosas teorias

“[...]não tornaria a escutar aquelas **sutis e venenosas teorias** que haviam despertado nele, pela primeira vez, no jardim de *Basílio Hallward*, a paixão por coisas impossíveis” (B 113) (WILDE apud PRIA, 2002a, p.28, grifo nosso).

A única possibilidade de interpretação, isto é, de que há acumulação de propriedades indicadas pelos adjetivos coordenados, talvez se deva ao fato de o núcleo do sintagma nominal estar posterior aos adjetivos, impossibilitando uma identificação imediata do referente do adjetivo anterior à conjunção (*sutis*). Conseqüentemente, presume-se que ambos os adjetivos modifiquem o mesmo referente, que é o nome núcleo do sintagma nominal (*teorias*).



Essas constatações podem reforçar o argumento de que adjetivos avaliativos antepostos se referem a propriedades inerentes ao nome que modificam, e que adjetivos atribuidores de propriedades não incidem uns sobre os outros, derivando subgrupos. Veja-se o exemplo:

*"Mas a humanidade não passa de uma árvore que secou, coberta de **belas e brilhantes frutas secas**, que somos nós"* (E 126) (LAWRENCE apud PRIA, 2002a, p.28, grifo nosso).

Ao mesmo tempo e ao mesmo referente (*frutas*), são atribuídas subjetivamente duas propriedades (avaliativas), que parecem se tornar inerentes a esse referente no contexto discursivo. As *belas frutas* são, ao mesmo tempo, *brilhantes* e as *brilhantes frutas* são, ao mesmo tempo, *belas*.

Conclusão

Tendo chegado a uma proposta de categorização adjetival, e averiguadas algumas sugestões explicativas para a modificação adjetival em SNs que apresentam adjetivos coordenados, concluímos, com base na averiguação da ocorrência das estruturas [N + Adj Aval + E + Adj Aval] e [Adj Aval + E + Adj Aval + N] e da não ocorrência de [N + Adj Aval + Adj Aval] e [Adj Aval + Adj Aval + N], que adjetivos avaliativos não determinam subgrupos a partir de um grupo genérico. Tendo em vista essas constatações, lançamos uma hipótese de modificação adjetival para SNs que apresentam adjetivos avaliativos coordenados, isto é: (a) a não coordenação de adjetivos, mas de SNs, em que o segundo nome estaria elíptico (cada adjetivo modificaria um referente diferente), ou (b) a conjunção estaria unindo duas propriedades que o mesmo referente possui ao mesmo tempo.

PRIA, A. D. The non-delimitation of subgroups via evaluating adjectives. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.49-60, 2004.

- **ABSTRACT:** *This paper claims that evaluating adjectives do not always delimit subgroups within a generic group. The non-occurrence of the structure [N + Evaluating Adjective + Evaluating Adjective] in Brazilian Portuguese allows us to demonstrate that such a delimitation does not hold in that language. We conclude that the realization of two evaluating adjectives, in both postposed or preposed positions in relation to the noun, seems conditioned to the presence of the additive conjunction "e" between them, and we suggest two adjectival modification hypothesis for both structures.*
- **KEYWORDS:** *Evaluating adjectives; categories; coordination; modification*

Referências bibliográficas

- ARNOLD, D. J.; SADLER, L. Prenominal adjectives and the phrasal/lexical distinction. *Journal of linguistics*, Cambridge, n. 30, p. 187-226, 1994.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORGESNETO, J. *Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- BYRNE, B. Rules of prenominal adjective order and the interpretation of incompatible adjective pairs. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, New York, n. 18, p. 73-78, 1979.
- CASTELEIRO, J. M. *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1981.
- LEMLE, M. A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 5, 1979, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1979, p. 6-31.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- NUNES-PEMBERTON, G. M. *Os adjetivos antepostos do português falado no Brasil*. 2000. 94f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PRIA, A. D. *A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português*. Relatório científico FAPESP; n. 1, ago. 2001a. 28p.
- PRIA, A. D. *A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português*. Relatório científico FAPESP; n. 2, dez. 2001b. 63p.
- PRIA, A. D. *A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português*. Relatório científico FAPESP; n. 4, fev. 2002a. 63p.
- PRIA, A. D. *A correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português*. Relatório científico FAPESP; n. 6, dez. 2002b. 62p.
- SILVA, A. da; PRIA, A. D. A ordem variável do adjetivo no SN nos séculos XIX e XX: uma questão discursiva. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS, 2., 2002, Araraquara. *Anais...* Araraquara: FCLAr/UNESP 2002, p. 263-271.
- TEYSSIER, J. Notes on the syntax of the adjective in modern English. *Lingua*, Amsterdam, n. 20, p. 225-249, 1968.
- ZUBER, R. La catégoricité et les adjectifs em Polonais. *Langages*, Paris, n. 30, p. 125-131, 1973.

ESTRATÉGIAS METACOGNITIVAS NA BUSCA PELA COMPREENSÃO DE PALAVRAS DESCONHECIDAS EM LÍNGUA FRANCESA

Selma Alas MARTINS¹

- RESUMO: Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa (CESTARO, 2003) que procurou verificar o processo de leitura de aprendizes com conhecimento básico e avançado da língua francesa, na busca pela compreensão de palavras desconhecidas. Propõe um trabalho reflexivo sobre os processos de aprendizagem, tratando a conscientização sobre os mecanismos de aprendizagem de fundamental importância para o desenvolvimento de sua autonomia.
- PALAVRAS-CHAVE: Estratégia de leitura; palavras desconhecidas; língua francesa; trabalho reflexivo; autonomia

Introdução

Refletindo sobre a questão de que, muitas vezes, o aprendiz não tem consciência do tipo de estratégia que utiliza na busca pela compreensão de um texto em língua estrangeira, elaboramos uma pesquisa com oito sujeitos, quatro iniciantes e quatro avançados no conhecimento da língua francesa, todos do curso de Letras de uma universidade estadual paulista. Propusemo-nos a interpretar, por método empírico, as variações das estratégias utilizadas pelos sujeitos durante uma atividade de leitura. Nossa análise procurou apoiar-se na consideração das dimensões cognitivas e metacognitivas, manifestadas por meio das verbalizações e observação do pesquisador.

Em um primeiro levantamento de dados (Estudo I), nosso objetivo foi o de identificar, por meio de depoimentos escritos, como os aprendizes percebiam sua aprendizagem e quais estratégias utilizavam na busca pela compreensão do texto. Em um segundo momento (Estudo II), por meio de questionários, coletamos dados sobre as estratégias que os aprendizes dizem utilizar e, em coleta individual - atividade de leitura - procuramos conhecer, por meio de verbalizações, as estratégias que, efetivamente, os sujeitos utilizam na busca pela compreensão de um texto em língua francesa. Com essa atividade, o que nos interessava era conhecer o processo, o caminho percorrido pelos sujeitos para compreender o sentido do texto e não o produto da compreensão. É desse segundo estudo, mais especificamente, e de seus resultados que procuraremos tratar a seguir.

Para fins da coleta sobre a atividade de leitura realizada pelos sujeitos iniciantes e avançados, priorizamos um texto suscetível de despertar o interesse dos aprendizes-leitores e motivá-los para a leitura, o que nos parece ser um pré-requisito a toda atividade de compreensão escrita. Selecionamos um texto de ficção (vide Anexo), adaptado da revista semanal *L'Express* (1996), classificado por nós como de dificuldade média, por possuir alguns indícios que poderiam guiar a compreen-

¹ Departamento de Letras - UFRN - 59054-500 - Natal - RN - Brasil. E-mail: selmalas@ig.com.br ou selmalas@ufrnet.com.br.

são dos sujeitos, como foto, data (presente no início do texto, "Paris, 2008 [...]"), e estimulante da capacidade inferencial do leitor), com algumas palavras cognatas, como também construções mais complexas e vocabulário não muito corrente.

Por se tratar de um texto longo, fizemos alguns cortes, procurando manter a coerência. O título (*Demain est déjà là...*) também foi propositadamente retirado por acreditarmos que o início do texto: "Paris, 2008", constituiria um melhor indício facilitador de sentido.

Apresentamos individualmente o texto em francês e solicitamos que os sujeitos verbalizassem os meios ou estratégias que utilizavam para compreendê-lo. Insistimos no fato de que não se tratava de um teste; não havia, portanto, resposta correta e que toda contribuição seria de grande interesse para a pesquisa, independentemente dos resultados. Cabe enfatizarmos aqui, o caráter qualitativo que privilegiamos ao longo de todo o processo de coleta e análise.

Utilizamos, para tanto, a técnica de protocolo verbal, por meio da qual procuramos contextualizar interações que dessem voz aos aprendizes. Por meio de perguntas, demos oportunidade para que os aprendizes mostrassem como constroem o sentido do que lêem em língua francesa.

Cohen (1987) divide as formas básicas da técnica de protocolo verbal em três partes, utilizando a seguinte terminologia: auto-relatório (*self-report*) em que ocorre uma descrição do que o informante faz enquanto lê; auto-observação (*self-observation*) quando o informante relata a informação que está na memória de curto prazo. Até vinte segundos, o autor considera "introspecção", após vinte segundos, "retrospecção imediata" e a "auto revelação" (*self-revelation*) que corresponde à forma de pensar alto (*think aloud*), em que o informante fala, no momento em que a informação vem à sua mente, sem analisá-la ou revisá-la.

Do ponto de vista prático, essa distinção é de difícil aplicação, uma vez que, ao realizar o protocolo, se torna quase impossível estabelecer que apenas uma das formas será seguida. A subdivisão de auto-observação, em "introspecção" e "retrospecção imediata", também dificilmente pode ser realizada, pois implica o uso de cronômetro para marcar os vinte segundos mencionados na subdivisão de Cohen (1987).

Tendo em vista a proximidade das formas, torna-se difícil encontrar um relatório que contenha um só tipo de informação. Por isso, optamos por utilizar o protocolo verbal nas formas de "introspecção", "retrospecção imediata" e "pensamento em voz alta", durante coleta dos dados.

Levantamos alguns itens que nos facilitassem a coleta de dados a partir da leitura do texto proposto aos aprendizes, tais como: ancoragem lexical, procedimentos de leitura, funcionamento de indícios de sentido e zona de resistência à compreensão. Neste artigo apresentaremos os resultados do item ancoragem lexical.

Faz-se necessário esclarecer que não pretendemos representar exhaustivamente as estratégias utilizadas pelos sujeitos para construir o sentido do texto. Considerando a grande quantidade e diversidade de estratégias que envolvem a tarefa de leitura, tivemos que fazer escolhas. Assim, procuramos privilegiar as estratégias mais citadas pelos sujeitos no primeiro e segundo estudos.

Apesar de o uso do dicionário ter sido a estratégia mais citada pelos apren-

dizes, à pergunta: "Que estratégias você emprega para compreender o sentido de palavras desconhecidas?", nos depoimentos escritos do Estudo I, não foi possível avaliar o uso dessa estratégia, uma vez que os aprendizes participantes desta pesquisa não tiveram acesso ao dicionário, durante a leitura do texto que lhes foi proposto. O que nos interessava era perceber como o sujeito procurava construir um sentido para a palavra desconhecida, antes de confirmar seu significado no dicionário.

Durante a coleta, distribuímos o texto e aguardamos a reação dos sujeitos. Nosso objetivo era perceber as estratégias que utilizavam com vistas à compreensão, sem, contudo, nos preocuparmos com a quantidade de informação relatada por eles.

Em seguida, perguntamos aos leitores "quais palavras ou indícios guiaram sua compreensão do texto". Nosso objetivo era o de conhecer como os leitores participantes desta pesquisa direcionavam sua atenção seletiva. Os dados analisados a seguir, referem-se às respostas obtidas por meio desta questão.

Ancoragem lexical

No caso de uma atividade de leitura, chamamos de ancoragem (em associação ao francês *stratégie d'ancrage*) a estratégia em que o leitor se apoiou para dar uma "amarração" e um sentido ao que lia, isto é, em que elementos se fixou para elaborar hipóteses semânticas. O apoio nas palavras conhecidas e a equivalência interlingual entre português e francês foram as estratégias mais citadas, por ambos os grupos: iniciantes e avançados.

Palavras conhecidas

Para melhor esclarecimento dos termos citados neste item, propomo-nos a definir **palavras lexicais** como expressão que é geralmente utilizada para designar as unidades significantes, não essencialmente gramaticais, em oposição às preposições, advérbios etc; **palavras transparentes ou cognatas** aquelas cuja grafia e significado aproxima-se dos da LM; **falsos cognatos**, termos em que a grafia da palavra estrangeira é semelhante à da LM, mas cujo significado é diferente.

As **palavras lexicais** foram as mais citadas como importantes à ancoragem do texto. Entre as palavras conhecidas, a primeira a ser citada pelos sujeitos como principal, para se fazer uma ancoragem na busca pela compreensão do texto, foi *ordinateur* (computador), que apareceu nos dados de três sujeitos principiantes (aparecem com a sigla **P**, na transcrição) e nos relatos de dois sujeitos de nível mais avançado (utilizamos a sigla **A**, na transcrição).

P7- "[...] ordinateur eu aprendi em uma lição aqui do curso, cuisine [...] o que mais eu aprendi [...] já tinha aprendido la salle à manger [...]"

P14- "Bom, a primeira palavra que eu encontrei e me encaixei, aqui, foi ordinateur computador, né, então deu uma esclarecida boa que está falando de

tecnologia... Ah, eu acho, acho que se eu não conhecesse essas palavras [...] principalmente ordinateur acho que eu não conseguiria [...]"

P12- " Ah, ordinateur que é computador, né?"

Apesar de no texto aparecer uma representação gráfica que poderia servir de indício de sentido, uma vez que nela aparecia um macaco diante de uma tela de computador, o sujeito P16, entretanto, afirmou não conseguir lembrar o que significava ordinateur :

P16 - "[...] não sei o que é isso puissant ordinateur não sei o que é isso, não. Ahh, ordinateur é alguma coisa de casa, que não me lembro, coisa de quarto, acho ..."

Como podemos observar, os sujeitos procuraram se apoiar em palavras já conhecidas, aprendidas em aula. Mesmo P16, que não conseguiu lembrar do significado da palavra *ordinateur*, fez, possivelmente, referência à lição em que este tipo de vocabulário – mobiliário- foi estudado. A lição citada é a 3, Un bureau fou, fou, fou!, do livro didático Nouvel Espace de Guy Capelle (1998).

Nessa unidade, além do vocabulário referente ao escritório, consta um exercício em que os aprendizes devem escrever o nome do mobiliário de um quarto. O computador aparece entre os objetos a serem mencionados.

Todos os sujeitos de nível adiantado disseram procurar se apoiar nas palavras conhecidas, como guia de compreensão. A palavra *ordinateur* e as palavras relacionadas à tecnologia ajudaram os sujeitos a antecipar um sentido para o texto, como demonstram os relatos de A4 e A5, quando solicitados a citar as palavras chave na busca pela compreensão.

A4- "Palavras: computador, l'ordinateur, linha 10, carte magnétique, systeme na linha 12, qu'il trouve un peu archaïque (relendo em francês) na linha 13, isso é arcaico, vai vir coisa mais moderna. São essas palavras, assim, relacionadas com computação, com a tecnologia, a carros, a radares, como fala..., antena , não é antena que tá aí, ah, satélite (risos) [...]. que mais...a clonagem que na época já é tão comum .

A5- "As palavras magnétique, systeme [...] quando fala de radar, satellite, eléctronique. Eu já percebi que era isso mesmo, pela figura [se referindo à figura do macaco diante da tela de um computador, que aparece ilustrando o texto], deu para perceber que o principal é o vocabulário de tecnologia".

O sujeito A1 afirmou não ter tido problema com o vocabulário, citou como palavras chave a data (2008), o nome do personagem, Jean François Toulemonde - que sugere uma padronização - e citou, ainda, seu gosto pela ficção científica.

A1- "Primeiro a data, 2008, e aí a idéia de padronização, Jean François Toulemonde, então [...] você vê que ele é [...] que tudo que ele fizer é uma idéia que tudo que ele fizer aqui é uma coisa que todo mundo faz ou vai fazer, aí depois tem o fato de eu gostar de ficção científica, eu tenho o hábito de ler, então todo esse monte de equipamentos que ele vai descrevendo, eu tenho idéia do que seja... "

Além das palavras relacionadas à tecnologia, outro meio observado como base para se construir o sentido do texto foi o das palavras transparentes, palavras isoladas ou grupos nominais, todos (quase) homógrafos, cobrindo nas duas línguas o mesmo campo semântico: travail, *systeme*, *satellite*, *longue reunion*

de travail, carte magnétique, réfrigérateur, camion sans chauffeur, clone électronique, billets, science-fiction.

Semelhança das línguas francesa e portuguesa

Alguns sujeitos mostraram-se cautelosos quanto à identificação do significado de algumas palavras pela semelhança com o português.

O sujeito P14, ao procurar um significado para "un camion sans chauffeur" percebeu a similaridade com o português, hesitou por medo de falso cognato, mas por fim aceitou a semelhança. Transcreveremos, a seguir, o diálogo entre o sujeito (P14) e o pesquisador (PE):

P14- "...camion sans chauffeur é igual ao português?"

PE- "O que você acha?"

P14- "[...] de repente, né? Porque o professor 'tava' falando esses dias, da palavra couvert que em português se diz "tem que pagar o couvert", já em francês são os talheres, né? (relendo o texto silenciosamente) [...] camion sans chauffeur. Um caminhão sem chofer [...]"

Com relação a esse mesmo item, o sujeito P16 mostrou resistência em aceitar a palavra *chauffeur* com o sentido em que é utilizada em português.

P16- "Chauffeur, por exemplo, não sei o que é."

PE- "Chauffeur?"

P16- "É. Geralmente a gente não procura fazer associação, como faz o pessoal de inglês [...] que uma coisa é parecida com o português, mas na verdade não é. Então esse negócio que se aprende geralmente em escolas de idioma, né? Eu não procuro fazer porque não dá, não dá."

Ao citar o curso de inglês, o sujeito P16 deve estar fazendo referência ao curso instrumental, em que os leitores são solicitados a perceber todos os indícios que possam guiar o leitor na busca pela compreensão do texto, inclusive a semelhança das línguas.

Diante do interesse do pesquisador em conhecer mais sobre como o sujeito percebia a semelhança das línguas, P16 continuou a esclarecer sua posição contrária a se fazer associação com a língua materna:

"[...] você pega o vício [...], às vezes você vê a palavra que é parecida com o português e você tem é que desconfiar e evitar, sabe?"

"[...] você cria um bloqueio que não vai procurar o que significa [...] encaixou, então serve, vai. Sei lá, chauffeur pode até ser o cara que está dirigindo, lá, mas de repente não é [...], e aí?"

Em outro momento o mesmo sujeito P16 sente-se bloqueado por ter se deparado com palavras semelhantes às do português nas linhas 47 e 48:

P16- "Daqui da Marilyn, ele está falando dela, dos filmes, uhmm. ele fala - o filme longa metragem com a Marilyn Monroe [...] tem alguma coisa com clone, ai meu Deus, o que eu percebo é que tem nesse texto algumas palavras bem próximas da língua, do português, no caso, isso complica, deixa a gente desconfiado [...]"

Percebemos, como particularidade do sujeito P16, que quase nenhuma inferência

foi verificada em seu discurso quanto aos processos cognitivos implicados em uma atividade de leitura-compreensão. O sujeito P16 não parece aceitar o apoio na equivalência interlingual na busca pela compreensão do texto.

Ao perceber certa resistência por parte de alguns sujeitos em trabalhar com a semelhança das línguas, mesmo entre os sujeitos mais avançados nos estudos da língua francesa, procuramos observar e mesmo perguntar, durante a coleta, como os sujeitos percebiam a similaridade do português e francês.

Quando indagado sobre qual procedimento tinha guiado a compreensão do texto, o sujeito A3 citou as palavras conhecidas e acrescentou:

A3 - "Me baseei nas palavras que conheço. Eu conheço... né.. um bom tanto delas e acho que eu tenho dúvida, aqui não há muitas, geralmente eu, eu vejo pelo contexto mas eu também tomo cuidado com os falsos cognatos, porque o francês, ele engana bastante, porque às vezes a palavra parece com o português, mas acontece que o sentido às vezes é até oposto.", prosseguindo na sua justificativa " [...] a gente não pode confiar cegamente nesta semelhança, a gente tem [...] fazendo a língua, a gente vai vendo, com o tempo e através dos erros que a gente comete no decorrer do curso, que a gente se engana muito. Os professores também chamam a atenção, sempre pra isso. Quando a gente vai fazer leitura, assim em classe, eles até testam: O que significa isso? Aí você responde e não é nada daquilo" (risos).

Quando indagado sobre os procedimentos que utilizou para compreender o texto, o depoimento de A4 reforça a posição de A3.

"[...] quando eu não sei uma palavra exatamente, eu lembro pelo português porque [...] maaaas associo duvidando, porque tem muitos falsos cognatos".

O sujeito A5 reconhece a ajuda da semelhança das línguas, mas também hesita em utilizá-la:

PE- "A semelhança do francês e português te ajudou a compreender o texto?"

A5- "Ajudou muito. Muitas palavras são parecidas com o português, às vezes a gente se engana com algumas."

PE- " Você procura evitar a semelhança com medo de errar?"

A5- "Quando eu estou com dicionário sim, eu procuro no dicionário, mesmo algumas palavras que eu tenho certeza que é aquilo, igual ao português, eu procuro."

Percebemos, nos depoimentos transcritos, que a fala do professor teve influência determinante na escolha da estratégia de leitura que trata da utilização dos conhecimentos da língua materna na aquisição de uma língua estrangeira.

Os sujeitos reproduzem a fala dos professores e temem a semelhança das línguas, que é geralmente vista com reserva e mesmo de forma negativa. Os professores, pelo que sugerem os depoimentos, não procuram trabalhar com vistas a desenvolver a autonomia do aprendiz, no sentido de proporcionar-lhes meios de desenvolver a leitura com base em seus conhecimentos prévios, inclusive no da língua materna.

Os aprendizes devem ser advertidos da possibilidade dos falsos cognatos, mas a semelhança, principalmente no início da aprendizagem, deve ser vista como

recurso facilitador.

Algumas pesquisas, no entanto, apontam para o fato de que algumas vezes, as palavras cognatas não são utilizadas como estratégia que facilitaria a compreensão.

Com o objetivo de conhecer quais os tipos de estratégia de leitura são utilizados por alunos universitários na leitura em português e Inglês como língua estrangeira, Ribeiro (1989) solicitou que os 12 sujeitos de uma pesquisa - alunos universitários de nível pré-intermediário de inglês - lessem um texto em inglês e outro em português. Através da técnica de protocolo verbal e da análise das respostas das entrevistas dirigidas, obteve dados para construir uma taxonomia de 25 estratégias utilizadas na leitura de inglês, sendo 20 delas também utilizadas na leitura em português. Estratégias como decodificação do significado pelo contexto, adivinhação e reconhecimento de cognatos apresentaram baixa frequência na leitura em língua estrangeira.

Por vezes, até há identificação do significado de palavras, mas isso não chega a contribuir para a compreensão do texto. É o que pudemos constatar pelo depoimento de P12, que diz compreender as palavras isoladamente: P12 - “[...] as palavras eu entendo todas, mas no contexto, assim fica, sei lá, fica difícil”.

Em estudo que tinha como objetivo determinar palavras que os alunos identificam como cognatas, em textos escritos em como inglês língua estrangeira, e investigar como os alunos usam esses cognatos na leitura dos textos, Rodriguez (1986) descobriu uma relação significativa entre a habilidade de reconhecer os cognatos em contexto e a habilidade de compreender o texto. Os protocolos verbais mostraram que os sujeitos - dezessete estudantes universitários brasileiros - não olham para os cognatos e outras palavras desconhecidas, de forma a ajudar na compreensão do texto. A maioria dos cognatos foi identificada somente na leitura rápida inicial do texto.

Trevis (1992) afirma que a partir do momento em que a atenção metalingüística é ativada, não se tem mais o mesmo tipo de escuta, o mesmo tipo de observação, o que pode explicar o fato de algumas palavras transparentes serem ignoradas durante a leitura em LE. Tal consideração pode, eventualmente, justificar a atitude dos aprendizes de se valerem, por vezes, de uma segunda língua estrangeira conhecida, para estabelecer analogias com a língua que se está aprendendo, negligenciando a LM.

O aprendiz tem diferentes graus de consciência de suas próprias atividades envolvidas na aquisição. Cabe a ele colocar as línguas em relação contrastiva, não sendo a proximidade entre as duas línguas uma condição suficiente para que uma forma possa ser transferida. A transferência diz respeito à atividade criativa do aprendiz na construção de seu sistema lingüístico (GIACCOBE, 1992).

Observamos que as palavras conhecidas e a relação de elementos da LE, correspondendo a elementos da LM, permitiram que fossem feitas as primeiras ancoragens e que fossem traçados os componentes essenciais da mensagem .

Conhecimento de outras línguas

O conhecimento de outras línguas - inglês, alemão, espanhol - pouco forneceu indício de sentido. Percebemos a referência ao conhecimento de outras línguas, apenas no depoimento de P12.

P12- “[...] por exemplo se eu não soubesse uma palavra e eu falasse assim, ah ela parece com tal coisa do espanhol, eu ia, se eu não soubesse o significado, eu ia me basear na que parece com o espanhol [...]”.

Mais adiante, P12 afirma:

P12- “[...] invitation, convite, tudo bem aqui parece com o espanhol”.

Sabendo que P16 já havia estudado inglês, o pesquisador pergunta-lhe se esse conhecimento o ajudou a compreender o significado de algumas palavras do texto. O sujeito nega e demonstra ter uma representação negativa da língua inglesa.

P16- “Não. Nossa, eu detesto inglês. Já estudei mas não gosto, esqueci de te falar. Uma coisa que eu achei interessante que você colocou no questionário, das pessoas que têm aptidão ou dom, nossa eu fiz 3 anos de inglês, mas eu preciso voltar porque é preciso, mas eu detesto, de-tes-to, assim, a última língua que eu faria por opção é o inglês...peguei birra [...]”.

Quando o pesquisador perguntou ao sujeito P7 se o conhecimento de outras línguas teria ajudado a compreender o sentido do texto, obteve como resposta:

P7- “Talvez mais o português [...] principalmente o português”.

Nenhum sujeito de nível adiantado citou o auxílio do conhecimento de outras línguas na busca pela compreensão de palavras desconhecidas.

Tendo em vista que os dados obtidos mediante questionário indicam que todos os sujeitos possuem conhecimento – embora rudimentar - de outras línguas, chamou a atenção do pesquisador o fato de eles não terem recorrido a esse conhecimento, para facilitar a compreensão das palavras novas.

Na tentativa de suprir o pouco conhecimento da língua e as dificuldades comuns no início da aprendizagem de uma língua estrangeira, esperávamos que os aprendizes iniciantes recorressem aos conhecimentos anteriores de outras línguas e, principalmente, ao conhecimento da língua materna, sem sentimento de culpa.

Pesquisas apontam para o fato de que o conhecimento de outras línguas pode facilitar a utilização de uma gama maior de estratégias, na busca pelo sentido de palavras desconhecidas.

Carreira (1996), em pesquisa que analisa as estratégias de acesso ao sentido de um texto narrativo em português, utilizadas por aprendizes falantes de uma língua latina (ou românica) e iniciantes no estudo da língua portuguesa, conclui, com base nos resultados desse estudo empírico (e considerando o número reduzido de sujeitos submetidos ao experimento), que, na busca pelo sentido de palavras, os aprendizes que têm conhecimento só da língua francesa seguem um caminho de leitura mais dedutivo, isto é, procuram um tema ou confirmam uma idéia vaga; detêm-se em palavras isoladas que se aproximam do francês e tentam adivinhar o contexto em que tal palavra está inserida. Já os sujeitos que conhecem, ao menos uma outra língua românica, além da francesa, privilegiam a lei-

tura de baixo nível ou *bottom-up*, apegando-se mais às frases ou à parte de frases, recorrendo ao contexto, confirmando ou não sua hipótese, fazendo comparações com outra língua latina (francês / espanhol, por exemplo); fazendo decomposição morfológica, de forma a encontrar elementos próximos da língua de seu conhecimento; fazendo aproximação fônica ou gráfica (ex: chinês- *chinois*), ou aproximação das formas verbais com o espanhol, italiano ou francês.

Podemos pensar na hipótese de que a forma como os aprendizes-leitores da língua francesa estudam e estudaram as línguas estrangeiras influi na escolha das estratégias de aprendizagem que utilizam. Vale perguntar: "Por que os professores não alertam os alunos a fazerem uso de seus conhecimentos prévios? Por que os professores amedrontam tanto os aprendizes iniciantes com o "fantasma" dos falsos cognatos?"

Conclusão

Considerando-se que o número de sujeitos deste estudo é pequeno, e dada a natureza individual da aplicação que os leitores fazem das estratégias, torna-se difícil a generalização de seus resultados. Porém, em uma primeira análise, pudemos observar que, em uma atividade prática de leitura, os protocolos verbais evidenciaram que, mesmo que não se dêem conta, os aprendizes de nível adiantado fazem uso de um bom número de estratégias metacognitivas, superando os aprendizes iniciantes.

Basear-se nas estratégias ou no componente cognitivo não nos parece suficiente para suprir as deficiências lingüísticas e levar à compreensão; consideramos, porém, este recurso um tanto motivador, principalmente no início da aprendizagem.

Apesar da importância atribuída ao uso de estratégias, não perdemos de vista a importância da dimensão discursiva na compreensão de textos. A atividade de leitura relaciona-se também a elementos da situação de enunciação dos textos (quem escreve, para quem, com que intenção), o que demanda um trabalho de sensibilização para os aspectos iconográficos do texto, de forma que o leitor valorize o projeto de leitura, sendo orientado a fazer uma leitura globalizada e dirigida, evitando a linearidade.

No caso desta pesquisa, principalmente, em que os sujeitos são estudantes de Letras, futuros professores de língua, insistimos na importância da conscientização dos mecanismos de aprendizagem, por meio de um trabalho reflexivo sobre o processo de aquisição, de forma que eles se responsabilizem por parte de sua aprendizagem. A verbalização das introspecções dos aprendizes é fundamental no desenvolvimento de sua autonomia.

A partir da conscientização do leitor sobre seu processo de leitura e sobre o controle metacognitivo que possa ter sobre seu raciocínio, o leitor-aprendiz passa a ter um papel mais efetivo no processo de construção do significado. Já que cabe a ele, leitor, construir o sentido numa interação com o texto, visto que, como sugere Widdowson (1996) o texto não tem sentido, mas potencial para sentido, o qual varia de leitor para leitor, dependendo de diversos elementos, mas

principalmente dos relacionados aos objetivos de leitura. O sentido é assim criado pelo leitor na sua interação com o texto.

Quanto mais informado sobre o ensino (o que está fazendo/ por que/como) tanto mais o aprendiz se sentirá capaz de avançar, recuar, procurar novos caminhos a fim de contribuir com sua aprendizagem.

MARTINS, S. A. Metacognitive strategies for grasping unknown french words. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p. 61-71, 2004.

- **ABSTRACT:** This article presents partial research results (CESTARO, 2003) that unveil aspects of reading skills of basic and advanced students of French when faced with the task of grasping unknown words. It discusses reflexive learning, and focuses on the importance of the learning mechanism awareness to the development of the autonomy of learners.
- **KEYWORDS:** Reading skills; grasping unknown words; French; reflexive learning; learning autonomy.

Referências bibliográficas

CAPELLE, G. *Nouvel espace 1*. Paris: Hachette, 1998.

CARREIRA, M., H. A. Indices linguistiques et construction du sens: une étude exploratoire de l'activité de lecture des sujets francophones en portugais. *Etudes de linguistique appliquée*, Paris, n.104, p.411- 420, 1996.

CESTARO, S. A. M. *Estratégias de aprendizagem e autonomia do aprendiz em uma atividade de leitura em língua francesa*. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Linguagem e Educação). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COHEN, A. D. Recent uses of mentalistic data in reading strategies research. *DELTA*, São Paulo, v.3, n.1, p. 57-84, 1987.

GIACOBBE, J. *Acquisition d'une langue étrangère: cognition et interaction*. Paris: CNRS Editions, 1992.

L'EXPRESS. Paris: Groupe L'Express, n. 2366, 7 a 13 nov. 1996. 179p.

RIBEIRO, E. B. *Um estudo comparativo de estratégias de leitura em língua materna e em língua estrangeira*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

RODRIGUEZ, L. *Words identified as cognates in an EFL text*. São Paulo: [s.n.], 1986. Mimeografado.

TREVISE, A. La gestion cognitive de l'étrangeté dans l'acquisition d'une langue étrangère. *AILE*, Paris, n.1, p. 87-106, 1992.

WIDDOWSON, H. G. Reading and communication. In: ANDERSON, J. URQUHART, A.H. (Ed.). *Reading in a foreign language*. New York: Longman, 1996. p. 213-230.

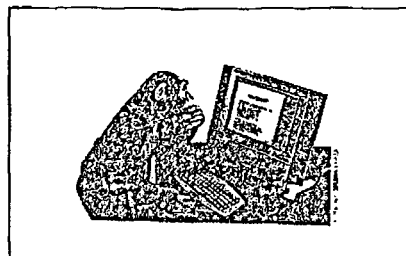
ANEXO

Paris, 2008. Jean François Toulemonde est fatigué. Il revient d'une longue réunion de travail avec des collègues étrangers qu'il rencontrait pour la première fois. Il arrive devant la porte de son appartement, qui se déverrouille et s'ouvre à son approche. L'ordinateur qui gère l'ensemble des fonctions domestiques l'a reconnu à distance, grâce à la petite carte magnétique qu'il porte dans la poche. Jean-François veut changer ce système, qu'il trouve un peu archaïque, pour le remplacer par une reconnaissance vidéo et vocale. Après tout, la machine peut aussi bien l'identifier par son apparence ou sa voix.

Il entre dans son appartement. Immédiatement, la lumière s'allume. A cette heure de la nuit, il n'aime pas un éclairage trop puissant. L'ordinateur le sait: au fil du temps, il a appris l'ensemble de ses préférences.

Dans la cuisine, le réfrigérateur savait que Jean-François dînerait sans doute seul ce soir: aucune invitation ni voyage n'étaient prévus sur l'agenda. Et, comme il n'y avait presque plus rien à manger, le frigo avait de lui-même commandé le plat préféré de son "maître": des lasagnes. Un camion sans chauffeur les a livrées dans l'après-midi. Comme tous les véhicules à cette époque, celui-ci est guidé par satellite. Il repère les obstacles de la circulation grâce à un système d'analyse vidéo et à des radars qui lui signalent aussi les feux.

Jean-François se fait un plateau télé. Il l'emporte dans la salle à manger et s'installe confortablement en face du superbe tableau de Van Gogh qui orne le mur. Il appuie sur un bouton, et le soleil du



peintre néerlandais devient un match de basket-ball. Ce n'était pas un tableau, mais un écran géant, plat, d'une incroyable qualité. Jean-François fait défiler la liste des films: il choisit *Retour vers Niagara*, un nouveau long-métrage avec Marilyn Monroe. Ou plutôt le clone électronique de Marilyn. Mais il est si bien fait qu'on ne voit presque pas la différence. La façon de jouer de l'actrice la plus glamour de l'Histoire a été analysée par de puissants ordinateurs, qui la restituent presque parfaitement. Seul regret: ce style n'évolue pas beaucoup. La machine ne sait pas créer... Pour payer la séance, Jean-François tape son code: 20 francs seront débités sur son compte. Il n'y a plus de billets depuis longtemps. L'argent électronique domine. Pour payer sa baguette ou son café, on utilise des "cartes intelligentes". De simples cartes à puce, comme celles qui étaient utilisées autrefois pour le téléphone, que l'on peut charger de chez soi, par Internet, ou au distributeur automatique de la banque...

Science-fiction? Même pas. Toutes les technologies de ce petit récit existent déjà, dans les laboratoires, aux Etats-Unis comme en France. Demain, elles seront chez vous

L'Express, n° 2366, du 7 au 13 novembre 1996, p. 101-102.

MOVIMENTO DE MISE EN MOTS E PRODUÇÃO DE METÁFORAS FACE AO DESENHO

Alessandra DEL RÉ¹

- RESUMO: Considerando que a linguagem é lugar de movimento, de surpresa, de deslocamento, descrever esse movimento discursivo significa mostrar o que se passa quando uma criança fala, em posição segunda de algo que acaba de ser dito por outras crianças, pelo adulto ou por ela mesma. Qualquer que seja sua forma, esse segundo enunciado constitui uma *mise en mots*, ou seja, uma esquematização que opera uma modificação no pré-dado (*pré-donné*). Tendo isso em vista, realizamos um estudo com dez crianças, entre 4 e 6 anos, da Creche Oeste da Universidade de São Paulo. Tal pesquisa procurou observar, entre outras coisas, a *mise en mots* e a produção de metáforas/deslocamentos diante dos desenhos feitos por elas. Com base no que foi exposto, analisaremos essa *mise en mots* levando em conta que, no caso do desenho, pode-se falar do objeto desenhado ou do que se vê através dele.
- PALAVRAS-CHAVE: Metáforas; crianças; aquisição de linguagem

O presente artigo pretende mostrar, a partir de um estudo realizado com dez crianças, entre 4 e 6 anos, da Creche Oeste da Universidade de São Paulo (DEL RÉ, 1998), a relação *mise en mots*²- deslocamentos, num primeiro momento, durante a produção dos desenhos e, em seguida, no relato dessa produção para a pesquisadora.

Visto que a linguagem é lugar de movimento, de surpresa, de deslocamento, descrever esse movimento discursivo significa explicitar o que se passa quando uma criança fala, em posição segunda, de algo que acaba de ser dito por outra(s) criança(s), pelo adulto ou por ela mesma. Qualquer que seja sua forma, esse segundo enunciado constitui uma *mise en mots* (FRANÇOIS, 1993), ou seja, uma esquematização que opera uma modificação no pré-dado (*pré-donné*), no primeiro enunciado.

A *mise en mots* permite que os sujeitos circulem de um discurso a outro, que entrem em diferentes jogos de linguagem, já que o movimento é sua principal característica. Ao introduzir vários tipos de relação com o conteúdo e com o discurso (do outro ou seu próprio), ela reflete a realidade, seja através das semelhanças ou das diferenças com os outros discursos, seja por meio de outras apreensões do real (HUDELOT, 1997).

Desse modo, a importância de uma análise em termos de *mise en mots*, mais que uma análise propriamente de significados, estaria na possibilidade de se considerar que há mais de uma verdade, mais de uma maneira de codificar um dado objeto.

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP - 01060-970 - São Paulo - SP - Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística. E-mail: aledelre@hotmail.com.

² Em geral, os termos estrangeiros foram traduzidos neste artigo (por nós ou por outros autores). Contudo, optamos por manter alguns deles em versão original, quando não encontramos termos equivalentes em português ou quando julgamos que poderia haver algum tipo de perda no nível semântico. No caso dessa expressão, embora a tradução "colocação em palavras" já tenha sido proposta, acreditamos que ela não dá conta das inúmeras possibilidades de tradução que permitem o verbo *mettre*, em francês.

Quando se diz alguma coisa, a significação desse dizer se coloca pela relação do dito e do não-dito (FRANÇOIS, 1993). No caso do desenho, pode-se falar do objeto desenhado ou do que se vê através dele.

Para François (1997), existem movimentos que são propiciados pelo desenho. É o caso da nomeação, por exemplo, quando uma criança nomeia um personagem que ela desenhou de "Maria". Nesse caso, ela pode ter simplesmente inventado o nome ou pode estar se referindo (conscientemente ou não) a uma "Maria" que ela conhece, de quem ela gosta ou não... De qualquer modo, se a criança nomeia um personagem de "Maria", é porque existem outras "Marias" em outros lugares e não apenas no desenho. Assim, ao falar, face ao objeto desenhado, ela pode estar se referindo ao próprio objeto ou ao objeto visto através daquele que está desenhado.

Pode ocorrer, em alguns casos, de as crianças dizerem pouco sobre o desenho que está servindo de base para a atividade, já que, por vezes, ele se constitui de elementos que ressaltam a realidade, como o sol, a nuvem, as flores, o homem...; ou ainda, mesmo que falem, elas podem omitir aspectos interessantes como a cor, o tamanho, etc. (movimento negativo); falar coisas que estão intimamente ligadas a ele, como os aspectos físicos; ou nada ligadas, como as ações, etc. (movimento positivo).

Esses movimentos e a criatividade expressa neles que, segundo François (1993), podem ser caracterizados pela graça, se manifestam com mais frequência na criança quando ela entra no campo da linguagem, isto é, no momento em que ela começa a **brincar** com a linguagem:

A semântica da criança é [...] estruturada como uma brincadeira em que podemos saltar "graciosamente" de um sentido a outro, de um enunciado a outro. Mais que o conteúdo da palavra da criança que nos faria rir por sua ignorância ou pela ausência de inibição é a graça desse movimento no campo do sentido que é, para nós, **fonte de prazer**. (FRANÇOIS, 1993, p.67, grifo nosso, tradução nossa).

A palavra língua é a fonte e o objeto da graça. A graça é um subproduto **fortuito** e "de graça". Ela é dada, disponível, para quem "a elegeu como parte do próprio ofício, e com um declarado entusiasmo e encantamento por esse a-mais com que a fala da criança nos presenteia" (FIGUEIRA, 1997b, p.28).

No início, essa brincadeira se manifesta oralmente, na linguagem familiar, na qual a criança se sente segura: ela não tem de ter sucesso. Ela pode tentar o que quiser, sem medo de sofrer qualquer tipo de sanção do interlocutor.

Aos poucos, conforme a criança é inserida no âmbito escolar, em que os deslocamentos não constituem organizadores de seu discurso, e à medida que ela é exposta à linguagem escrita, a função metafórica vai mudando de espaço – do oral para o escrito, se colocando onde pode se esconder do olhar avaliativo dos outros (FRANÇOIS; HUDELLOT; SABEAU-JOUANNET, 1984).

Com o tempo, ela vai aprendendo também que há situações que exigem uma monovalência das palavras e outras que pedem *pluricodage*³, por exemplo, para

³ *Pluri-* do latim *plus, plures* (vários) e *codage* do francês (transformação/ produção de uma mensagem segundo um código). Admitir a *pluricodage* das palavras, assim, é admitir que uma palavra pode ter diferentes/vários significados ou ainda pode produzir diferentes/várias mensagens, dependendo da situação.

transgredir a norma pelo puro prazer de fazê-lo, ou manifestar justamente os aspectos da realidade que não ressaltam a simples "transferência de informação". É o que se chama de eficácia metafórica do discurso.

A importância da metáfora (deslocamento) encontra-se, assim, no fato de ela representar uma das maneiras de falar-pensar e de revelar o modo como as pessoas (crianças ou adultos) vêem o mundo, de que modo esse mundo adquire sentido para elas. É a metáfora que possibilitará a entrada da criança num universo de significações inimagináveis, navegar "por mares nunca dantes navegados", e, mais do que isso, constituir em cada um a visão de um "quase outro". Os diálogos se tornam, nesse momento, sinônimo de cultura.

Se não houvesse a possibilidade de colocar junto, no espaço do pensamento, aquilo que não está junto no mundo real, que é justamente o que faz a metáfora, não haveria pensamento. É esse pensamento associativo, imaginativo, metafórico, que permite ao homem ser crítico e refletir sobre o mundo.

É por esse motivo, por se tratar de um estudo desse movimento de *mise en mots*, que o termo metáfora adquire, aqui, o sentido de deslocamento: é um movimento que se dá de um domínio a outro, permitindo uma produção de sentidos mais espontânea; é uma forma de liberdade de movimento discursivo, é dizer o que se vê, o que isso poderia ser, o que isso lembra. São mudanças de ponto de vista, de gênero, de mundo, de tema, que colocam junto o que normalmente não vinha junto (RICOEUR, 1975).

Deslocar o gênero é mudar o tipo de enunciado e o modo de encadeamento deles: mostrar, descrever, narrar, nominalizar... A respeito desses gêneros, François (1993) afirma que precisá-los, fazer um inventário exaustivo deles, é uma tarefa difícil de realizar. Isso porque, dependendo dos temas abordados e da relação entre os interlocutores, eles podem diversificar-se. Além disso, eles também podem misturar-se entre si ou mimetizar-se, por exemplo, opondo uma narrativa do mundo real a uma do mundo ficcional, e nesse caso, de um deslocamento de gênero originar-se-ia também um deslocamento de mundo.

É, por exemplo, o que se observa quando se conta a uma criança a história de um cachorro (ficção), e ela fala sobre o cachorro que ela possui, o que ele faz, o que ela faz com ele... Ainda no âmbito dessas narrativas, é possível dividi-las em dois tipos: narrativas genéricas e concretas. Quando se pede a uma criança que desenhe um bolo, por exemplo, ela pode contar o que desenhou dizendo "isto é um bolo", "eu comi bolo ontem" e fazer uma narrativa concreta, ou "eu gosto de comer bolo", "eu sempre como bolo", e construir uma narrativa genérica.

Tem-se, assim, um deslocamento de mundo, quando as atividades humanas variam e com elas os modos de asserção, resultando em mundos diferentes, que não são dados da mesma maneira. Dessa troca de mundo pode-se inferir também uma troca de papéis. Aimard (1988) cita o caso de Étienne que, inicialmente, com uma chupeta na boca, tira-a rapidamente colocando-a na boca de seu pai, no momento em que este lhe oferece o bolo que estava comendo. O pai, diante do ocorrido, ri. Pode-se dizer, assim, que houve nesse exemplo uma inversão de papéis, na medida em que normalmente são os adultos que dão as chupetas às crianças.

O deslocamento temático é a marca da liberdade do espírito-linguagem como

capacidade de colocar junto tudo aquilo que aparentemente não faz sentido (junto), porque o elo não é expressado, mas, consciente ou inconscientemente, se manifesta. Por exemplo, pergunta-se a uma criança o que ela fez no final de semana e ela responde que a mãe dela tem uma nova máquina de lavar roupas. O tema “fim-de-semana” mudou para “a máquina nova da mãe”, mas o não-dito pode esconder algo como “ela saiu com a mãe no fim-de-semana e a mãe comprou uma nova máquina”...

François (1993) fala ainda em deslocamento-retificação, cujos movimentos, pelos quais o discurso se constrói, se deslocam um pouco em relação ao discurso do outro, e em um outro tipo de deslocamento, igualmente importante para a eficácia dialógica: o deslocamento de ponto de vista ou de lugar.

Deslocar o ponto de vista é deslocar a maneira de se enxergar o mundo. Quando se dispõe de um objeto real ou de um objeto desenhado, para que se possa falar dele, é preciso deslocá-lo, deslocar o ponto de vista do observador sobre o objeto considerado, deslocar em relação ao que esse emissor diz, ao que o outro diz – ou disse, levando em consideração, também, o fato de esse outro não dizer. François (1994a, p.22, tradução nossa) observa que parece haver, de um lado, “[...] uma realidade comum e, por outro lado, que essa realidade é dada de diferentes modos, que não há um ponto de vista que sintetize todos os pontos de vista”. Seja repetindo, criticando, modificando o ponto de vista do outro, não existe nada que interrompa esse movimento. Se existem vários pontos de vista, não pode existir um discurso final. O que permanece é, sim, a constituição perpétua de um diálogo com um outro fora de mim ou em mim.

No que se refere à criança, esse deslocamento pode aparecer sob a forma de observações, imitações, jogos de linguagem de acordo com o interlocutor, revelando, por exemplo, que são líderes na escola e tímidos em casa.

Um outro exemplo do que poderia ser esse deslocamento é a relação médico-paciente. Em geral, é o doente quem descreve os sintomas e o médico diagnostica e prescreve, mas no caso do deslocamento de lugar, o doente é que se dá ou não o direito de perguntar, e o médico que confessa sua ignorância, explica ou não. Pode-se dizer que há, então, uma interação entre gêneros, papéis e lugares, que pode ser encontrada em todos os tipos de relação, inclusive nas familiares e escolares.

Esse tipo de deslocamento não pode ser considerado, entretanto, mera substituição de uma palavra por outra, nem de um sentido por outro. É, antes, um jogo em que os dois sentidos, alternativamente, se manifestam e se escondem.

Com base nessas noções e associando-as ao conceito de *mises en mots*, não se pode dizer que elas se referem somente à imagem, mas também ao discurso dos outros – outras crianças ou adultos – ou ao discurso que o próprio emissor produziu antes. Nesse sentido, vale distinguir: a) a *mise en mots* fortemente implicada pelo discurso do adulto – no caso, as intervenções, as perguntas da pesquisadora; b) a *mise en mots* ligada ao discurso da outra criança; e ao contrário, c) a *mise en mots* espontânea da criança.

Desse modo, a fim de verificar esses diferentes tipos de *mise en mots* e os deslocamentos realizados pelas crianças – entre outras coisas –, procedeu-se à

coleta de dados (com dez crianças, entre 4 e 6 anos) em seis sessões de aproximadamente 1h cada uma, registrada em fita magnética. Em seguida, realizou-se a transcrição⁴ e a análise dos dados, com base na forma de interação criança-adulto e criança-criança e nas diferentes situações propostas.

Entre outras atividades⁵, foi solicitado a essas crianças que produzissem desenhos a partir de temas escolhidos em conjunto com elas. Assim, à medida que elas acabavam de produzir seus desenhos, três perguntas eram colocadas (ao autor do desenho e à criança que estivesse com ele): "o que é isso?", "você conhece alguma coisa que seja parecido com isso?" e "você alguma vez viu isso?".

Toda conceitualização é um ponto de vista, no sentido de que é preciso manter uma distância em relação ao discurso do outro. Assim, a primeira pergunta seria uma maneira de estimular a produção de deslocamentos.

Embora, normalmente, a tarefa de definir não favoreça uma produção numerosa de deslocamentos, são essas definições que permitem à criança mostrar o seu ponto de vista sobre tal objeto, visto que é ela quem escolhe, dentro de seu universo lingüístico, a(s) palavra(s) e/ou "expressão(ões)" que mais se adaptem ao seu objetivo. Se por acaso ela não encontrar no eixo sintagmático algo que dê conta de explicitar o que ela quer, naturalmente ela vai recorrer ao eixo paradigmático, ao simbólico, trazendo figuras, palavras, expressões ao seu discurso.

Do mesmo modo, pedir para a criança dizer se ela conhece algo parecido com o que ela vê no desenho é conduzi-la a entrar num jogo, em que ela possa colocar lado a lado diferentes idéias, comparar coisas diferentes, e é também, ao mesmo tempo, proporcionar mais liberdade para que ela possa produzir deslocamentos. Essa "liberdade" proporcionada poderia resultar, eventualmente, em um silêncio por parte delas, mas poderia, ao contrário, fazer com que elas produzissem coisas interessantes.

Segundo Vygotsky (1985), o pensamento humano pode partir da experiência pessoal ou do discurso do outro e o que se pede à criança com a terceira pergunta é que ela se remeta à sua experiência e produza algo.

Desse modo, a partir do que foi exposto até aqui e com base nas três perguntas propostas – e o que não foi perguntado! – seguem alguns exemplos:

"o que é isso?"

(P, pesquisadora; L5 e L6, 5 anos)

L6: a-qui:: é o Deus trabalhando no () ele/... um menino que se chamava L. ((nome da outra criança que está participando desta parte da sessão)) e o outro e o nome dele que era o mais velho que se chamava G. ((diz seu próprio nome)) o G.

L5: deu uma estourada na cabeça

L6:nã::o:: caramba

P: conta

L6: daí:: eu pedi um sor/...eu quero que meu irmão

L5: não grita G. fala baixo

⁴Os dados foram transcritos com base em Castilho e Preti (1987)

⁵Ao todo, foram realizadas três atividades para a pesquisa de mestrado: além dessa citada, foi pedido às crianças ainda que recontassem uma história, lida pela pesquisadora, e definissem as mesmas palavras que serviram de tema para os desenhos.

L6: se transforme num cachorro
 P: ((risos))
 L6: daí um anjinho apareceu ((fez o barulho do anjo aparecendo))
 P: ((risos))
 L6: daí... "eu posso fazer esse feitiço" ((imitando a voz do anjo))
 L5: ((risos))
 P: ((risos))
 L6: daí apareceu o chifre do diabo quebrando as nuvens "trec tric trec tric"...e terminou

Com relação à L5, pode-se dizer que ele realiza um deslocamento de ponto de vista, modificando totalmente o discurso de L6 e criando "deu uma estourada na cabeça". Normalmente, não se encontra o verbo "dar" junto de "estourada", o que torna esta frase metafórica.

Já no discurso de L6 é possível identificar, além do deslocamento de ponto de vista, outros tipos de deslocamentos. L6 inicia o discurso descrevendo o desenho – trata-se portanto de uma *mise en mots* ligada ao desenho – e em seguida passa a contar uma história e nomear os personagens, executando, assim, um deslocamento de gênero.

Ainda no mesmo enunciado, produz um deslocamento de tema, já que começa a falar de Deus e muda para a história, que ele inventa, de dois meninos e uma mudança de mundo, pois parte da ficção do desenho para contar a história, mas se utiliza dele próprio e de seu colega (mundo real) como personagens.

No fim desse episódio, L6 realiza um outro deslocamento, desta vez de ponto de vista, em relação à sua própria linguagem: "o chifre do diabo quebrando as nuvens". Uma "nuvem" não pode ser "quebrada", muito menos por um chifre (ele pode "chifrar", "furar"), assim, tem-se uma metáfora que foi produzida a partir de um olhar que vê o desenho e através dele.

"Com o que isso se parece?"

(L3, 5 anos)

"L3: parece uma árvore muito enfeitada de flores e parece uma menina com um chapéu de co/ de "corpão"

P: de o quê?

L3: "corpão"

P: corpão? o que que é chapéu de corpão?

L3: é um chapéu que parece um dado mas só que o chapéu voa da cabeça

P: e por isso ele chama corpão?

L3: no chapéu o chapéu que voa da cabeça o nome dele é "corpão corpão" aí depois quando ele voa o chapéu vai vai vai vai fazendo assim "pi pi pi pi"

A criança se vale do deslocamento/metáfora para nomear coisas, tenham elas nomes ou não, se utilizando de alguns recursos tais como o morfológico para identificá-las. É o caso de uma das crianças estudadas por Figueira (1995), que cria a composição "tira-cainha" (tira-carninha) para designar o palito de dente.

Tal criatividade, que chega a beirar o *nonsense*, também se registra em L3 no sintagma “chapéu de corpão”, para nomear *um chapéu que parece um dado mas só que o chapéu voa da cabeça*.

Tem-se aqui, a partir da pergunta da pesquisadora, um movimento de *mise en mots* espontâneo – porque não se baseou no discurso do adulto – e ao mesmo tempo ligado ao desenho. A criança fala do desenho quando descreve o que vê nele e através dele, mudando de ponto de vista e originando a criação lexical “chapéu de corpão”. Neste caso, o sentido de “corpão” (aumentativo de corpo) se desloca de seu sentido original para dar uma nova qualidade ao chapéu (“chapéu de corpão”).

Do ponto de vista semântico, pode-se dizer que se trata, por um lado, de uma nomeação descritiva e, por outro, de uma suposta analogia entre o substantivo “corpão” e o adjetivo “encorpado” – “que tem muito corpo; forte corpulento, que tem consistência, espessura” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p.1138).

A fim de tentar encontrar uma possível explicação para as produções das crianças, que, às vezes, parecem muito estranhas, Figueira (1995) diz que essas produções, os cruzamentos inesperados, são possíveis levando-se em consideração que existem “relações que se estabelecem entre o material, consciente ou inconscientemente alinhado, presente ou apenas evocado na cadeia dos enunciados”(FIGUEIRA, 1995, p.75), relações estas que podem ser desencadeadas pelo aspecto fônico e/ou semântico.

Com relação ao *nonsense*, pode-se dizer que é um recurso usado para expressar uma visão crítica frente ao universo cultural, através da manipulação lúdica de palavras, do jogo de equilíbrio entre diversos significados. Ele exclui as relações afetivas e por isso pode assumir, como no caso de L3, um efeito cômico. É algo que aparentemente não faz sentido, mas que na verdade é abundância de sentido.

No jogo de adivinha, mais especificamente em seu desfecho, o *nonsense* também pode ser identificado no rompimento com o esperado, como bem observa Figueira (1997a). É justamente este “descompromisso” com a “lógica”, com o esperado, com o previsível, que propõe a brincadeira da qual falaram Bruner (1991), Winnicott (1975) e François (1993).

“Você já viu isso alguma vez?”

Remeter a criança a sua experiência com o objeto desenhado não contribuiu para a produção de coisas interessantes como se esperava. A criança na maioria dos casos apenas respondeu “sim” ou “não”; às vezes, até deu detalhes, mas isso não resultou em nenhum movimento. Eis aqui um dos casos:

(L3, 5 anos)

P: hum e você já viu alguma vez árvore de natal?

L3: tenho

P: tem? Já montou a sua árvore de natal?

L3: não, tá na minha salinha quer ver?

P: ah não agora não, depois, e esse você já viu? Um homem assim ou Deus assim você já viu?

L3: já vi no quarto da minha mãe que a minha mãe tem no quadro dele
P: tem quadro? Ah é?

É claro que nem tudo o que se produziu teve a tutela das perguntas da pesquisadora, alguns deslocamentos foram feitos independentemente delas:

(L9 e L10, 4 anos)

L9: pi-co-lé...era uma vez uma picolé que falou pro E./ ((ele mesmo)) pro E. que ele era () ((risos)) como a tartaruga foi avisar ()

()

L10: ai ai ai ai ai ((risos))

L9: eu sou esse...eu sou esse

L10: () oh o palhaço? e você?

L9: eu sou o fantasma ((os dois emitem o som de algo assustador))

L10: oh eu escolhi esse

L9: é essa

L10: então onde que eu sou o palhaço

L9: você::é a bruxa palhaça

L10: eu não sou ()...()

P: ((risos))

L9: você é a tartaruga (atômica)

L10: a tartaruga: cachorro que tal ((risos))

L9: eu vou fazer o foguete

L10: eu não acabei

P: ai::

L9: vai demorar meu desenho

P: ah:: mas não pode porque eu tenho que pedir outros desenhos::

L9: e eu estou fazendo pra minha mãe esse daqui

P: tá bom

L9: eu vou pôr aqui...pra não perder...era uma vez um palhaquinho...palhaquinho

Pode-se dizer que houve, em "uma picolé" e "a tartaruga foi avisar", personificações: o picolé (sorvete) e a tartaruga (animal) viraram personagens da história, que estava sendo contada, espontaneamente, com base no desenho.

No caso de "bruxa palhaça" e "tartaruga cachorro", tem-se a união de dois elementos que normalmente aparecem separados. L9 e L10 parecem ter realizado, assim, deslocamentos lexicais. No primeiro caso, L9 retoma o discurso de L10 ("então onde que eu sou palhaço"), modificando-o, excluindo alguns elementos e acrescentando outros. O segundo enunciado (L10), por sua vez, foi retomado do discurso de L9 ("você é a tartaruga [atômica]") e também modificado. Em ambos os casos, a criança fala do objeto desenhado.

É importante mencionar que L9 retoma novamente o que disse L10, mas dessa vez realiza um outro deslocamento: "palhaquinho". Brincando com a palavra "palhaço", ele parece ter unido a primeira parte da palavra ("palha-") e o final de uma palavra como, por exemplo, "barquinho" ("-quinho"), de onde surgiu o deslocamen-

to.

Com base nos exemplos acima citados e comentados, é possível constatar que, na maioria das vezes, os desenhos que as crianças produziram permitiram que elas usassem sua criatividade para dizer o que estavam vendo, para dizer com o quê aquilo se parecia, para “brincar” com as palavras, o que atestou, por um lado, a importância da figura enquanto objeto concreto e, por outro, do espaço lúdico, no caso, o jogo, estimulando a criatividade na criança. Naturalmente em alguns casos, o desenho se mostrou ineficaz, porque, por vezes, era evidente o que estava desenhado; não havia mais nada a ser dito.

Pode-se inferir também destes episódios uma extrema criatividade por parte das crianças, criatividade essa que, provocando ora emoção ora riso, pode aproximá-las dos poetas.

De qualquer modo, – como sempre acontece – quando se trata de estudar crianças, sempre se vai além do que se supõe. Elas superam as expectativas, aceitam desafios, respondem com criatividade e originalidade, por seus modos de significação, pela articulação do sentido dito e dado pelos outros, pelos diálogos e significações encadeados ao próprio discurso e ao do outro, por enxergar o espaço do discurso como um espaço lúdico, prazeroso...

DEL RÉ, A. Children's *mise en mots* activity and metaphor expression before their own drawings. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.73-82, 2004.

■ **ABSTRACT:** *Based on the premiss that language is the locus of dynamism, unpredictability, and movement, to describe discursive activity means to show what happens in children speech when they secondarily utter something that refers back to what is just uttered by other children, by an adult, or by the child himself. Regardless its form, such utterance constitutes a mise en mots, that is, a scheme that generates a change in the data "given beforehand" (pré-donné). Scene set, a study with ten children, ranging from 4 to 6 years old, was carried out to observe their mise en mots activity and expression of metaphors/movement before their own drawings. In particular, this paper investigates the mise en mots activity by noticing that drawings allows us to talk about either the objects they depict or their own meanings.*

■ **KEYWORDS:** *Mise en mots activity; metaphors; children; language acquisition.*

Referências bibliográficas

AIMARD, P. *Les bébés de l'humour*. Bruxelles: P.Mardaga, 1988.

BRUNER, J. *Le développement de l'enfant: savoir faire, savoir dire*. 3. ed. Paris: P.U.F., 1991.

CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: Projeto NURC/SP*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. v.2.

DEL RÉ, A. *Compreensão e produção de metáforas por crianças pré-escolares: relato de uma experiência*. 1998. 173f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FIGUEIRA, R.A. A palavra divergente, previsibilidade e imprevisibilidade nas inovações lexicais da fala de duas crianças. *Trabalhos em linguística aplicada*, Campinas, n.26, p.49-80, 1995.

FIGUEIRA, R.A. *Argumentação, contra-argumentação e non-sense na fala da criança*. Campinas: IEL-UNICAMP, 1997a. Não publicado.

- FIGUEIRA, R.A. *Dados anedóticos: a fala da criança provoca o riso, mas a criança faz humor?* Campinas: IEL-UNICAMP, 1997b. Não publicado.
- FRANÇOIS, F. *Pratiques de l'oral*. Paris: Nathan, 1993.
- FRANÇOIS, F. Continuité et mouvements discursifs dans des dialogues. *Rééducation orthophonique*, Paris, v.32, p.233-239, 1994a.
- FRANÇOIS, F. *Morale et mise en mots*. Paris: Harmattan, 1994b.
- FRANÇOIS, F. Langue, dessin, langage. *CALaP*, Paris, v.14, p.81-102, 1997.
- FRANÇOIS, F.; HUDELOT, C.; SABEAU-JOUANNET, E. *Conduites linguistiques chez le jeune enfant*. Paris: P.U.F., 1984.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUDELOT, C. Modalités d'intervention de l'adulte dans la gestion d'un petit groupe d'enfants de moyenne section maternelle en situation de description d'image. *CALaP*, Paris, v.14, p.123-155, 1997.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensée et langage*. Paris: Éditions Sociales, 1985.
- WINNICOTT, D.W. *Obrincar e a realidade*. Tradução de José Otávio de Aguiar e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

A PAUSA QUE REFRESCA... TEMPO E ESPAÇO NAS PROPAGANDAS DA COCA-COLA¹

Ana Lúcia Furquim de CAMPOS²

■ **RESUMO:** Com base nas reflexões de Mikhail Bakhtin (1988) sobre cronótopo e nos estudos semióticos, principalmente no que tange ao percurso passional do sujeito, analisamos propagandas impressas e comerciais televisivos da Coca-Cola. O objetivo principal é traçar a trajetória discursiva da Coca-Cola desde sua entrada no Brasil, em 1911, até a campanha *Gostoso é viver*, lançada em 2001. O discurso da Coca-Cola apresenta valores positivos como a alegria, emoção e prazer. Entretanto, são eliminados valores negativos e ocultados interditos, como: Coca-Cola é um produto norte-americano e industrializado, portanto, não é natural, engorda e vicia. Constrói-se, assim, um discurso que privilegia aspectos temáticos voltados para os estados passionais eufóricos (paixão, emoção, alegria). A Coca-Cola também reforça a idéia de que está presente em todo o tempo e lugar. Assim, as categorias espaço-temporais são elementos importantes para a construção de sentido de suas propagandas. Reafirmando os mesmos valores e mantendo as categorias cronotópicas para a construção de sentido de suas propagandas, a Coca-Cola consolida a idéia de onipotência, ou seja, ela tem o "poder" de refrescar, trazer alegria, provocar emoção e satisfazer prazeres. Cria-se, assim, um estilo, isto é, uma identidade calcada em categorias divinas, tais como onipresença e onipotência.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso; propaganda; dialogismo; cronótopo.

Introdução

No presente trabalho, analisamos as categorias espaço-temporais pela perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 1988) do cronótopo e pelos estudos semióticos relativos aos estados passionais do sujeito.

Tal enfoque é priorizado por sabermos que as campanhas publicitárias da Coca-Cola sempre estão sintonizadas com o momento presente, marcando uma época e, mesmo quando remetem ao passado, a intenção é relacioná-lo com a época contemporânea, num processo constante de presentificação. Além do mais, o *marketing* da Coca-Cola sempre se preocupou com essas questões do tempo, possivelmente numa busca de perenidade da marca. Sendo também um refrigerante conhecido e bebido no mundo inteiro, as propagandas apresentam cenas dos mais diversos lugares para criar justamente a idéia de universalidade.

Entendemos, assim, que as categorias de tempo e espaço presentes nos textos publicitários da Coca-Cola podem ser entendidas como elementos geradores de sentido, visto que delineiam e figurativizam as idéias de onipresença e onipotência.

Neste trabalho, portanto, abordamos o cronótopo da enunciação das propagandas impressas e televisivas da Coca-Cola, isto é, o espaço e o tempo da enunciação que se podem perceber como intrínsecos ao enunciado, pois segundo Bakhtin (1999, p. 92-93), "para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às

¹ Este artigo expõe parte da Dissertação de Mestrado (CAMPOS, 2003) orientada pela Profa. Dra. Renata Coelho Marchezan, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da UNESP/Araraquara, SP, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras (Doutoranda) – UNESP – 14800-901 - Araraquara – SP – Brasil. Curso de Letras – UNIFRAN – 14404-600 - Franca – SP – Brasil. E-mail: anafurquim@yahoo.com

condições de uma situação concreta dada". Assim, a relação enunciador-enunciatário, as condições de produção e de sua circulação são fatores importantes para nossa análise.

Cronótopo e estados passionais do sujeito

Apesar de Bakhtin (1988) ter estudado o cronótopo no enunciado do romance, o que o caracteriza como um conceito literário, transpomos essas concepções espaço-temporais para a análise do discurso publicitário, pois são categorias primordiais representativas da realidade e, por meio de seu estudo, entendemos o contexto das propagandas da Coca-Cola e a relação locutor-ouvinte.

Conceituamos o cronótopo e seu emprego de acordo com a concepção bakhtiniana:

À interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos cronótopo (que significa 'tempo-espaço'). Esse termo é empregado nas ciências matemáticas e foi introduzido e fundamentado com base na teoria da relatividade (Einstein). Não é importante para nós esse sentido específico que ele tem na teoria da relatividade, assim o transportaremos daqui para a crítica literária quase como uma metáfora (quase, mas não totalmente); nele é importante a expressão de indissolubilidade de espaço e de tempo [...]. (BAKHTIN, 1988, p.211).

Consideram-se, assim, espaço e tempo como elementos indissolúveis e geradores de sentido de um texto, pois "os índices de tempo transparecem no espaço e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo" (BAKHTIN, 1988, p. 211).

O cronótopo também é a figuração da realidade e mostra como o homem modela o mundo representando-o de acordo com cada tempo, seja cultural, social ou emocional, além de também determinar a imagem do indivíduo.

Desse modo, podemos afirmar que o cronótopo apresenta um significado temático, pois as categorias espaço-temporais são centros organizadores dos principais acontecimentos temáticos de um enunciado. O cronótopo é tingido por um "matiz emocional" (BAKHTIN, 1988, p.349).

Também, de acordo com a semiótica, a vida passional do sujeito está relacionada com a temporalidade, ora acelerada, ora desacelerada, ora contínua, ora descontínua.

Assim, pela perspectiva da semiótica, em um enunciado aparecem tempos que, aliados às paixões, alteram o espaço criado, dão-lhe novos sentidos e indicam a velocidade do movimento do homem nesse espaço. Esses movimentos são impulsionados por um sujeito que é movido pela paixão, pelo ato de querer um objeto, ato esse que o leva à vontade e à emoção, sentimentos propulsores para o fazer concreto. É a busca do sujeito para estar em conjunção com o objeto desejado, o que o leva a estar eufórico quando em contato com tal objeto ou disfórico quando distante dele.

O tempo é, assim, um importante elemento gerador de desejo, pois a cada momento as paixões renovam-se, modificam-se. Esse mesmo tempo, que anima as mais diversas paixões, altera também o espaço dando-lhe novas cores e sentidos. Isso ocorre porque o tempo está ligado a uma época, o que caracteriza o significado do ser humano.

Como o ser humano empenha-se em representar os sinais exteriores recebidos, moldando-os em um padrão por meio de cronótopos particulares, ao longo dos séculos, as pessoas têm organizado diferentes figurações da realidade, basta observarmos obras das mais diversas épocas. Em cada momento, a sociedade delinea sua realidade por meio da organização das categorias espaço-temporais nos textos; o que permite tal figuração é a linguagem adotada pelo sujeito em seus enunciados.

Segundo Lopes (1989/1990, p. 157), "na vida, tudo, em todos os instantes muda". A cada época o sujeito molda a realidade de acordo com um determinado cronótopo e esse mesmo sujeito também sofre mudanças quanto a seus estados passionais, o que o leva a movimentar-se de modo diferente, agindo de acordo com seu desejo por um determinado objeto.

O ritmo de um texto está intimamente ligado a um universo passional que só pode ser concretizado por categorias cronotópicas, isto é, tempo e espaço delimitam os movimentos dos sujeitos em um texto. Por exemplo, para caracterizar um tempo de alegria e prazer, muitas vezes, podem ser apresentados espaços repletos de luz e calor com sujeitos que se movimentam aceleradamente por meio da dança, da música e de vários esportes.

A criação dos cronótopos também mantém uma relação muito estreita com nossas reflexões abstratas, pois nós interpretamos nossa realidade não somente pela esfera espaço-temporal, mas também por uma esfera semântica, por meio de nossa experiência.

A preocupação da experiência do sujeito com o mundo faz com que levemos uma questão muito importante numa análise discursiva: de que ponto espacial/temporal observa o enunciador os acontecimentos por ele representados? *

Novamente nos encontramos no universo das paixões humanas, pois todo enunciador primeiramente observa os fatos a partir de sua contemporaneidade, ou seja, o presente, que representa o tempo inacabado. De acordo com Lopes (1989/1990, p. 159-160), o sujeito enunciador se encontra "em 'relação aberta' para com o seu futuro, sob cujo ponto de vista ele se intui, no presente, em perspectiva, como 'o ser que não é ainda tudo o que pode ser'". É o que podemos chamar de "ideal do eu" (LOPES, 1989/1990, p.160), ou seja, é a perspectiva de um dia vir a ser o que o eu carente do presente almeja para seu futuro.

Todo discurso apresenta valores num intenso processo dialógico. Para Bakhtin (1988, p. 357), "os cronótopos podem se incorporar um ao outro, coexistir, entrelaçar-se, permutar, confrontar-se, opor-se ou encontrar-se nas inter-relações mais complexas", ou seja, ao ser representado em um enunciado, um determinado cronótopo está em confronto com outra categoria espaço-temporal.

Um enunciado também carrega em seu interior a voz humana, pois o diálogo está no mundo do enunciador e de seu enunciatário e pode ocorrer por meio das inter-relações das diferentes manifestações culturais e juízos de valor de tempos e sociedades diversas.

Portanto, para uma análise discursiva, devemos perceber os diálogos das mais diferentes categorias espaço-temporais, além da relação entre o enunciador e o enunciatário. Relação essa que influi na seleção dos recursos lingüísticos e

de toda a composição do enunciado, pois Bakhtin (1988) considera que o enunciado é dirigido para fora de si-mesmo, ou seja, para o enunciatário cujas reações, em certa medida, são antecipadas pelo enunciador.

Percorrendo décadas, Coca-Cola dá seu recado!

Era o período da Segunda Guerra Mundial, quando a Coca-Cola entrou no Brasil em 1941, em Recife. Tanto essa cidade pernambucana como Natal, no Rio Grande do Norte, eram pontos estratégicos para a parada de navios rumo à Europa. Na época, o presidente da Coca-Cola, Robert Woodruff, conclamava aos quatro cantos do mundo que "onde houvesse um pracinha, encontraria uma Coca-Cola bem gelada pelo mesmo preço de \$5 cents" (COCA-COLA, [199-], p. 6), quando o preço regular era de \$50 cents. Foi assim que surgiu a primeira fábrica de Coca-Cola no Brasil e, podemos também afirmar, a primeira propaganda veiculada no país.

As categorias espaço-temporais estão bem marcadas nesse discurso, pois há a idéia de que a Coca-Cola está no mundo todo e, em toda hora, ela não abandona seu consumidor e mantém a mesma refrescância. Como esse discurso remete ao cronótopo "da guerra" por meio do termo "pracinha", a Coca-Cola aparece como elemento aliviador e, ao mesmo tempo, companheiro, que não abandona os "heróis" de uma batalha.

Essa campanha publicitária, escrita em diferentes línguas, traz a idéia de união entre os povos por meio da Coca-Cola. Tanto que nos anúncios publicitários da época há o enunciado "Unidas hoje, unidas sempre" complementado pela figura de um mapa da América do Norte unido à América do Sul. Essa idéia de união entre as Américas – "Política da Boa Vizinhança" - foi pensada algumas décadas antes da 2ª Guerra Mundial, na gestão do presidente norte-americano Herbert Hoover. Tota (2000, p. 28) comenta que Hoover, eleito em novembro de 1928,

[...] embarcou numa viagem pela América Latina que, segundo ele, não era exatamente uma viagem de recreação. Pretendia mudar alguns aspectos importantes da política externa americana. Assim que chegou a Amapala, Honduras, Hoover fez um discurso no qual usou a expressão *good neighbor*, que seria adotada por Roosevelt em 1933.

Por outro lado, esse discurso de união entre os povos silencia outro discurso por apresentar valores negativos: a guerra e suas conseqüências como a violência, as mutilações e a morte, pois não é interessante que um discurso publicitário alie ao seu produto idéias de sofrimento e perdas. Por isso, esse discurso apresenta a Coca-Cola como um produto que alivia a sede de um soldado e que, ao mesmo tempo, proporciona-lhe prazer. A promessa de que a Coca-Cola estará em qualquer lugar para matar a sede de um soldado norte-americano faz com que esse sujeito se sinta impulsionado a estar em conjunção com o objeto desejado. Para tanto, é necessário que se interrompa o tempo contínuo da guerra e, assim, possa aproveitar-se da refrescância de Coca-Cola, ou seja, marca-se uma mudança na difícil rotina para um novo estado de satisfação e prazer.

Há um outro fato interessante sobre a ligação da Coca-Cola com a 2ª Guer-

ra Mundial. Em 1943, o então comandante das forças armadas americanas Eisenhower enviou um telegrama à empresa requisitando a implantação de dez fábricas adicionais de Coca-Cola no exterior. Era a tentativa de levar aos soldados norte-americanos a visão de lar por meio da Coca-Cola, que tem o gosto da pátria por ser um produto genuinamente norte-americano. Assim, no início do conflito, o refrigerante era produzido em 44 países e no final, 64 novas fábricas tinham sido criadas.

A iniciativa foi endossada pelos próprios soldados e oficiais americanos por meio do envio de cartas à companhia protestando pela falta da Coca-Cola, devido ao racionamento de açúcar. Tal solicitação não só ajudou a reerguer o moral das tropas, mas levou a empresa pela primeira vez para novos mercados, o que impulsionou sua expansão no mundo todo, criando-se, assim, a idéia de que a Coca-Cola é uma bebida conhecida mundialmente.

Isso pode ser comprovado em alguns *slogans* das décadas de 40 e 50. O *slogan* "O convite universal. Beba Coca-Cola", veiculado em propagandas dos anos 40, trazia a marca da onipresença, figurativizada por meio de descrições verbais e visuais dos costumes e festas de alguns países da América como Guatemala, Chile, Argentina, Colômbia, etc. Assim, apoiando-se em um cronótopo de costumes, o refrigerante era associado a diferentes espaços, cujo significado temático era a concepção da Coca-Cola como companhia ideal e a preferida nas Américas. No final dos anos 40, outro texto publicitário foi lançado, e seu *slogan* "Em todo o mundo, Coca-Cola é o refresco ideal" conferia ao refrigerante um atributo ideal e localizava-o em um espaço, dessa vez mais extenso – o mundo todo. Nos anos 50, o discurso voltado para a idéia de universalidade foi reforçado pelo *slogan* "Consagrada nos quatro cantos do mundo". As imagens de diferentes povos e seus costumes eram acompanhadas pelo enunciado "Nós também preferimos Coca-Cola" escrito de acordo com a língua falada no lugar representado.

Nessa época, enquanto os norte-americanos já estavam habituados a consumir bebidas geladas, os brasileiros estranhavam esse costume e acreditavam que alimentos gelados atacavam a garganta e provocavam gripes. Fazia-se necessário convencer o público consumidor brasileiro e, mais do que isso, adquirir sua confiança. Desse modo, as primeiras propagandas transmitiam, em seus discursos, enunciados como "Tome Coca-Cola bem fria" e "Qualidade digna de confiança".

Percebemos que o contexto em que foram criados tais enunciados influencia sua produção, visto que o enunciador representa o mundo de acordo com sua contemporaneidade, necessitando conhecer os hábitos e paixões de seu ouvinte. Se a enunciação é produto da interação entre interlocutores, pois a palavra se dirige a alguém que a "responde", seja aceitando-a ou negando-a, o enunciador das propagandas da Coca-Cola, nos anos 50, precisava mostrar o interior de suas fábricas para provar porque seu produto era digno de confiança. A seguir apresentamos um anúncio publicitário veiculado no ano de 1955, na revista *Seleções*³.

³ Como a reprodução da propaganda não apresenta o texto verbal legível, primeiramente apresentamos a transcrição do enunciado.

Veja como brilham!
 Nem poderia ser diferente, pois as garrafas saem reluzentes da 'lavadeira', após um banho de 20 minutos, a alta temperatura. Essa higiene é característica da fabricação de Coca-Cola, cujo engarrafamento é feito automaticamente por um complexo conjunto de máquinas modernas que asseguram a sua absoluta pureza.
 Por isso que se diz que Coca-Cola é uma bebida cuja qualidade inspira confiança!
 Os fabricantes de Coca-Cola.

FIGURA 1: Veja como brilham



(ANÚNCIOS..., 2000)

Para apresentar valores ligados a pureza e limpeza, o enunciador se vale de uma linguagem técnica e explícita todo o processo de higienização das garrafas e, assim, tenta comprovar, com argumentos sólidos, a qualidade de uma bebida que inspira confiança e que é consolidada com a "assinatura" dos fabricantes de Coca-Cola. O discurso é reforçado pelo argumento de que a fabricação da Coca-Cola é feita automaticamente, com a utilização de máquinas modernas, o que era um fator positivo para o contexto social da época, visto que representava a idéia de modernidade, de valores ligados à concepção de indústria de primeiro mundo.

Todo esse discurso veiculado pela linguagem verbal é reforçado pela imagem visual, que apresenta crianças e adultos em visita a uma fábrica. É passado ao enunciatário que a fabricação do refrigerante é higiênica e pode ser vislumbrada por todos, não há motivos para ocultar o processo de engarrafamento. Tal discurso, ao apresentar a pureza como um valor inerente à Coca-Cola, acaba por esconder outro discurso: por exemplo, o de que o refrigerante não é um produto natural, e sim, industrializado, porém, com técnicas de industrialização modernas e higiênicas.

A partir do conhecimento dos hábitos dos brasileiros e da preocupação em estar ligada aos fatos e acontecimentos que poderiam cada vez mais nacionalizar seu produto, ligando-o aos costumes nacionais e silenciando sua origem norte-

americana, a Coca-Cola veiculou nos anos 40 e 50 sua propaganda no rádio, na época o maior veículo de penetração popular, e também em revistas como as *Seleções do Reader's Digest*, que foi lançada, no Brasil, em 1942. A revista era editada em português e, por meio de seus anúncios e artigos, apresentava o *American way of life*, numa tentativa de conquistar o brasileiro de classe média.

De acordo com Tota (2000, p. 59), a tradução de seu título – *Seleções do Reader's Digest* – é “uma quase redundância. Traduzindo: *digest* significa uma seleção de textos, mas também digerível. A chave era esta: textos escolhidos e de fácil assimilação”.

Por meio do programa radiofônico patrocinado pela Coca-Cola, “Um milhão de melodias”, transmitido pela Rádio Nacional, o refrigerante, além de promover a música popular brasileira, também buscava se firmar no mercado, convencendo seu consumidor do sabor e refrescância de seu produto.

A seguir, apresentamos um dos comerciais veiculados nos intervalos do programa:

Julieta: “Pronto, Romeu, pronto. Eu já abri a janela. Agora suba depressa, querido. Depressa, vamos, antes que apareça alguém. Mas o que é isso, Romeu? Você parou?”

Romeu: “Não, querida Julieta. Não é isso. Fiz apenas uma pausa.”

Locutor: “Uma pausa para tomar Coca-Cola.”

Julieta: “Que gente é essa, Romeu?”

Romeu: “São meus criados, trazendo minha bebida preferida – a pausa que refresca – Coca-Cola.”

Locutor: “Coca-Cola é deliciosa e refrescante. Rigorosamente pura e saudável. O refresco preferido no mundo inteiro há mais de 50 anos. Beba-a bem gelada. Coca-Cola custa apenas um mil réis.”

(COCA-COLA, [199-], p. 8).

“A pausa que refresca” foi um *slogan* criado numa época em que havia o tema nostálgico do ambiente rural, em contraposição ao iniciante ritmo frenético dos agitados centros urbanos. Propõe uma parada, uma descontinuidade para um momento de descanso e refrescância. Nesse enunciado, há novamente a presença da paixão pela bebida, que provoca a quebra da continuidade de uma ação, a busca de uma pausa, uma desaceleração do tempo. A paixão pela Coca-Cola é apresentada como sendo maior do que o amor de Romeu por Julieta, já que, ao interromper a escalada para os aposentos de sua amada, ele retarda o encontro com ela e até corre um perigo maior de ser descoberto pelos pais da moça.

Com a parada, o sujeito tira proveito do período reservado ao descanso e ao frescor que, pela propaganda analisada, só pode ser proporcionado pela Coca-Cola. Ocorre, assim, uma inversão da ordem de valores: a Coca-Cola é mais importante que Julieta, personagem símbolo de um amor eterno, por quem Romeu foi capaz de enfrentar grandes obstáculos e até morrer por amor.

A fim de fazer com que o enunciatário sinta vontade de beber Coca-Cola, o enunciador mostra valores do objeto apresentado como “puro” e “saudável”. Nesse enunciado, a Coca-Cola é apresentada como sendo a bebida mais consumida no mundo todo “há mais de 50 anos”. Novamente o cronótopo representado é extenso espacialmente – “o mundo inteiro” – e temporalmente – “há mais de 50 anos”. A reiteração da extensão espacial e da duração trabalha para a superação do caráter pontual e efêmero da enunciação.

Esse discurso publicitário cita outro gênero discursivo – a tragédia shakespeariana, mas é considerado somente o tempo alegre do encontro e das peripécias para a união dos amantes. Por meio da junção de gêneros e tempos diversos – a Idade Média como tempo representado e a época contemporânea como sendo o tempo da enunciação, as idéias de extensão temporal são reiteradas e contribuem para reforçar os valores positivos da Coca-Cola: uma bebida refrescante capaz de interromper o encontro de um casal apaixonado que chega a morrer por amor.

Bakhtin (1988, p. 357) afirma que “cada cronótopo pode incluir em si uma quantidade ilimitada de pequenos cronótopos – cada tema possui o seu próprio cronótopo” e, assim, verificamos que o tema dessa propaganda é o cronótopo do tempo presente com a incorporação de outros cronótopos, como a Idade Média, o cronótopo do encontro e das peripécias, ligadas ao mundo das aventuras e da pausa para o descanso.

Na década seguinte, nos anos 60, as propagandas já estavam intimamente ligadas ao cronótopo de sua enunciação, a tempos e espaços que localizam pessoas lutando por um mundo melhor, mais cheio de paz e amor numa clara alusão ao movimento *hippie*. É a época da Cuba-libre, do *Rock'n'roll*, da exaltação à natureza, da pregação do uso de drogas alucinógenas e do amor livre. O jovem queria se libertar do mundo capitalista e da sociedade massificada, fugindo da cidade e criando sociedades comunitárias. Queria libertar o corpo e a alma de conceitos artificialmente instituídos pela indústria cultural e pela comunicação de massa para entrar em sintonia com seus desejos.

De 1966 a 1971, o *slogan* “tudo vai melhor” afirmava que a Coca-Cola, com sua refrescância, tornava qualquer momento especial. Para a efetivação da relação enunciatória/enunciário, era necessário voltar-se para a opinião do consumidor, descobrindo cada vez mais seus hábitos e preferências. Nesse período, iniciaram-se campanhas mais nacionais em substituição às versões norte-americanas, por isso era interessante que suas propagandas enfocassem o espaço do Brasil, assim como o tempo das festas de nosso país.

Ainda nessa época e no decorrer da década de 70, o movimento *hippie* vivido nos Estados Unidos e na Europa já havia influenciado o jovem brasileiro que buscava paz e amor, exaltava o trabalho artesanal e a natureza. Assim, os comerciais televisivos da Coca-Cola eram compostos por *jingles* considerados poemas e por diferentes cenas enunciativas em que apareciam penhascos, rios, escritórios, casas ou, simplesmente, o espaço público da rua. Em sua produção e interpretação, essas cenas antecipam e reconstróem a idéia de liberdade, de paz e de sensação de bem-estar que, segundo a propaganda, poderia ser concretizada se acompanhada de uma Coca-Cola. Esses textos, atravessados pela imagem do movimento *hippie*, têm um caráter social, pois dialoga com outro discurso e é elaborado em vista do outro, ou seja, do momento social em que está vivendo o consumidor.

De 1972 a 1976, as propagandas brasileiras tinham como *slogan* a expressão “Isso é que é”, traduzida do inglês *It's the real thing*. Além de apresentar uma sonoridade especial, tal expressão faz com que o enunciatário não tome para si a responsabilidade por esse enunciado, o que lhe dá uma conotação de uni-

versalidade, isto é, todos a aceitam e a repetem. "Coca-Cola, isso é que é": todos concordavam e não havia o que dizer mais a respeito, pois era a forma simples do jovem mostrar seus interesses e preferências. Como exemplo, apresentamos o *jingle* de um dos poucos comerciais brasileiros veiculados na época:

Eu vou cantar uma canção que fale do meu tempo.
Das coisas que me cercam e tocam meu coração.
Pode ser o amor, pode ser o mar.
Ouça a voz do coração
Eu procuro um irmão
Que em coro comigo venha a cantar:
Isso é que é! Coca-Cola!
Vem cantar comigo
Isso é que é! Coca-Cola! (COMERCIAIS..., 2001).

Esse texto publicitário, além de apresentar ao seu interlocutor a idéia de que a Coca-Cola está em tudo que toca o coração e causa emoção e prazer, é também atravessado por outro discurso: o discurso dos jovens rebeldes dos anos 60 e 70. Esses jovens, ao se rebelarem contra o estilo de vida "mediocre" dos pais, que buscavam a aquisição de bens de consumo, acreditavam que conseguiriam modificar a sociedade criando um paraíso baseado no amor, nas artes e nas sensações provocadas pelo uso de drogas. A revolução que os jovens *hippies* almejavam era baseada no bordão "Paz e Amor", numa oposição a acontecimentos de âmbito internacional como a Guerra do Vietnã e o assassinato do líder negro Martin Luther King nos EUA. No Brasil, os jovens, influenciados pelos movimentos da contra-cultura e pelos acontecimentos internacionais, lutavam pela democracia, contra o regime militar opressor, por meio de manifestações estudantis e participação em partidos de esquerda.

A palavra "amor" passou a possuir uma conotação especial e presente nos mais diferentes discursos, como nos muros de Paris, onde apareceu grafitado o seguinte *slogan* "Quando penso em revolução quero fazer amor", e no lançamento de uma música dos Beatles com o título "*All you need is love*" e em cuja letra há a idéia de que tudo era possível, "desde que existisse amor."

A canção em análise apresenta signos que figurativizam o mundo idealizado pelos *hippies*: o amor, o irmão, ou seja, a fraternidade e a união, e o mar, figura da natureza. Como essa canção faz parte de um comercial televisivo, é também acompanhada por cenas que complementam o discurso da criação de um mundo melhor e cheio de amor e sensações, pois aparecem casais de mãos dadas, um homem pescando em um rio, um casal de idosos ouvindo rádio, um parque etc.

Nessa ambiência, o sentido da palavra "amor" nos remete a outros discursos que só emergem a partir da recuperação do contexto imediato do ato da enunciação, isto é, faz-se necessário que o enunciatário compreenda as circunstâncias de produção do texto. Para Bakhtin (1999, p. 32) "um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc". Podemos dizer que, no contexto analisado, a palavra "amor" não retrata apenas a

realidade circundante, mas remete a uma outra - a paz e a união almejadas pela comunidade *hippie*.

O discurso publicitário da Coca-Cola, em constante diálogo com o discurso *hippie*, como se fosse um de seus integrantes, esconde seu *status* de empresa capitalista e que, portanto, visa ao lucro. Por mais que seus discursos estejam permeados por outros discursos que apresentem valores positivos para seus consumidores, como prazer, refrescância, emoção, paz e amor, há a presença silenciosa do discurso de que a Coca-Cola precisa ser aceita no mercado para se tornar o refrigerante mais bebido no mundo e, conseqüentemente, o mais vendido. "Estar em todo o mundo e em todo tempo" firma o poder hegemônico do capitalismo norte-americano, visto que a Coca-Cola, um produto industrializado de origem americana, é considerada símbolo do capitalismo dos Estados Unidos. Assim, mesmo escondendo sua origem, podemos dizer que a publicidade da Coca-Cola "reflete e refrata" simbolicamente o domínio capitalista americano.

Em 1975, os EUA retiraram seu exército do Vietnã, o que pôs fim a uma guerra que matou milhares de jovens soldados e deixou marcas físicas e mentais nas famílias norte-americanas e vietnamitas. Apesar de terem perdido a batalha, os Estados Unidos, nos anos finais da década de 70, viviam um momento de euforia pelo fim da Guerra do Vietnã. Era a retomada da paz, e os ideais *hippies* de "paz e amor" para a construção de um mundo mais justo e sem guerra perderam sentido. Esses novos tempos prenunciavam uma nova maneira de ver a vida, cujas principais metas eram ganhar dinheiro e viver bem, o que mostra um movimento contrário aos ideais *hippies*. A reiteração de idéias hedonistas e a ênfase de que o refrigerante estava associado aos bons momentos da vida, como as viagens, os esportes e as diversões, ganharam um novo *slogan* - "Coca-Cola dá mais vida" - que depois foi reforçado com o subtítulo "Abra um sorriso". O *slogan* brasileiro é uma versão da expressão inglesa *Coke adds life*. As propagandas da Coca-Cola apresentavam um discurso em que o refrigerante aparecia como elemento aliviador, diante da ânsia de ganhar dinheiro e vencer na vida.

Os espaços abertos das ruas e das praias intensificaram-se e o tempo do verão inundou de cores os comerciais de televisão. O movimento do homem nesse espaço aberto forneceu novas medidas cronotópicas, criando uma imagem do ser humano mais alegre, mais realizado. Os movimentos acelerados e intensos como a dança, os saltos e as corridas deram novo ritmo às ações e sujeitos retratados, que visavam também a intensificar os estados passionais do consumidor. O forte matiz emocional, presente nesses discursos, é obtido por meio desses movimentos intensos e acelerados em um espaço e tempo determinados pelo núcleo temático da alegria, complementado pela companhia refrescante da Coca-Cola. A palavra "sorriso", figura central do discurso, contribui para a idéia de que estar em conjunção com a Coca-Cola é obter satisfação plena.

Afirmando e reiterando os mesmos valores durante décadas, os anúncios publicitários da Coca-Cola acabam por firmar a identidade de sua marca de refrigerantes, e isso só foi possível graças aos discursos produzidos. De 1983 a 1989, o *slogan* "Coca-Cola é isso aí" refletia essa realidade, ou seja, todos já sabiam de seus valores, um refrigerante que faz bem, dá mais vida. O jeito é "abrir um sor-

riso”.

Por meio de suas campanhas publicitárias, a Coca-Cola consegue obter uma autoridade discursiva, com um *slogan* conhecido universalmente, aceito e repetido pelos enunciatários, mas cujo enunciador parece estar ausente. Como nos lembra Maingueneau (1997, p. 101):

[...] quando a citação de autoridade chega ao estatuto de *slogan*, do ponto de vista pragmático, adquire novas propriedades, sobretudo a de estar essencialmente ligada à ação: o *slogan*, a um só tempo, ‘impulsiona e engana [‘fait marcher], ele está ligado a práticas. Se ele ‘consegue dar a seu destinatário a ilusão de ser seu destinador’, isto ocorre em função de que ele presume a ausência de um enunciador, tal como ocorre nas citações de autoridade, ausência esta que se volta para o lugar que pode e deve ser ocupado por qualquer enunciador.

O discurso publicitário da Coca-Cola nos anos 80 dava a impressão de que todos os enunciatários eram também os enunciadores do *slogan*, para isso bastava estar em sintonia com uma maneira de viver mais aberta, alegre e cheia de jovialidade. A publicidade da Coca-Cola, desse período, inaugurou uma nova fase, em que retratava a mentalidade e o comportamento de um novo consumidor, mais voltado para o individualismo, o culto ao corpo e o prazer. Buscava-se a diferença a qualquer custo, procurava-se um perfil inconfundível por meio das roupas, gestos e palavras. Com esse novo ideal de vida individualista e com o fim dos movimentos contra-culturais, que pretendiam acabar com a sociedade de consumo, os comerciais tornaram-se mais ágeis por meio de imagens truncadas e efeitos especiais. Toda a construção textual passou pela rapidez e aceleração dos movimentos, o que acabou por intensificar figuras anteriormente já identificadas em anúncios, como a dança, os esportes, as corridas na praia etc, além de reiterar a concepção de que a Coca-Cola está presente em tudo que é moderno, diferente.

Em muitos comerciais, havia a associação do refrigerante com a cidade do Rio de Janeiro, e podemos afirmar que os sentidos das propagandas eram construídos com base no cronótopo do verão carioca e suas praias, lotadas por homens e mulheres de corpos esculturais, que se movimentavam agilmente e provocavam emoções. Os textos verbais integravam o apelo passional: “Nada é igual à emoção! Coca-Cola é isso aí!”. Assim, valores eufóricos eram reiterados e associavam a Coca-Cola aos estados passionais intensos do prazer e emoção.

No entanto, seu discurso não poderia focar somente o cronótopo do verão carioca, já que a empresa sempre se preocupa em estar presente em todos os lugares e adequar-se às diferentes características regionais. As propagandas conclamavam que, em tudo, deveria haver prazer e, onde houvesse verão, nada seria igual ao sabor da Coca-Cola. Veja-se o seguinte *jingle* veiculado em um dos muitos comerciais da época:

Calor do sol nessa hora do dia.
Tá quente em Belém.
É verão na Bahia, sol em Paris, São Paulo a torrar.
Tempo quente em Hong Kong, Califórnia a queimar.
Verão sem fronteiras nas praias do Rio
Nada é igual a emoção do sabor.
Coca-Cola é isso aí! (COMERCIAIS..., 2001).

Nesse enunciado, fica evidente a relação entre o sabor da Coca-Cola e o tempo do verão, que pode ser em qualquer parte do mundo – Belém, Bahia, Paris, São Paulo, Hong Kong, Califórnia, Rio de Janeiro. Sem fronteiras, Coca-Cola rompe as barreiras da distância, pois sua logomarca pode estar em qualquer lugar. O comercial é marcado também pelas imagens que remetem aos respectivos lugares citados no *jingle*, aparecendo, assim, as figuras de baiana, *cowboy*, jovens na praia, chineses etc. Aliás, na cena que retrata a China, há a presença de outro discurso, pois o discurso capitalista é atravessado pelo discurso comunista, para revelar ao enunciatório que a Coca-Cola, sendo um símbolo do mundo capitalista e globalizado, está presente em qualquer lugar do mundo, inclusive em antigos redutos comunistas.

O que podemos constatar é que, nesse período, na publicidade da Coca-Cola, ouvimos a voz do jovem que se sentia descompromissado em relação ao mundo, já que a concepção de vida se baseava no bordão “tudo está bem, se estou bem” (COCA-COLA, [199-], p. 30).

Entretanto, no final da década de 80, os tempos mudaram e os jovens voltaram a querer uma maior participação em todos os níveis, inclusive político. No mundo todo, surgia um novo tempo e uma nova ordem global, devido à estabilização da democracia e a derrocada do comunismo. Era também o fim da Guerra Fria e da ameaça de guerra nuclear entre União Soviética e Estados Unidos. O mundo abria seus horizontes, as fronteiras tornavam-se tênues e um processo intenso de globalização iniciava-se.

No Brasil, deu-se início ao que se considera, sob muitos pontos de vista, um novo regime político, depois da campanha das “Diretas Já”, em que os brasileiros foram às ruas pedir eleições diretas para Presidente da República. Em 15 de janeiro de 1985, foi eleito um presidente civil, Tancredo Neves, mas ainda por meio das eleições indiretas. Estava encerrado um capítulo obscuro da história do Brasil, pois havia chegado ao fim a ditadura do regime militar. Era o início da redemocratização do país, da liberdade de expressão e da anistia política, o que fez com que muitos brasileiros exilados no exterior retornassem.

O discurso da Coca-Cola acompanhou essa mudança dos tempos quando passou a falar desbragadamente de emoção por meio do *slogan* “Emoção pra valer”. Em seus anúncios publicitários eram apresentadas cenas em que a emoção aparecia sem limites com a idéia de transformar cada detalhe, cada momento da vida em algo especial. Principalmente no Brasil, vivia-se a emoção da entrada de uma nova década cheia de esperança, mais livre, mais alegre. Assim, o tempo aparece transfigurado na alegria do amor, da amizade, da juventude, da família e no sabor de uma Coca-Cola bem gelada. O estado passional da emoção que permeou seu discurso naquela época, acabou por intensificar a relação entre enunciador e enunciatório, estendendo as categorias espaço-temporais para a onipresença e a eternidade, surgindo, assim, um dos *slogans* mais conhecidos mundialmente – “Sempre Coca-Cola”.

Em 1990, foi veiculado um comercial cujo enunciado verbal era:

“Atenção cadeia nacional de televisão. Você vai ver Coca-Cola mudar sua

emoção pra sempre. Sempre Coca-Cola.”

Em seguida, era apresentada a seguinte música:

Onde tem encontro, tem sempre magia.
Onde tem aventura, tem sempre um herói.
Onde tem música, tem sempre uma dança.
Onde tem você tem sempre Coca-Cola.
Depois de todo dia vem sempre uma noite.
Quando sai a lua vem sempre o luar.
Quando chega a sede, a emoção é pra valer.
Gelada e refrescante sempre Coca-Cola.
(COMERCIAIS..., 2001).

Mais uma vez, encontramos o cronótopo como eixo organizador do sentido desse anúncio publicitário. Aliás, há a incorporação de cronótopos que se entrelaçam e também dos que se opõem. Assim, o cronótopo do encontro se associa com o da aventura, pois ambos remetem a peripécias para a conjunção com o objeto desejado. Estão também ligados a movimentos acelerados que se intensificam com a música e a dança.

Nesse contexto, são reforçados os valores da Coca-Cola, pois “quando chega a sede, a emoção é pra valer”, ou seja, o refrigerante aparece como o elemento capaz de acompanhar os momentos que envolvem movimentos ágeis, aventuras e encontros, num processo de descontinuidade do tempo para a construção de um novo tempo, de uma nova época. Época mais alegre, com o homem em busca de seu prazer e de sua felicidade. A campanha “Sempre Coca-Cola” foi veiculada durante quase toda a década de 90 e já está entranhada na memória discursiva do consumidor. Podemos afirmar que ela é a consolidação da marca Coca-Cola, porque é uma referência do refrigerante mais bebido no mundo inteiro. Sampaio (1995, p. 162) afirma que “a marca é mais do que um produto. Para a função do produto, a marca adiciona sentimento. Para a *performance* do produto, a marca adiciona personalidade. Para o valor do produto, a marca adiciona exclusividade”.

A marca Coca-Cola vincula ao seu produto o sentimento da alegria e a sensação do prazer, todos seus anúncios publicitários já possuem um estilo ágil e dinâmico que lhes dá uma característica própria. Sabemos também que somente essa marca de refrigerante possui a exclusividade de sua fórmula e de seu sabor. Não há mais a necessidade de afirmar seus valores, por isso as duas campanhas posteriores têm como núcleo temático a idéia de aproveitar a vida, principalmente ao lado das pessoas das quais gostamos ou que nos proporcionam prazer e alegria.

“Curta Coca-Cola” e “Gostoso é viver” são os *slogans* criados a partir dos anos 2000 e traduzem a agilidade do mundo moderno e a ânsia de viver melhor. Seu enunciatário é o jovem do final do século, que não viveu um regime militar, não precisou lutar para livrar-se do comando excessivamente autoritário dos pais e já conheceu um mundo globalizado, aberto, com avanços tecnológicos e cheio de desafios pela frente, mas, para a publicidade, também cheio de oportunidades. Assim, faz-se necessário construir um discurso que mostre a proximidade do refrigerante no cotidiano de seu enunciatário e apresente valores essencialmente

hedonistas.

No novo século, as distâncias encurtaram-se com a facilidade e a rapidez da comunicação. As campanhas publicitárias da Coca-Cola acompanharam essa agilidade e essa invasão de informações. No lançamento da campanha "Coca-Cola. Gostoso é viver", foi veiculada durante dois minutos, no horário nobre das emissoras de televisão aberta, uma seqüência de quatro filmes intitulados "Pegadas", "Tal pai, tal filho", "Metrô" e "Sacode". Os filmes associam momentos do cotidiano com a presença da Coca-Cola. Outra estratégia de *marketing*, utilizada para reforçar o discurso de que o refrigerante está presente em todos os momentos, foi a veiculação de *spots* em emissoras de rádio, anúncios em revistas e publicidade de mídia externa, como *outdoors*, adesivos de ônibus, vias públicas e *shoppings centers*.

Ao longo dos tempos fica configurado um discurso de onipotência da marca Coca-Cola já que, para a publicidade, ela é a única bebida consumida por todos, independente de classe social: "... não há dinheiro no mundo que compre uma Coca-Cola melhor" (O SABOR..., 1998, p. 38). O fato de ricos e pobres, pessoas de diferentes etnias e de diferentes faixas etárias consumirem Coca-Cola é a prova do poder de seu discurso. Desse modo, essa última campanha nos convida a viver, pois "Gostoso é viver. Coca-Cola".

Considerações finais

Por esta análise, nota-se que a Coca-Cola busca, desde o início de sua campanha publicitária no Brasil, conquistar as sensações e emoções de seu consumidor a fim de mobilizar-lhe desejos.

Esse envolvimento ocorre, em seus discursos, pela construção de um estilo estruturado por aspectos temáticos voltados para os estados passionais eufóricos, como paixão, emoção, alegria, prazer, reforçando a idéia de que está presente em todos os momentos felizes das pessoas. Ao acompanhar concepções de diferentes épocas, como o movimento *hippie*, ou ao relacionar-se com problemas de âmbito mundial, como a Segunda Grande Guerra, a propaganda da Coca-Cola retira, desse universo cronotópico, o núcleo temático para a divulgação de seu produto e, conseqüentemente, para a "aproximação" com seu consumidor.

Podemos afirmar que as propagandas da Coca-Cola estão em constante sintonia com o momento presente de sua publicidade, assim como apresentam os mais diferentes lugares. Ela nos diz: esteja onde estiver, Brasil, Europa, China, em qualquer canto do mundo, em qualquer tempo, é sempre Coca-Cola. Nesse contexto, podemos dizer que seu discurso mantém, ao longo dos anos, as idéias de eternidade e onipresença.

A Coca-Cola, em muitos momentos, emprega um tempo extenso e durativo – sempre, o que configura a idéia de eternidade. Em qualquer estação do ano, seja inverno ou verão, em qualquer situação, no trabalho ou no descanso, as propagandas mostram a Coca-Cola como a "companheira ideal de todos os momentos".

A onipresença também é uma idéia marcante nas propagandas da Coca-Cola. Desde o começo, é apresentado um espaço extenso – em todo o mundo. Em qualquer lugar há uma Coca-Cola bem gelada e refrescante: é "O convite universal", pois é "Consagrada nos quatro cantos do mundo", seja no Brasil, na Guatemala,

no México, na Noruega, no Japão, na China.

Ao reiterar as idéias de eternidade e onipresença, a Coca-Cola consolida a concepção de onipotência, ou seja, ela tem o “poder” de refrescar, trazer alegria, provocar emoção, satisfazer os prazeres. “Tudo vai melhor com Coca-Cola”, pois “Coca-Cola é isso aí”: saúde, alegria, amor, amizade...

Como um deus, a Coca-Cola busca promover emoções e paixões, transmite a idéia de que é saudável, esconde seus interditos, patrocina eventos. Está em todo lugar e em qualquer momento. Assim, podemos afirmar que a Coca-Cola, como símbolo do capitalismo norte-americano, reflete, por meio de sua publicidade, o poder hegemônico dos Estados Unidos.

Devido à “força discursiva” da publicidade da Coca-Cola que consolida a marca e promove a venda de seu produto, muitos tentam imitar seu sabor. Criam-se marcas com nomes similares, emprega-se o nome Cola. É a onipotência da Coca-Cola.

Eternidade, onipotência e onipresença – essas qualidades dão um caráter de transcendência à Coca-Cola, escondem suas características comerciais, pois ofuscam a finalidade primordial de um discurso publicitário: a promoção de vendas do produto veiculado. Assim, a Coca-Cola, por meio de seus enunciados, apresenta-se ao seu enunciatário como detentora de qualidades divinas: *eternidade, onipresença e onipotência*. “Sempre Coca-Cola”, em todos os lugares, “tudo vai melhor”.

CAMPOS, A. L. F. de. The refreshing pause... space and time in coca-cola's advertising. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.83-98, 2004.

- **ABSTRACT:** Based on Mikhail Bakhtin's (1968) *cronotopo* ("time-space") conception and on the subject's *passional path* as conceived of in *Semiotics*, we analyze a set of selected Coca-Cola's printed advertisings and TV commercials. The goal is to trace Coca-Cola discourse timeline since its arrival in Brazil, in 1941, up to its advertising motto *Costoso é viver*, introduced in 2001. Coca-Cola's discourse conveys positive values such as happiness, emotion, and pleasure. Negative values and animadversions, however, are banned. There is no room for the following negative evaluation: Coca-Cola is an American and industrialized product, so, it is not natural, it makes you fat, and it is addictive. Its discourse privileges euphoric *passional states* (passion, emotion, happiness). It also stresses its *omnipresence*. Thus, the space-time categories are important elements for the construction of meaning in its advertising. By stressing the same values and maintaining the *cronotopic categories* for the construction of meaning in the advertising, Coca-Cola consolidates the *omnipotent power*: it has the power to refresh, to make people happy, and to provoke deep emotions and satisfying pleasures. This way, it creates a style, i.e., an identity, out of divine categories: *omnipresence and omnipotence*.
- **KEYWORDS:** Discourse analysis; advertising; dialogism; *cronotopo*

Referências bibliográficas

- ANÚNCIOS publicitários da coca-cola. Banco de dados preparado por José Roitberg. Disponível em: <<http://www.stopat.coca-cola.com.br>>. Acesso em: 06 ago. 2000.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética*. Tradução de Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1988.
- CAMPOS, A. L. F. *Da pausa que refresca... ao sabor de viver: o discurso publicitário da coca-cola*. 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em Análise do Discurso) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2003.
- COCA-COLA: 50 anos de Brasil. Rio de Janeiro: Lip Consultoria de Comunicação, [199-].

- COMERCIAIS da coca-cola: décadas 70, 80, 90. Produção: McCann Erickson do Brasil. Rio de Janeiro, 2001. 1 videocassete (81 min), VHS, son., color., 12mm.
- LOPES, E. Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais. *Cruzeiro Semiótico*, Porto, p. 154-160, jul.-jan. 1989-1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, Ed. UNICAMP, 1997.
- O SABOR que refresca. *VEJA*: especial de milênio, São Paulo, v. 31, n. 51, p. 38, dez., 1998.
- SAMPAIO, R. *Propaganda de a a z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso*. Rio de Janeiro: Campus, ABR, 1995.
- TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Leitura Complementar

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- BRANDÃO, H. N. N. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, [199-].
- BARROS, D. L. P. de. Dialogia, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, José Luiz (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 1-9.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- COCA-COLA lança campanha mundial no Brasil. Banco de dados organizado por Adriana Moréa, Márcia Penna Firme. Disponível em: <<http://www.memoriadapropaganda.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2001.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.
- IASBECK, L. C. *A arte dos slogans*. São Paulo: Annablume; Brasília: Upris, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- PINHO, J. B. Propaganda e publicidade na formação da fidelidade à marca. In: _____. *O composto da comunicação e a marca: um estudo da contribuição da propaganda e da publicidade ao processo de construção da imagem da marca*. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – ECA, USP São Paulo, 1994. p. 224 – 251.
- PROPAGANDAS da coca-cola. Disponível em <<http://www.bncabrac.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2003.
- REBOUL, O. *O slogan*. Tradução de Ignácio Assis Silva. São Paulo: Cultrix, [199-].
- REVISTA RISA: meio século de sucesso. Ribeirão Preto: Mic Editorial, [199-].
- SEGUNDA guerra mundial: banco de dados. Disponível em <<http://www.segundagrandeguerra.pt.vie>>. Acesso em: 14 jan. 2003.
- STAM, R. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Tradução de Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 2000.
- SLOGANS da coca-cola: banco de dados. Disponível em <<http://www.ormundodacoca-cola.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2003.
- VESTERGAARD, T.; SCHRIDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LINGÜÍSTICA, TRADUÇÃO E LITERATURA: OBSERVANDO A TRANSFORMAÇÃO PELA ARTE

Adriana ZAVAGLIA¹

- RESUMO: A partir da observação de trechos extraídos de obras literárias brasileiras e de suas traduções publicadas, este trabalho, fundamentado na Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli (2000) e nos procedimentos tradutológicos de Aubert (1998), sugere ampliar a discussão sobre a arte de traduzir pela observação da tradução da arte, propondo um cálculo metalingüístico da atividade de linguagem apreendida na prática da diferença lingüística por diferentes estratégias de tradução (empréstimo, decalque, explicitação e adaptação).
- PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; tradução; literatura brasileira.

Tradução, linguagem e línguas

A tradução, resultado do anseio do homem de dominar ou conhecer o seu semelhante pela religião, pela guerra, pela política, pela ciência, pela arte ou pela cultura, seja por ambição ou por admiração, é uma das manifestações do contato entre pelo menos duas línguas. Os problemas ou benefícios desse contato quase sempre são discutidos a partir da diferença superficial entre as línguas, seja ela sintática, lexical, semântica, cultural ou pragmática.

Por intermédio dos conceitos e métodos lingüísticos aplicáveis a todos os níveis de análise das línguas e da linguagem, é possível observar e discutir o fenômeno da tradução de várias maneiras, focalizando a diferença textual superficial ou a atividade de linguagem apreendida na diversidade textual superficial. O primeiro enfoque culminará num contraste entre textos ou línguas a partir do qual a diferença será evidenciada; o segundo partirá do contraste e da conseqüente diferença superficial para levantar, daí, aspectos regulares e generalizáveis relacionados à linguagem.

É bem verdade que a tradução é o complemento do original na lógica da diferença lingüístico-cultural. Porém, antes de ser uma manifestação do contato entre línguas, ela é, na qualidade de texto, uma manifestação da atividade cognitiva humana de linguagem. Na qualidade de rastro dessa atividade, inata na espécie humana, como seria possível discutirmos a tradução restringindo-nos ao campo superficial da diferença intransponível e irreduzível que existe, de fato, entre as línguas e culturas ou entre um original e uma tradução, sem levar em conta a natureza dessa diferença, que é inerente à atividade de linguagem em qualquer uma de suas manifestações? Tal confusão está bem delineada no simbolismo cheio de armadilhas ilusórias da torre de Babel, cuja imagem alegórica da origem da diferença entre as línguas parece ser, ironicamente, um bom argumento para resolver o equívoco dessa restrição ou, pelo menos, para ampliar a discussão.

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil. Pós-doutoranda junto ao Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (Citrat). E-mail: adrianazav@picture.com.br

Com o intuito de introduzirmo-nos nesse debate para, em seguida, trabalhar pela lingüística enunciativa com exemplos extraídos de traduções de textos literários, faremos a seguir um passeio interpretativo por dois capítulos bíblicos que falam de Babel e de Pentecostes, com o auxílio de dois textos já clássicos sobre a tradução, um de Walter Benjamin (1971) e outro de Jacques Derrida (1985). As duas historietas bíblicas, que serão lembradas adiante, remetem alegoricamente aos dois pontos de vista analíticos lingüísticos sobre a tradução acima aventados. Pelo viés babélico, evidencia-se a problemática da diferença superficial e da perda de unicidade e, conseqüentemente, estuda-se a tradução à maneira estruturalista: comparam-se estruturas (lexicais, sintáticas, semânticas) ou valores historicamente convencionados, contrastam-se organizações textuais, recepções, efeitos, entre outros, o que evidencia um olhar lingüístico estritamente comparativo, contrastivo ou distribucional. Pela postura pentecostiana, ponto de vista por nós adotado, salienta-se a questão da regulação pela alteridade, o que nos dá uma observação lingüística da tradução que parte da diferença (de uma análise prévia contrastiva, comparativa ou distribucional, que nos dá os rastros da linguagem nas línguas ou nos textos) em direção às regularidades (funcionamentos regulares da atividade de linguagem que se manifestam diferentemente nas línguas).

Babel e a pluralidade lingüística

Para iniciarmos o nosso itinerário, falemos, resumidamente, de Babel. No *Gênesis* (BÍBLIA, A. T., 1990), narra-se a história da construção de uma cidade e de sua pretensa torre. Esse trecho bíblico conta que um povo, descendente de Noé, e portanto único sobre a Terra, após o grande dilúvio, e falante de uma única língua, quis construir uma cidade e, nessa cidade, uma torre que tocasse os céus. Tal feito tornaria esse povo glorioso e lhe permitiria a sua continuidade sem dispersão, o seu imperialismo, a sua dominação, o seu poder. Mas como Deus não estava contente com esse propósito, de uma mesma linguagem confundiu os homens e criou-lhes várias línguas, para que não pudessem se entender uns aos outros. Por esse motivo, a torre não pôde ser terminada e tal cidade recebeu o nome de Babel. Dessa forma, Deus faz valer suas vontades e transforma o destino desses homens, que vão se dispersar na Terra, se multiplicar e dar origem a novos povos. Babel é, pois, a grande metáfora da origem das diferentes línguas e, conseqüentemente, das diferentes culturas, uma vez que falar uma língua diferente implica compartilhar de uma cultura também diferente daquela à qual pertence o outro. Desse modo, a tradução associa-se à idéia de Babel pelo fato de nascer, obrigatoriamente, no mesmo instante em que surge a pluralidade lingüística superficial.

Para Derrida (1985), que propõe uma reflexão acerca da tradução, a partir de um exame filosófico do nome Babel e de todo o universo metafórico que dele provém, Deus, movido pela inveja, desconstrói o *nome próprio* que queriam edificar os construtores e habitantes daquela cidade, não permite que eles se agrupem em torno de uma só língua e lhes impõe o seu próprio nome, uma vez que, segundo Voltaire (apud DERRIDA, 1985, p.210), *Ba quer dizer pai e Bel quer dizer Deus*.

Babel seria, dessa forma, sinônimo de *cidade santa* ou de *cidade de Deus*.

Entretanto, o nome Babel é entendido comumente como *confusão*. Pelo fato de a *Bíblia* ter sido lida quase sempre a partir de traduções ao longo dos séculos, o nome Babel acabou perdendo sua multiplicidade, sua ambivalência, sua polissemia. Além disso, ele é ao mesmo tempo nome próprio e nome comum. Segundo Derrida (1985), esse nome próprio é sempre intraduzível como tal e não pertence, de forma rigorosa, como as outras palavras, a uma língua em particular e, ao mesmo tempo, pertence a cada uma das línguas na qualidade de nome comum. Assim, Deus "impõe e proíbe *ao mesmo tempo* a tradução"; além disso, se mais de uma língua pode estar implicada num texto, "como traduzir um texto escrito em várias línguas ao mesmo tempo? Como *restituir* o efeito de pluralidade? E se traduzimos através de várias línguas ao mesmo tempo, chamaremos isso de traduzir?" (DERRIDA, 1985, p.214-215, grifo do autor, tradução nossa)

Para a palavra *pierre*, por exemplo, que pertence à língua francesa e é um nome comum, teríamos em português sua tradução *pedra*², que, segundo Derrida, *transportaria*³ o sentido de *pierre*. Já *Pierre*, nome próprio que não se pode assegurar ter sua origem na língua francesa, não encontra tradução adequada em português, *Pedro*. Do mesmo modo, afirma então Derrida (1985), Babel escapa à classificação de Jakobson (1971) para os tipos de tradução (intra lingual, intersemiótica e tradução propriamente dita), pois não se sabe se o nome Babel pertence somente a uma determinada língua. A sua tradução proíbe a transparência e impossibilita a univocidade.

A alegoria babélica, para Derrida (1985), simboliza ao mesmo tempo a diferença pela dívida, pelo preenchimento do espaço que falta para completar a torre, uma vez que a construção não pôde ser terminada porque seus construtores, a partir de então falantes de línguas diversas, não se compreendiam mais, não podiam mais levar a cabo o projeto de construção inicial. Nesse momento, cada língua passa a ser aquilo que falta às outras línguas, e cada tradução passa a ser aquilo que falta ao original. Tanto as línguas entre si quanto o original frente à tradução estão endividados. Aí, inscreve-se também outro paralelismo entre duas relações: Deus e o homem, este feito à imagem e semelhança daquele, e o original e a tradução, esta derivada daquele. Tal como o homem que, ao finalizar a construção da torre, igualar-se-ia a Deus, o tradutor, ao finalizar uma tradução, também igualar-se-ia ao autor. Mas uma tradução não é jamais peremptória e, por esse motivo, disputa com outras traduções através do tempo a possibilidade de arquitetar o fim da construção, o qual, como se sabe, nunca pode ser alcançado, nem mesmo pelo próprio autor. Assim, Babel passa igualmente a metaforizar a diferença.

Mas, ao afirmar que Babel é a grande metáfora da diferença, estaremos como consequência, mesmo de forma implícita, sustentando a idéia de que, antes da construção inacabada da torre, os homens de Babel não se desentendiam porque eram falantes de uma mesma língua e pertenciam a uma mesma cultura. Em outras palavras, estaríamos asseverando que a língua dos homens de Babel era um

¹ Exemplo adaptado por nós ao português (DERRIDA, 1985, p.216).

² Termo utilizado pelo autor: *transporterait*.

código cujas regras e segredos todos conheciam. Mais que isso: estaríamos assegurando que os homens de Babel decodificavam sua língua sempre com êxito nas trocas intersubjetivas, sem mal-entendidos, sem polissemia, sem ambigüidades. Ora, sabemos que não é assim. A diferença está sempre presente no universo lingüístico, quer se trate de um pensamento ou de uma escritura, em que um só sujeito interpreta os papéis de produtor e reconhecedor de enunciados, quer se trate de um diálogo ou de uma leitura, em que dois sujeitos são, ao mesmo tempo, produtor e reconhecedor. Alguns enunciados que utilizamos em nosso dia-a-dia são intuições bastante sugestivas que evidenciam o fato de haver instabilidade, sempre negociada, no universo lingüístico, tais como:

Você não entendeu o que eu quis dizer.
Você não está querendo entender...
Parece que estou falando grego!
Nós não estamos falando a mesma língua!
Não consigo dizer o que quero dizer...
Não era isso o que eu queria dizer, me expressei mal.

No universo cambiante das línguas e das culturas, nada é pré-ajustado. Tudo depende do sujeito que pratica a diferença, interferindo nas representações, modificando os eixos referenciais e, sobretudo, colocando-se perante o outro ao regular suas transformações, mesmo que o outro seja ele próprio. Assim, a diferença não é privilégio ou prejuízo apenas das trocas interlingüísticas; ela é, antes de mais nada, inerente ao universo intersubjetivo da linguagem. Desse modo, a história de Babel, como metáfora da origem da pluralidade lingüística, metaforiza somente a diferença superficial entre as línguas, uma vez que os homens de Babel já possuíam a capacidade de produzir e reconhecer enunciados de forma criativa; em outras palavras, já praticavam a diferença.

Pentecostes e a chama da linguagem

Para justificar a sua prática da diferença entre línguas e textos, Walter Benjamin (1892-1940), ao traduzir os *Tableaux Parisiens* de Baudelaire para o alemão em 1923, prefaciou sua tradução com um ensaio intitulado "A Tarefa do Tradutor" (BENJAMIN, 1971). Nesse texto, o autor trata do tema de forma predominantemente dialética, elaborando, de forma filosófica, respostas ao período de reflexão sobre tradução imediatamente anterior à sua época, justificando o seu ponto de vista sobre tradução e a sua postura consciente frente ao ato de traduzir, na qualidade de tradutor.

É possível fazermos um paralelo entre as dicotomias dos papéis interpretados por Benjamin (1971), como crítico de tradução e como tradutor, e das funções exercidas por Baudelaire, como crítico de arte e como poeta. A aparente bifurcação entre os ditos papéis e funções revela uma grande unicidade: por um lado, há uma relação íntima entre a atitude poética do Baudelaire-poeta e os preceitos crítico-teóricos que emanam das observações sobre a arte, principalmente sobre

a pintura, feitas pelo Baudelaire-crítico; por outro, existe uma busca, por parte de Benjamin em aliar a sua visão de crítico da tradução, presente em seu prefácio, ao seu modo de agir como tradutor da obra baudelairiana.

Para Baudelaire (1968), o cerne da questão do julgamento da arte consiste em saber o que faz uma obra de arte, que nasce muitas vezes nos mares tendenciosos da moda nas diferentes épocas da história, não perecer. Não é simplesmente o fato de conter uma obra aquilo que se chama comumente de "originalidade" que a transforma em um exemplar do conceito de arte. Como disse Mário de Andrade (1963), o artesão também pode ser original sem por esse motivo produzir, além do resultado da prática de sua técnica, arte. Assim, a obra de arte é aquela que consegue extrair daquilo que é fugaz, e que pertence à moda, aquilo que é eterno. A obra de arte, portanto, eterniza o instante, sem levar em consideração o espectador, seja ele quem for.

Para Benjamin (1971), a tarefa do tradutor de uma obra de arte literária instaura-se, parece-nos, exatamente na relação delicada entre a perenidade e a transitoriedade: enquanto o autor da obra de arte literária eterniza o instante, sem preocupar-se em comunicar o que quer que seja ao leitor, utilizando para tal a relação íntima entre as línguas que vai além das diferenças superficiais e complementares entre elas, o tradutor, por sua vez, instancia o eterno, buscando exprimir, sem ser o elo de comunicação entre a obra de arte e o leitor estrangeiro a ela, uma afinidade profunda entre as línguas. Essa afinidade ultrapassa o seu parentesco, que não é sinônimo de semelhança como diria Derrida (1985), e vai além das mudanças diacrônicas por elas sofridas. A expressão dessa afinidade, que é a linguagem pura, se dá na tradução; esta, apesar de ser sua expressão, não permite mais que sejam dela derivadas outras traduções. Embora a tradução não seja "novamente traduzível", podemos conceder à tradução o seu lugar nobre: "quanto mais uma obra for de alta qualidade, mais ela continuará, mesmo no mais fugidivo contato com seu sentido, sendo passível de ser traduzida"; e definir para o tradutor sua tarefa, realizada em favor da linguagem: "resgatar em sua própria língua essa linguagem pura exilada na língua estrangeira [...], tal é a tarefa do tradutor" (BENJAMIN, 1971, p.268, p.274-275, p.273).

Derrida (1985) analisa minuciosamente esse prefácio de Walter Benjamin iniciando suas observações pelo conceito de *dívida*. Difícil de ser definida, uma vez que ela não carrega a responsabilidade de restituir o sentido de algo que lhe foi dado, a dívida consiste antes numa relação entre dois textos que são, ao mesmo tempo, produções e criações. Diz o autor: essa relação não pode explicar-se por uma teoria da recepção, não pode destinar-se à comunicação, nem tampouco pode ser resultado de uma cópia representativa. Mas de que maneira se dá essa relação?

Benjamin (1971) afirma, em seu prefácio, que o original pede desde sempre pela tradução, mesmo quando nenhum tradutor aventura-se a realizá-la. Derrida (1985, p.227, tradução nossa) acrescenta: "nada é mais sério que uma tradução". O original, ao imprimir em sua estrutura a lei da dívida, endivida-se também face ao tradutor, pois em sua estrutura há o espaço vazio a ser preenchido pela tradução e pelo gesto do tradutor, que trará o nome próprio, do autor e do tradutor, em

sua tradução. O nome próprio, que não pertence à língua, também não pertence ao original. O contrato entre os textos passa pelo contrato do parentesco entre as línguas, que é da ordem daquilo que será traduzido. Dessa forma, a tradução teria como finalidade marcar a possibilidade desse parentesco ou as afinidades entre as línguas através da completude que ela proporciona ao original, como os cacos da ânfora de Benjamin (1971) que, colados e juntados, relembram a ânfora, tornam a ânfora reconhecível, mas não são a ânfora. Para metaforizar o contrato entre os dois textos, Derrida (1985) elabora a metáfora do hímen: o original sempre terá uma parte intocada pela tradução; a tradução, por sua vez, trará algo intacto do original. O original deixa-se traduzir sem se esgotar, a tradução torna-se original sem se deixar traduzir.

Para trabalhar o conceito de afinidade, Derrida (1985) reporta-se ao que Benjamin (1971) chamou de *visamento intencional de cada língua*, ou seja, cada língua visa os objetos à sua maneira, e nenhuma delas consegue visá-los de maneira completa, o que faz o visamento intencional ser de natureza complementar. Para Derrida (1985, p.245, tradução nossa), “o que as línguas visam intencionalmente cada uma e todas juntas na tradução é a própria língua como acontecimento babélico, [...] é o ser-língua da língua”; em outras palavras, os modos de visar de cada uma das línguas. Na sua complementaridade, no ato do acordo entre as línguas numa tradução, a linguagem é desnudada. Desse contrato, cada língua dá às outras línguas aquilo que elas não têm, aquilo que lhes falta, num crescimento dinâmico que consiste em conhecer a distância que as torna complementares. Assim:

[Do original] nenhum sentido se deixa destacar, transferir, transportar, traduzir numa outra língua como tal (como sentido), ele [o acontecimento do texto] tanto encomenda a tradução quanto parece recusá-la. Ele é traduzível e intraduzível. Nele há somente letras, e é a verdade da linguagem pura, a verdade como linguagem pura. [...] No mesmo acontecimento, as letras páram de oprimir a partir do momento em que elas não são mais o corpo exterior ou o corpete do sentido. Elas se traduzem também por si mesmas, e é nessa relação em direção a si do corpo sagrado que se encontra engajada a tarefa do tradutor. Essa situação, por ser a de um puro limite, não exclui, por outro lado, os níveis, a virtualidade, o intervalo e o estar entre dois pontos, o labor infinito para juntar-se ao que é, todavia, passado, já dado, aqui mesmo, entre as linhas, já assinado. (DERRIDA, 1985, p.248, tradução nossa).

Nessa perspectiva do contrato entre os textos na tradução, que se desenvolve pelo único caminho possível que é a linguagem, podemos reportar-nos a uma outra narrativa bíblica, já no Novo Testamento, nos relatos dos Atos dos Apóstolos (BÍBLIA, N. T., 1990), que nos conta quando e como a vontade divina entra em cena para desfazer a confusão babélica. A história narra-se, resumidamente, da seguinte maneira: os homens que estavam em Jerusalém naqueles dias para a grande festa da colheita vinham de povoados distantes e falavam diversas línguas. Os apóstolos de Jesus também encontravam-se ali reunidos. Num determinado momento, os discípulos do Messias, após terem recebido o Espírito Santo, puseram-se a falar as línguas dos anjos. Os demais presentes começaram a ouvir da boca dos apóstolos a palavra de Deus e a compreendê-la como se estivessem ouvindo suas próprias línguas maternas, o que era surpreendente, pois eles não falavam as mesmas línguas. Em princípio, ninguém compreendeu o que havia

acontecido, posteriormente, porém, percebeu-se que o dom do Espírito Santo permitira aos apóstolos que falassem para o povo de Jerusalém e que esse povo compreendesse o que falavam os apóstolos. Chamado de *Pentecostes*, festa cristã comemorada no quinto domingo depois da Páscoa, esse dia simbolizou o nascimento do Evangelho, o único meio através do qual os homens, de diferentes línguas e culturas, poderiam se relacionar na direção do entendimento.

Com respeito à tradução, considerar as línguas de fogo, a imagem da descida do Espírito Santo, como uma possibilidade de se metaforizar o ato de traduzir é propor um outro caminho de reflexão, pelo qual a possibilidade do entendimento não se dá pela falta de diferença, pelo contrário, estabelece-se na diferença pelo diálogo, o qual permite ao homem reconhecer no ser semelhante, no outro, o princípio mesmo da alteridade. Pentecostes promove, dessa forma, a possibilidade de convivência lingüística e cultural, proclama a traduzibilidade, apesar da diferença. Babel: a treva, a confusão; Pentecostes: a chama, a luz.

A síntese da reflexão desenvolvida pela pluralidade lingüística, permitida pela atividade de linguagem, encontra-se no próprio título de um dos textos cujo trecho analisaremos a seguir: Sagarana. Tal como Derrida (1985), que compôs para o seu ensaio um título bastante sugestivo, Guimarães Rosa (1968) nos presentearia com um neologismo que surge da comunhão entre, pelo menos, três línguas: a portuguesa, a germânica e a tupi. Como nos ensinam os professores Matsuoka e Megale (1978, p.30), *saga*, narrativa histórica ou lendária, é uma palavra portuguesa de origem germânica e *rana*, toco ou rude, é um qualificativo tupi: essa "estranha e rara fusão de elementos heterogêneos" é a própria expressão da afinidade entre as línguas, do caráter sacro das letras e do verbo, da multiplicidade, da traduzibilidade e da intraduzibilidade, que faz do contrato interlingual algo tão fortemente firmado na designação dada ao seu texto que Guimarães Rosa (1968), à maneira de um deus invejoso das possíveis traduções de seu texto, traça para Sagarana o mesmo destino que o do termo Babel. O autor revela, assim, a própria origem da duplicidade funcional de Sagarana na qualidade de nome próprio e de nome comum: a partir do momento em que Sagarana é intraduzível em sua multiplicidade e polissemia, pertencendo a apenas uma língua, a seqüência passa a ser *traduzida*, tal como Babel, sem mudanças aparentes nas letras. Depois da tradução, ou das traduções, a palavra passa a não pertencer a nenhuma das línguas, requerendo, desse modo, para si, estatuto de nome próprio e de nome comum ao mesmo tempo, perdendo sua multiplicidade e sua pluralidade, permitindo e proibindo a sua tradução⁴.

A tradução como paráfrase

Como não existe equivalência de significações na prática da diferença, consideraremos a tradução uma construção parafrástica dinâmica, cuja base de sustentação é a linguagem. Por esse viés, o tradutor não pode reconstruir a significação construída

⁴O título Sagarana (ROSA, 1968) foi, a nosso conhecimento, conservado como tal quando de sua tradução em outras línguas. Quanto ao título do ensaio de Derrida (1985), salvo em sua tradução brasileira, *Torres de Babel*, parece-nos que ele também se conservou em outras línguas.

pelo autor do texto, mas pode dar, pela linguagem, às unidades do texto uma nova significação (novos valores referenciais), que não é estável, perene, delimitável, definível, nem reconstituível. Mas o que chamamos de *paráfrase* com relação à tradução? À título de ilustração, para melhor explanarmos esse conceito, imaginemos que os dois trechos de obras literárias que se encontram abaixo sejam, respectivamente, um original e uma tradução:

“A minha idéia fixa, depois de tantas cabriolas, constituíra-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho”. (ASSIS, 1982, p.18).

“Après quelques jours de réflexion, la préfecture répondit par l’affirmative. Mais elle précise que les rapatriés ne pourraient, en aucun cas, ressortir de la ville et que, s’ils étaient libres de venir, ils ne le seraient pas de repartir”. (CAMUS, 1977, p.69).

A justaposição das duas seqüências textuais acima num contexto em que uma é tradução da outra causa efetivamente estranhamento, que se explica pelo fato de ambas não terem nada em comum, salvo o fato de serem literárias. Vemos nessa relação o fenômeno da intraduzibilidade, da inadequação, da supervalorização do processo autoral do tradutor. Certamente, não há regras ou fórmulas pré-estabelecidas que o tradutor possa seguir para traduzir o trecho de Assis (1982) para o francês ou o de Camus (1977) para o português, mas ele também não pode construir uma tradução sem partir de um texto original. Observemos agora esses outros fragmentos:

Original(1): A minha idéia fixa, depois de tantas cabriolas, constituíra-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. (ASSIS, 1982, p.18).

Tradução(1): Ayant exécuté de nombreuses cabrioles, mon idée était devenue une idée fixe. Dieu te préserve, lecteur, d’une idée fixe: plutôt une paille, plutôt une poutre dans l’oeil. (ASSIS, 1948, p.26).

Original(2): Après quelques jours de réflexion, la préfecture répondit par l’affirmative. Mais elle précise que les rapatriés ne pourraient, en aucun cas, ressortir de la ville et que, s’ils étaient libres de venir, ils ne le seraient pas de repartir. (CAMUS, 1977, p.69).

Tradução(2): Depois de alguns dias de reflexão, a Prefeitura respondeu afirmativamente. Mas logo estabeleceu que os repatriados não poderiam, em caso algum, voltar a sair da cidade e que, se eram livres para vir, não o seriam para tornar a partir. (CAMUS, [19—?], p.51).

Nas justaposições acima, podemos afirmar de pronto que as duas traduções (1) e (2) são realmente traduções dos textos (1) e (2), respectivamente. Percebemos intuitivamente que um e outro têm algo em comum e que esse *algo* não é da ordem das significações, pois estas não podem ser fixadas: elas são fugazes e construídas. Como afirmou Aubert (1994), pelo fato de a tradução da obra de arte ser a atualização de uma leitura, a obra pedirá sempre por outra leitura dependendo do tempo e do espaço. Assim, o tradutor não consegue ter acesso ao

inacessível no texto do autor, somente podendo traduzir, de acordo com suas experiências, aquilo que lê nesse texto. O tradutor faz, portanto, uma *regulação* parafrástica entre dois textos: o texto A, que é o texto do autor segundo a sua leitura, e o texto B, que é a sua tradução, resultado de sua leitura do texto do autor. Da construção do texto A, ou objeto A, à construção do texto B, ou objeto B, temos a impressão, apenas aparente, de que se trata de um movimento circular, em que o ponto inicial sobrepõe-se ao ponto final; porém, o ponto inicial, construído, e o ponto final, também construído, não são coincidentes, apesar de estarem ligados de alguma maneira. É esse liame entre os dois objetos construídos que une os dois textos concretos; esse vínculo é construído a partir da variância, mas, segundo o leitor-tradutor, encerra uma complementaridade; em outras palavras, a paráfrase tradutória.

Entre um original e sua tradução haverá, portanto, uma relação parafrástica que, revelando a completitude entre um e outro texto e a sua relação complementar, se delineará no nível da linguagem. Mas como poderemos, a partir de textos traduzidos, observar a atividade de linguagem, apreendida na diversidade lingüística da tradução de literatura, pelo conceito de paráfrase? Como já vimos, assim como o tradutor, não pretendemos, pela lingüística enunciativa culioliana (CULIOLI, 2000), reconstruir significações, uma vez que isso é impossível. Tentaremos apenas trazer à tona, numa perspectiva metalingüística de simulação, um determinado funcionamento da linguagem que, apesar da diferença observada entre marcadores lingüísticos do original e da tradução, se mostra regular num e noutro texto. A arte de traduzir parece realmente consistir nisso: reconhecer esse funcionamento e marcá-lo através da regulação num novo sistema referencial que remeta a novas representações. Em outras palavras, cumprir a tarefa, tão árdua e artística ao mesmo tempo, do tradutor segundo Benjamin(1971): resgatar, através das línguas e das culturas, a linguagem pura. Mas como fazer esse resgate? A teoria enunciativa culioliana (CULIOLI, 2000), base de nossa reflexão lingüística, convida-nos a fazer esse resgate por cálculos metalingüísticos nos quais se inclui a paráfrase.

Por ter salientado com sua ideografia, já no século XIX, a importância de substituir na matemática a intuição pelo cálculo (conclusão essa a que chegarão os matemáticos muito tempo depois!), Frege (1978), cuja obra pode ser vista como precursora sob alguns pontos de vista das teorias semânticas posteriores, oferece-nos alguns esclarecimentos a esse respeito. Trabalhar com uma ideografia, ou, em lingüística, com uma metalíngua, para efetuar cálculos significa construir uma língua que, sendo artificial, fuja da complexidade e das armadilhas das línguas naturais. Sem poder sair dos domínios da lógica, no caso da ideografia, ou da lingüística, no caso da metalíngua, ela não pode ser utilizada para outros fins. Calcular, ou empregar uma metalíngua para compreender os funcionamentos da atividade de linguagem através das diferentes línguas, passa a ser, como diz Largeault (1970, p.13, tradução nossa) com relação à ideografia fregiana, "manipular signos ou ao menos efetuar sobre signos uma série de operações sem que o conhecimento dos objetos ou das propriedades eventualmente designadas por esses signos entrem em jogo".

Ao tratar de uma função de argumento simples, Frege (1978) afirma : o que é essencial numa função é o que subsiste dela se comparada com outras. Observemos por um instante a seguinte seqüência de funções:

- 2. $x^3 + x$ (função de x , argumento x);
- 2. $1^3 + 1$ (função de 1, argumento 1);
- 2. $4^3 + 4$ (função de 4, argumento 4);
- 2. $5^3 + 5$ (função de 5, argumento 5).

Podemos reconhecer a mesma função em todas as funções ou aquilo que é comum e essencial a todas as funções, e que se pode escrever assim:

$$2. ()^3 + ().$$

Desse modo, o argumento não é parte da função, mas com ela compõe um todo completo. Quando a função está sem argumento, ela é chamada de "insaturada". Com o argumento, ela se completa. Aí está a essência da função e sua diferença fundamental com relação aos valores numéricos: $2 \cdot 1^3 + 1$ e $2 \cdot 2^3 + 2$, por exemplo, se referem a valores numéricos diferentes e são uma mesma função. Assim, na relação que se estabelece entre as funções acima, podemos identificar " $2.()^3 + ()$ " como aquilo que todas as funções têm em comum.

Se fizéssemos o mesmo percurso⁵ no nível das línguas entre um trecho original e uma tradução desse trecho, extrairíamos provavelmente dessa observação as regras da *langue* de cada uma das línguas em questão. Se fizéssemos o mesmo no nível do funcionamento da linguagem, sem o auxílio de uma metalíngua, não nos restaria, provavelmente, nada na superfície, já que a linguagem é marcada *transcategorialmente* pelas unidades léxico-gramaticais das línguas. Mas, apesar de não se deixar apreender tão facilmente, a atividade de linguagem é passível de ser apreendida nas diferentes línguas. Daí a necessidade de utilizarmos uma terceira língua, uma metalíngua, para tratar dos problemas ligados à observação da atividade de linguagem. Nisso consiste o paralelismo existente entre o raciocínio de Frege (1978) e a relação parafrástica entre original e tradução: essa relação não se dá pelos valores ou significações desencadeados pelos textos, uma vez que são os sujeitos que investem o material sonoro ou gráfico de significação, mas sim por aquilo que fica de essencial entre um e outro texto, que é a própria linguagem.

É nessa esfera da linguagem que se instaura a relação de paráfrase entre os textos. Na reconstrução ou reconhecimento de formas, um enunciador qualquer investe o material que ouve ou lê de significação, uma vez que esse material, produzido por outro enunciador, não tem significados estáveis que possam ser transportados ou carregados de um enunciador a outro, de um texto a outro, o que afasta qualquer idéia normativa de tradução que implique êxito ou trans-

⁵Note-se que esse intercurso pela lógica fregiana (FREGE, 1978; LARGEAULT, 1970) não tem pretensões teórico-comparativas fundamentais entre texto e função ou entre a lingüística e a lógica ou a matemática; ele representa apenas a explicitação da importância, para a lingüística, de uma metalíngua que formalize de forma coerente a atividade de linguagem pelo cálculo do lingüista.

porte de significados. No processo plástico da tradução não há compreensão garantida, não existe ganho nem perda, sucesso ou fracasso, vitória ou derrota, há apenas um constante processo de regulação pela paráfrase. Traduzir é, portanto, regular parafrásticamente.

Definir a arte da tradução pela paráfrase não é reduzir a sua dimensão crítica. Pelo contrário, é propor que nossa observação da tradução, na qualidade de lingüistas, não se baseie em termos de valores relacionados às línguas, o que acaba por restringir a discussão, mas sim em termos de operações de funcionamento invariantes de linguagem, pedra fundamental de nossa capacidade interpretativa, o que amplia e dilata nosso espaço de debate dentro das limitações da lingüística. Procuraremos, portanto, observar nos textos abaixo os marcadores lingüísticos que, *insolvemente* como diria Derrida (1985), evidenciam uma operação enunciativa particular, de natureza linguagística, que nos permitirá espreitar o mecanismo funcional comum aos textos originais e às suas traduções.

A arte de diferenciar qualitativamente

Extraímos de duas obras bastante conhecidas, Sagarana de Guimarães Rosa (1968), e Macunaíma de Mário de Andrade (1978), três trechos que serão apresentados a seguir. Tal escolha deve-se a dois fatores importantes: um deles refere-se ao caráter marcadamente cultural de tais textos e, o outro, ao fato de terem sido ambas as obras traduzidas por um mesmo tradutor.

Toda unidade de qualquer língua é, de forma inextricável, culturalmente marcada. Algumas unidades, no entanto, são mais marcadamente culturais que outras, designando singularmente uma referência particular e apresentando, conseqüentemente, pouca variação semântica. É o caso, por exemplo, dos vários termos que remetem a mosquitos, peixes ou bois que existem no território brasileiro. Alguns deles são exclusivamente brasileiros e, ao aparecerem em um texto literário, podem, segundo o ponto de vista babélico, trazer para o tradutor grandes problemas. Analisados pela ótica pentecostiana, no entanto, tais termos, mesmo que se refiram à cultura estritamente brasileira, não são obstáculo para o tradutor, que utiliza estratégias específicas, instrumentadas em geral pelo empréstimo, pelo decalque, pela explicitação e pela adaptação, conforme a classificação de Aubert (1998), e contorna, por sua criatividade, as diferenças superficiais entre as línguas e as culturas. Veremos ainda abaixo que, na qualidade de instrumentos de transformação, as estratégias de tradução, ancoradas num tempo e espaço precisos do universo criativo de um mesmo tradutor, também variam.

Passemos aos trechos em português e aos comentários de cada um deles a partir dos segmentos abaixo em negrito, para os quais chamamos especialmente a atenção:

– Mais depressa, é para esmoer?! – ralha o Major. – Boiada boa!...

Galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão [...] (ROSA, 1968, p.50, grifo nosso).

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n'água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, **piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguís borrachudos varejas**, toda essa mosquitada. (ANDRADE, 1978, p. 18, grifo nosso).

Quando o mano foi-se embora Macunaíma largou da gaiola com os legornes no chão pegou na cabaça escondida e fez que-nem o mano. Isso vieram muitos peixes, **veio acará veio piracanjuba veio aviú gurijuba, piramutaba mandí surubim**, todos esses peixes. Macunaíma atirou a cabaça por aí, na pressa de matar todos os peixes, cabaça caiu numa lapa e juquel mergulhou no rio. (ANDRADE, 1978, p. 194, grifo nosso).

No trecho de Sagarana (ROSA, 1968), o narrador explicita e justifica primeiramente o qualificativo que o personagem deu à boiada, "boiada boa!": tão boa era a boiada, aqueles muitos bois, que continha bois de diversos tipos. O marcador –s indica que o grupo de bois se subdivide em conjuntos compostos por elementos individualizáveis que compartilham as mesmas propriedades: entende-se *galhudos* como uma coletividade de bois do tipo galhudo (um boi galhudo + um boi galhudo + um boi galhudo...). Se atribuirmos à representação nocional /boi do tipo galhudo/ a letra G, poderemos representar cada uma das ocorrências de G como g, em outras palavras:

$$g_1, g_2 \dots g_n,$$

que seria a representação metalingüística de *galhudos* que aparece no texto.

Cada grupo tem ao mesmo tempo características únicas que singularizam ou especificam os grupos evidenciando suas diferenças com relação aos outros grupos: entendemos que os bois galhudos são diferentes dos outros bois exatamente por serem galhudos, ou seja, por possuírem chifres longos. Os galhudos são, por exemplo, diferentes dos espácios. Se atribuirmos à representação nocional /boi do tipo espácio/ a letra E e, às ocorrências dessa representação, a letra e, teremos que:

$$g_1, g_2 \dots g_n \neq e_1, e_2 \dots e_n \text{ porque } g \rightarrow G \text{ assim como } e \rightarrow E,$$

que se lê: "bois do tipo *galhudo* são diferentes de bois do tipo *espácio* porque *ser galhudo* é diferente de *ser espácio*".

Toda representação nocional implica uma zona de identidade e uma zona de diferenciação. Todas as ocorrências da representação nocional que chamamos de $g_1, g_2 \dots g_n$ estão na zona de identidade de G e remetem às mesmas propriedades. Na zona de diferenciação de G estão os complementares de $g_1, g_2 \dots g_n$, ou seja, $e_1, e_2 \dots e_n$. E vice-versa, inclusive com relação a todas as ocorrências construídas na relação de diferenciação qualitativa (galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, etc.).

Na lógica do texto, a enumeração (galhudos, gaiolos, estrelos...) é uma operação predominantemente quantitativa (são exemplares de bois), mas acima de tudo é uma operação de diferenciação qualitativa complementar (ser galhudo): os galhudos são galhudos e ao mesmo tempo não são espácios, nem combucos, tampouco estrelos;

os espaços são espaços e ao mesmo tempo não são galhudos, nem combucos, tampouco estrelos; e assim por diante.

No outros dois trechos de Macunaíma (ANDRADE, 1978), temos exatamente a mesma construção referencial: trata-se de operações quantitativas relacionadas aos mosquitos (são exemplares de mosquitos) e aos peixes (são exemplares de peixes) e, ao mesmo tempo, de operações qualitativas relacionadas aos tipos de mosquitos (são piuns, maruins, tatuquiras...) e aos tipos de peixes (são peixes do tipo acará, do tipo piracanjuba, do tipo aviú...). Digna de destaque é a estratégia da enumeração e da diferenciação qualitativa no terceiro trecho: à diferença da construção de ocorrências das representações nocionais /boi do tipo galhudo/ e /mosquito do tipo piun/, o narrador de Macunaíma (ANDRADE, 1978) procede apenas a uma determinação qualitativa sem construção de ocorrências espaço-temporalmente definidas, como o marcador –s sugere nos primeiros trechos.

Em todos os casos temos, invariavelmente, a construção de uma operação de diferenciação qualitativa: são grupos de bois, de mosquitos e de peixes, mas cada grupo é qualitativamente de um tipo diferente. Em outras palavras, não são somente bois, mosquitos ou peixes, são bois galhudos dentre outros bois, são mosquitos piuns dentre outros mosquitos, são peixes acará dentre outros peixes; são ocorrências de bois galhudos, de mosquitos piuns e de peixes acará e, ao mesmo tempo, são os complementares de espaços, maruins e piracanjubas. Como diria Culioli (2000), identificar é levar a alteridade em consideração e depois eliminá-la; diferenciar, por sua vez, é manter a alteridade.

Ao passar de um trecho para o outro, o que fica é, à maneira da essência da função de rege, uma mesma representação (generalização da operação):

$$p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow p \rightarrow P \neq q_1, q_2 \dots q_n = Q \Rightarrow q \rightarrow Q.$$

Podemos afirmar, segundo o nosso ponto de vista, que, no nível da linguagem, os três trechos, embora desencadeiem valores diferentes para cada um de seus leitores, estão marcando uma mesma operação de linguagem e, por isso, podem ser considerados paráfrases linguagísticas uns dos outros. A representação metalingüística mostrada há pouco pode, portanto, ser aplicada a qualquer um dos três trechos anteriores e a qualquer outro trecho lingüístico que marque uma operação linguagística de diferenciação qualitativa.

A tradução da arte e a arte de traduzir

Vejamos agora cada um dos trechos acima ao lado de suas traduções para o francês e observemos as estratégias utilizadas pelo tradutor:

1) Sagarana/O burrinho pedrês
Guimarães Rosa (1968, p.50,
grifo em negrito nosso)

Sagarana/Le petit âne jaspe
Jacques Thiériot (ROSA, 1997,
p.38, grifo em negrito nosso)

<p>– Mais depressa, é para esmoer?! – ralha o Major. – Boiada boa!...</p> <p>Galhudos, gaiolos, estrêlos, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão [...]</p>	<p>– Plus vite, on rumine ou quoi? Se fâche le Major. Le beau troupeau!...</p> <p>*Galhudos longicornes – gaiolos cornes mi-lunes – estrêlos front taché – espácios cornes évasées – combucos cornes tombantes – cubetos cornes rentrantes – lobunos pelage louvet – lompardos échine foncée – caldeiros bas encornés – cambraias pelage tout blanc – chamurros châtrés tardifs – churriados sombres rayés de blanc – corombos dagornes – cornetos unicornes – bocalvos mufles blancs – borralhos taureaux gris – chumbados taches noires sur blanc, rouge ou marron – chitados pelage blanc et rouge – vareiros corps allongé – silveiros sombres entre-cornes blanc... Et les moignons du front plissé et le décorné et les armes antiques du boeuf haut encorné [...]</p>
---	---

Nesse trecho de Sagarana (ROSA, 1997), o tradutor utiliza uma estratégia muito comum para traduzir termos regionais e especificamente utilizados numa cultura particular, referente a uma designação também particular (no caso do trecho acima, termos referentes a bois presentes numa cultura de tropeiro, de boiadeiro, de peão): o empréstimo e o decalque, graficamente marcados pela letra em itálico, e a explicitação subsequente, também pontualmente marcada pelo travessão. É interessante notar a quase obrigatoriedade da utilização da estratégia do decalque no lugar do empréstimo, pelo uso do trema em *gaiolos* e *cambraias*; se fossem emprestados, causariam provavelmente um certo estranhamento para o leitor francófono, uma vez que as vogais –a e –o não costumam aparecer após o grupo vocálico –ai, que implica a leitura ou pronúncia de um –e aberto. Ao utilizar essas três estratégias, o tradutor, que poderia ter feito uso apenas do empréstimo ou somente da explicitação, ou que também poderia ter recorrido à adaptação ou apenas ao decalque, fez uma escolha, marcando-a lingüisticamente pela estratégia do empréstimo ou decalque seguido de explicitação.

Tal como no texto de Guimarães Rosa (1968), as seqüências de empréstimos e decalques marcam, nesse contexto, a construção de classes de ocorrências de representações nocionais e também uma diferenciação qualitativa. Mas o tradutor não se contentou com os empréstimos e os decalques. Tal enumeração, apenas emprestada ou decalcada, talvez não fosse suficiente, aos olhos do tradutor, para marcar a operação de linguagem em questão. A nosso ver, por esse motivo, que pode ser tanto consciente quanto inconsciente, o tradutor proce-

deu a um desmembramento anafórico: os empréstimos e os decalques marcariam de maneira fraca a operação de fragmentação e diferenciação qualitativa, e a explicitação, por sua vez, retomaria a fragmentação pela presença do marcador – s e marcaria a diferenciação qualitativa pelo qualificador, reforçando a relação. Na tradução, *galhudos* pode ser entendido intuitivamente como *um grupo de bois diferente dos outros* e *longicornes* como *um grupo de bois diferente dos outros por possuírem chifres compridos*. Fazendo uma representação metalingüística dessa relação, teríamos:

/Galhudos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /longicornes/ $p \rightarrow P$;
 /gaiolos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /cornes mi-lunes/ $p \rightarrow P$;
 /estrêlos/ $p_1, p_1 \dots p_n = P \Rightarrow$ /front tâché/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

2) *Macunaíma*

Mário de Andrade (1978, p.194, p.198, grifo nosso)

Macounaïma

Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996, grifo nosso)

Quando o mano foi-se embora Macunaíma largou da gaiola com os legumes no chão pegou na cabaça escondida e fez que-nem o mano. Isso vieram muitos peixes, veio acará veio piracanjuba veio aviú gurijuba, piramutaba mandi surubim, todos esses peixes. Macunaíma atirou a cabaça por aí, na pressa de matar todos os peixes, cabaça caiu numa lapa e juquel mergulhou no rio.	Dès que son frère se fut éloigné, Macounaïma posa par terre la cage aux leghorns, prit la calebasse dans sa cachette et fit ce qu'il avait vu faire à son frère. Une marée déferla: acará piracanjouba aviou gouarijouba piramoutaba mandi souroubim, bref du poisson à foison. Macounaïma balança la calebasse au hasard, pressé de tuer tous les poissons, la calebasse ricocha sur un rocher et floc! s'enfonça dans le fleuve.
---	--

Nesse trecho de *Macunaíma*, percebemos que Thiériot (ANDRADE, 1996), o mesmo tradutor de *Sagarana* (ROSA, 1997), optou por uma estratégia diferente da anterior: deixando de lado a explicitação, ele recorre apenas ao empréstimo e ao decalque. O decalque desta vez aparece em número superior, cinco, contra apenas dois empréstimos.

As ocorrências aparecem sem uma marca superficial individual de fragmentação (–s), o que reforça o caráter eminentemente qualitativo da relação de diferenciação. A fragmentação, desta vez, aparece na enumeração de grupos diferentes de peixes, na seqüência linear do conjunto das ocorrências das espécies de peixe, que vêm uma após a outra: acará, piracanjouba, aviou, e assim por diante. Tal estratégia, de forte impacto prosódico-semântico e já presente no texto de Mário de Andrade (1978), foi mantida por Thiériot (ANDRADE, 1996) e é sensivelmente diferente da anterior, referente aos bois. Fazendo uma glosa desse processo, teremos, no entanto, uma mesma relação: vieram peixes do tipo acará, peixes do tipo piracanjuba, peixes do tipo aviú, e assim por diante. Metalingüisticamente, teremos:

/acará/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /acará/ $p \rightarrow P$;
 /piracanjouba/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /piracanjouba/ $p \rightarrow P$;
 /aviou/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /aviou/ $p \rightarrow P$;

e assim por diante.

3) Macunaíma
Mário de Andrade (1978, p.18,
grifo nosso)

Macounaíma
Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996, p.30,
grifo nosso)

Então Macunaíma sentou numa barranca do rio e batendo com os pés n'água espantou os mosquitos. E eram muitos mosquitos, piuns maruins arurus tatuquiras muriçocas meruanhas mariguis borrachudos varejas , toda essa mosquitada.	Alors Macounaíma s'assit sur un javeau et par ces battersments de pieds dans l'eau mit en dérouté les moustiques. Et il y avait de quoi faire avec ces myriades de moustiques velus goulus ventrus poilus pointus mafflus pansus dodus joufflus , bref toute cette mousticaille!
---	---

Ao contrário dos trechos anteriores, em que cada uma das ocorrências enumeradas (galhudos, gaiolos, estrêlos... e acará, piraçanjuba, aviú...) referia-se a um grupo de objetos em particular designável, nesse trecho de Macunaíma (ANDRADE, data) alguns dos tipos de mosquito enumerados podem ser utilizados como sinônimos uns dos outros, é o caso dos pares de variantes maruins / mariguis, piuns / borrachudos, muriçocas / mosquitos; e um deles não se refere exatamente a um tipo de mosquito, mas, estranhamente, a um tipo de objeto referenciável no universo da flora brasileira, é o caso de *aruru*: segundo Ferreira (1986, p.178), *aruru* é "árvore da família das burseráceas". Teria o tradutor se inspirado nessas pequenas armadilhas lingüísticas, na qual até mesmo Mário de Andrade (1978) parece ter caído, para fazer a sua opção estratégica? Como não é possível determinar a causa da inspiração do tradutor, vamos nos limitar a observar, de acordo com nossa própria interpretação dos fatos, aquilo que nos é possível observar.

De maneira evidentemente distinta das duas anteriores, o tradutor opta por uma estratégia singular: deixou de lado os empréstimos, decalques e explicitações, que colocam em relevo a referencialidade extralingüística do universo cultural brasileiro pela relação superficial entre a língua portuguesa brasileira e a francesa, para mergulhar na prática da diferença pela atividade da linguagem, concentrando-se apenas nela. Sua estratégia agora é a da adaptação. Mas não se trata de uma adaptação qualquer. Em vez de adaptar a referência extralingüística, para a qual a língua francesa apresenta algumas denominações, como *cousin* e, literalmente do tupi-guarani, *maringouin*, o tradutor preferiu adaptar o caráter qualitativo da diferenciação, como podemos perceber no quadro abaixo:

Português	Tradução francesa	Traduções possíveis, dentre outras, da tradução
Piuns	Velus	Aveludados, peludinhos
Maruins	Goulos	Gulosos, sófregos ou apressadinhos, gordinhos ou redondinhos
Arurus	Ventrus	Barrigudinhos
Tatuquiras	Poilus	Peludinhos
Muriçocas	Pointus	Pontudinhos
Meruanhas	Mafflus	Bochechudos, redondinhos
Mariguis	Pansus	Barrigudos, inchados, rechonchudinhos
Borrachudos	Dodus	Gordinhos, cheinhos, carnudinhos
Varejas	Joufflus	Bochechudos, redondinhos

Quanto mais o tradutor deixa de se apegar às diferenças superficiais das línguas, mais ele evidencia, aparentemente de maneira contraditória, a operação de linguagem que ele está reconstituindo. Para glosar tal estratégia, poderíamos dizer que propriedades distintas de mosquitos estão sendo colocadas em evidência por suas formas possíveis: pela colocação de pêlo em evidência, temos formas rugosas; pela barriga, formas arredondadas; pelas pernas, corpos ou antenas, formas pontudas. E, para representar a relação metalingüisticamente, teremos:

/moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /velus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /goulus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /ventrus/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

Retorno à questão inicial

As diferentes estratégias do tradutor acima observadas dizem respeito à sua criatividade, às línguas diferentes, às culturas diferentes, à diferença superficial, ao viés babélico. Se permanecêssemos nessa esfera de observação, teríamos como resultado um contraste que evidenciaria a classificação de valores convencionais. Nas palavras de Culioli (1987, p.5): "Tudo o que se refere à tradução estruturalista, incluindo a gramática gerativa, utiliza termos que têm um estatuto classificatório, e as seqüências textuais são conduzidas a seqüências de tais termos."

Essa postura pode ser enriquecedora dependendo do ponto de vista adotado pelo observador. No nosso caso, fomos um pouco mais adiante. Partimos de uma classificação distribucional para observarmos as regularidades presentes na diferença. Por utilizarmos uma teoria lingüística que teoriza a atividade de linguagem pela análise das diferenças lingüísticas, pudemos extrair, tal como fez Frege (1978) com relação às funções, aquilo que fica de essencial entre uma e outra tradução com relação aos textos traduzidos. Assim:

/Galhudos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /longicornes/ $p \rightarrow P$;
 /gaiolos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /cornes mi-lunes/ $p \rightarrow P$;
 /estrêlos/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /front tâché/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

/acará/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /acará/ $p \rightarrow P$;
 /piracanjouba/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /piracanjouba/ $p \rightarrow P$;
 /aviou/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /aviou/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

/moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /velus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /goulus/ $p \rightarrow P$;
 /moustique/ $p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow$ /ventrus/ $p \rightarrow P$;
 e assim por diante.

Das seqüências metalingüísticas acima, não calculamos, pela sua própria natureza heterogênea e pela conseqüente impossibilidade de fazê-lo, os valores que essas seqüências desencadeiam. Pelo contrário, ficamos com o cálculo da operação de diferenciação qualitativa, operação essa comum a todas as seqüências, tanto em português quanto em francês, que podemos representar da seguinte maneira:

$/\epsilon/p_1, p_2 \dots p_n = P \Rightarrow /e/p \rightarrow P \neq /e/q_1, q_2 \dots q_n = Q \Rightarrow /e/q \rightarrow Q$, em que e representa uma variável. No espaço de e podem entrar quaisquer ocorrências de representações notacionais passíveis de sofrer essa operação.

Desse modo, o texto de Guimarães Rosa (1968) e o de Jacques Thiériot (ROSA, 1997) sobre os bois desencadeiam cada um valores diferentes, para cada um de seus leitores, no nível da pluralidade lingüística, assim como os outros trechos de Mário de Andrade (1978) e de Jacques Thiériot (ANDRADE, 1996) sobre os peixes e os mosquitos. Mas todos eles têm em comum um mecanismo processual de linguagem que não varia e, ao mesmo tempo, que permite a variação. Assim, dos seis trechos analisados em português e em francês, extraímos a seguinte conclusão: Jacques Thiériot, que utiliza com maestria os recursos lingüísticos que tem à mão, poderia tê-los traduzido como quisesse, utilizando para tal a estratégia que melhor lhe conviesse, contanto que não fugisse da operação de diferenciação qualitativa marcada nos textos de Guimarães Rosa (1968) e de Mário de Andrade (1978). Desse modo, pela postura pentecostiana, ao observar a transformação pela arte, salientamos que a linguagem pode ser apreendida na pluralidade lingüística superficial, uma vez que ela é o próprio princípio processual regulador, que se estabelece na alteridade e dá origem à diferença.

Agradecimentos: à Fundação de Amparo à Pesquisa, FAPESP, pelo auxílio concedido (bolsa de pós-doutorado em andamento – Proc.:02/13435-0).

ZAVAGLIA, A. Linguistics, translation and literature: observing the transformation through art. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.99-117, 2004.

■ **ABSTRACT:** *This paper broadens the discussion on the art of translation by observing the translation of art, i.e., the French translation of some Brazilian literature excerpts, based on Antoine Culioli's (2000) Theory of Enunciative Operations and on Aubert's (1998) translation procedures. In this context, this paper proposes a metalinguistic calculus for the language activity that is grasped from the translation practice of handling linguistic divergences through different translation strategies.*

■ **KEYWORDS:** *Utterance act; translation; Brazilian literature*

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 16. ed. São Paulo: Martins, 1978.

ANDRADE, M. *Macounaïma: le héros sans aucun caractère*. Tradução de Jacques Thiériot. Paris: Stock, 1996.

ANDRADE, M. O artista e o artesão. In: _____. *O baile das quatro artes*. São Paulo: Martins, 1963. p.9-33.

ASSIS, M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ASSIS, M. *Mémoires d'outre-tombe de Braz-Cubas*. Tradução de R. Chadebec de Lavalade. Paris: Éditions Émile-Paul Frères, 1948.

- AUBERT, F. H. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, São Paulo, v. 5, n. 1, p.99-128, 1. sem. 1998.
- AUBERT, F. H. *As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- BAUDELAIRE, C. *Curiosités esthétiques et autres écrits sur l'art*. Paris: Hermann, 1968.
- BENJAMIN, W. La tâche du traducteur. In: _____. *Œuvres: mythe et violence*. Tradução e prefácio de Maurice de Gandillac. Paris: Les Lettres Nouvelles, 1971. p. 261-275.
- BÍBLIA, A. T. Gênesis. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução, introdução e notas de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Cap. 11, vers. 1-9.
- BÍBLIA, N. A. Atos dos Apóstolos. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução, introdução e notas de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Cap. 2, vers. 1-47.
- CAMUS, A. *La peste*. Paris: Gallimard, 1977. Folio.
- CAMUS, A. *A peste*. Tradução de Valerie Rumjanek Chaves. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, [19—?].
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. 2. ed. rev. Paris: Ophrys, 2000. v.1.
- CULIOLI, A. Un point de vue énonciatif sur la traduction: propos recueillis par Jean-Luc Goester. *Le français dans le monde*, Paris, p. 4-10, août/sept. 1987. Numéro spécial.
- DERRIDA, J. Destours de Babel. In: GRAHAM, J. F. (Ed.) *Difference in translation*. Londres: Cornell University Press, 1985. p. 209-248.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução e introdução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- JAKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: _____. *Lingüística e comunicação*. 5 ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 63-72.
- LARGEAULT, J. *Logique et philosophie chez Frege*. Paris: Éditions Nauwelaerts, 1970.
- MATSUOKA, M.; MEGALE, H. (Org.). *Guimarães Rosa: contos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- ROSA, G. *Sagarana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.
- ROSA, G. *Sagarana*. Tradução de Jacques Thiériot. Paris: Albin Michel, 1997.

Leitura Complementar

- AUBERT, F. H.; ZAVAGLIA, A. Reflexos e refrações da alteridade na literatura brasileira traduzida: as versões de Sagarana para o francês e para o norueguês. *TradTerm*, São Paulo, n. 9, p. 173-188, 2003.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. v.2
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. v.3
- CULIOLI, A. Les modalités d'expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles? *Interfaces: le temps*, Paris, n. 5, p. 8-25, 1993.
- RODRIGUES, C. C. Tradução: a questão da equivalência. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp, p. 89-98, 2000.
- ZAVAGLIA, A. *Da invariância da linguagem à variação das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase*. 2002. 331f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa)-Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002a.
- ZAVAGLIA, A. Tradução e lingüística: qual a relação possível? *Todas as Letras: revista de língua e literatura*, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 81-88, 2002b.

A (DIZ!)ORDEM PRÓPRIA DA LÍNGUA

NewtonFreireMURCEFILHO¹

- RESUMO: Este artigo pretende discutir o objeto da lingüística a partir da perspectiva inaugurada por Saussure (1970) segundo a qual a língua tem uma ordem própria. Para fazer isso, focalizamos a atenção sobre como a psicanálise contribui para a questão, levando em conta conceitos tais como sujeito, Outro, lei e desejo.
- PALAVRAS-CHAVE: Lingüística; língua; ordem; psicanálise; sujeito.

Introdução

[...] Quem quer manter a ordem?
Quem quer criar desordem?
É seu dever manter a ordem
É seu dever de cidadão
Mas o que é criar desordem?
Quem é que diz o que é ou não? [...]
(BRITTO; FROMER; GARIN, 1998)

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre o objeto da lingüística, tal como definido por Saussure (1970) ao instituí-la como ciência, ou seja, a língua, que tem uma ordem própria. Queremos pensar de que ordem se trata.

Para isso, em um primeiro momento, fazemos um breve percurso histórico sobre os estudos lingüísticos anteriores a Saussure, principalmente no que diz respeito à questão do pensamento, da linguagem e da ordem das palavras. Abordamos o próprio fundador da lingüística moderna, no que ele trata da criação na língua e, em seguida, discutimos o objeto dessa ciência, i. e., a língua, em uma perspectiva propiciada pela psicanálise, momento em que tratamos de conceitos tais como sujeito, Outro, lei e desejo. Nessa perspectiva, centramos a atenção principalmente no Seminário (livro 5) de Lacan (1999), procurando mais especificamente refletir sobre o que estaria implicado no termo *ordem*.

Sobre o ponto a que queremos chegar na nossa reflexão, podemos adiantar, por um lado, que a língua possui uma ordenação, uma estrutura que, mesmo constituindo nada mais que uma rede de diferenças, parece indicar uma espécie de "porto seguro" por meio do qual se pode supor, por exemplo, que se trata de um objeto apreensível, que existe comunicação ou que é fonte do sentido. Mas, ao mesmo tempo, a partir dos estudos de Lacan (1998, 1999), temos que essa língua, que não dá conta de dizer tudo, é também desordenada, pois ela se abre à emergência do sujeito, à surpresa, ao equívoco, ao novo, seja na poesia, no chiste ou no ato falho. Daí

¹ Doutorado em Lingüística - IEL - Unicamp - Professor do CEPAE/UFG - CEP: 74170-030 - Goiânia - Goiás - Brasil. E-mail: freiremurce@ig.com.br.

sua ordem própria constituir também uma desordem. E para além disso, tomando o termo *ordem* em sua acepção de regra estabelecida, a língua é ainda uma injunção, uma lei, que está em tudo e antes de tudo: a língua, ao introduzir o homem no simbólico, produz um sujeito, fadado a sua eterna divisão, sujeito diferente de si mesmo, barrado, “marcado pela condição que o subordina não somente ao Outro² como lugar da fala, mas ao Outro como ele mesmo” (LACAN, 1999, p. 488-489). Não se trata, portanto, do

[...]sujeito da relação com o mundo, da relação do olho com o mundo, da relação sujeito-objeto que é a do conhecimento. É o sujeito que nasce no momento da emergência do indivíduo humano nas condições da fala, e como marcado, portanto, pelo Outro, por sua vez condicionado e marcado pelas condições da fala. (LACAN, 1999, p. 488-489).

A grande ordem da língua, sua grande injunção é esta: ao pronunciar *Diz!* ao homem, ela causa um sujeito. Para um entendimento do que significa a noção de língua como causa de sujeito, ver Leite (1998, p.6), que afirma: “o *infans* é inscrito no mundo da linguagem numa tradição (o passado), abrindo para ele o mundo das possibilidades (o futuro). Essa inscrição, de cada vez singular, estrutura, ao mesmo tempo, sujeito e língua”.

Não há como tratar do tema de maneira simples se tomamos o objeto da lingüística como sendo a língua que, ao reivindicar sua *ordem* própria, assume o que está implicado nela, isto é, sua ordenação, sua desordem e sua injunção ao dizer, pois não há como não ser falante. É nessa perspectiva que trabalhamos.

Um breve percurso histórico:

Antes de aprofundar especificamente o campo da lingüística a partir de sua instituição como ciência no século XX, é interessante trazer Auroux (1992), para quem é às reflexões sobre a linguagem que se deve a primeira revolução científica do mundo, cujo acontecimento teria ocorrido bem antes do século XIX. Ele faz uma crítica ao que chama de mitologia dos comparatistas, segundo os quais os estudos concernentes à linguagem só teriam adquirido o estatuto científico no início do século XIX com os trabalhos de Bopp. Para Auroux (1992), as primeiras reflexões sobre a linguagem humana remetem ao nascimento da escrita, que consistiu no fator necessário ao aparecimento das ciências da linguagem na virada dos terceiro e segundo milênios antes de nossa era, entre os acadianos.

Consistindo em objeto de interesse e de debate entre os estudiosos da linguagem na passagem do século XVIII para o século XIX, a questão da ordem das palavras é importante para notar como o tratamento de dado objeto define-se por determinado posicionamento teórico. As referências a respeito desse período, expostas nos próximos parágrafos, encontram-se em Delesalle e Chevalier (1986), que apresentam um percurso a respeito da relação entre linguagem e pensamento.

Nessa passagem de século, o debate nas gramáticas sobre o problema da ordem

²Mais adiante neste trabalho, tratamos mais detalhadamente do que está envolvido neste conceito. Além do grande Outro que, anterior e exterior ao sujeito, o determina, a psicanálise situa o pequeno outro, o semelhante, o parceiro imaginário, o outro especular

começa a levar mais em conta as diferenças entre as línguas, suas especificidades, o que conduz as análises para uma direção mais lingüística, gerando uma certa oposição à gramática de Port-Royal³, de 1670, em que a ordem das palavras não é uma questão lingüística, mas de lógica. De acordo com essa gramática, a linguagem representa o pensamento, havendo sempre uma substância e uma predicação sobre ela, do que resultam as frases numa ordem dada. Assim, estão em ordem natural os enunciados que se apresentam de acordo com a ordem própria do pensamento. O que não é análogo ao pensamento constitui inversão.

Um dos maiores avanços do século XVIII é proposto por Condillac⁴ (1746) e suas inovações consiste na idéia de que não existe uma ordem natural das palavras porque o pensamento não tem uma ordem dada, é espaço de simultaneidade, a língua é que dá ordem ao pensamento. Outra contribuição consiste na introdução do aspecto temporal, histórico, na abordagem das línguas, ou seja, a questão da ordem, por exemplo, não estaria ligada ao pensamento, mas a determinado momento histórico da língua, que permite dado funcionamento. Ao colocar o verbo no centro das discussões, ao invés de dois nomes, tidos como duas substâncias ligadas pela cópula, tal como se faz em Port-Royal, Condillac conduz as análises não mais para o domínio da lógica, mas para o domínio lingüístico. A partir dele, as questões de linguagem passam a ser consideradas mais independentemente de pontos de vista exteriores, como a metafísica e a filosofia.

É significativo também, em seu trabalho, o aparecimento de uma noção de sujeito por meio da consideração do locutor, que organiza sua fala de acordo com o interesse de comunicação. Para Condillac palavras se define a partir de uma hierarquia das impressões do sujeito. Note-se, pois, que ele introduz noções importantes que certamente marcam o percurso dos estudos da linguagem.

No século XIX, o debate sobre as questões lingüísticas é acirrado, e a noção de história institui-se mais definitivamente com os estudos dos comparatistas. São importantes as contribuições dos enciclopedistas como Du Marsais, por exemplo, para quem a linguagem representa o pensamento que, por sua vez, tem uma ordenação. Há posições destacáveis como as de Du Méril, A. de Chevallet e Henri Weil e outros, das quais não nos ocuparemos aqui. De qualquer maneira, é importante notar que os estudos posteriores a Port-Royal passam a ancorar-se mais em aspectos lingüísticos e que, com a entrada do sujeito e da história, desequilibra-se o domínio da lógica, instaurando um novo paradigma possível na metafísica da gramática geral e do comparatismo.

No século XX, destacamos Saussure (1970), cujo trabalho, registrado no Curso de Lingüística Geral por seus discípulos, subverte a noção de linguagem como representação, tal como considerada pelas teorias clássicas da linguagem, ao propor a teoria do valor lingüístico. Com ele, a lingüística ganha estatuto de ciência, ao estabelecer seu objeto como sendo a língua, que tem uma ordem própria. Saussure (1970) rompe com a lógica clássica no que se refere à relação entre linguagem e pensamento, pois, para ele, "o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é

³ Cf. Delesalle e Chevalier (1986)

⁴ Cf. Delesalle e Chevalier (1986)

distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1970, p.130). Com o fundador da lingüística moderna, fica excluído o sujeito falante, uma vez que a fala não deve constituir objeto de investigação. Para ele, a língua é ou a parte social da linguagem ou a linguagem menos a fala, que é individual, heterogênea e cujo tratamento científico não seria possível. Mais adiante neste trabalho, no entanto, veremos que, a partir da psicanálise, inclui-se o sujeito na estrutura, na ordem da língua. Não se pode deixar de observar, ainda, conforme nos lembra Guimarães (informação verbal)⁵, que, ao instituir a língua como objeto, Saussure (1970) abre a possibilidade para a fala retornar. Além disso, ao tratar da analogia em sua obra, ele faz comparecer a subjetividade, uma vez que para haver analogia é necessário um falante que a produza. Sobre isto, vale a pena nos determos um pouco.

Para Saussure (1970), o princípio da analogia consiste no princípio das criações da língua em geral. É de ordem psicológica e gramatical, supondo a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si. Note-se, nessas idéias, a coexistência de uma autonomia das formas da língua, que “se unem entre si”, e, ao mesmo tempo, a presença de um sujeito que vai propor criações a partir dessas mesmas formas.

Esta parte do capítulo (SAUSSURE, 1970, p.192-193) é particularmente importante porque mostra Saussure preocupado com a delimitação exata do objeto língua como autônomo e separado da fala, considerada necessariamente como um fenômeno à margem da língua. Ao mesmo tempo em que diz: “tudo é gramatical na analogia”, indicando o aspecto autônomo da língua, admite que “a criação, que lhe constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada. É nessa esfera, e à margem da língua, que convém surpreender primeiro o fenômeno”. Sua escrita obedece a um ideal de cientificidade que distribui os lugares e as maneiras de abordar o objeto. É admirável o cuidado com a especificidade do que é da língua e com o que pertence ao seu empreendimento científico e, ao mesmo tempo, o cuidado com a exclusão do que é marginal a isso, ainda que não seja possível deixar de constata-lo e referi-lo.

No parágrafo seguinte, ele enfatiza a separação língua e fala, destacando uma vez mais a autonomia da primeira em relação à segunda:

A analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala [...]; ela nos mostra a segunda como dependente da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo lingüístico [...]. Toda criação deve ser precedida de uma **comparação inconsciente** dos materiais depositados no tesouro da língua, onde **as formas geradoras** se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas. (SAUSSURE, 1970, p.192, grifo nosso).

Impressiona o leitor observar que, por mais que sua escrita sustente necessariamente a separação língua e fala, como se vê no trecho “as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas”, por exemplo, não se pode deixar de notar a presença de sujeito que mobiliza tais formas, que as coloca em funcionamento. Note-se, ainda, a referência importante que Saussure (1970) faz ao caráter inconsciente como condição de criação na lín-

⁵ Durante suas aulas no curso Modelos de Análise Lingüística, oferecido pelo professor Dr. Eduardo Guimarães, no programa de pós-graduação em lingüística da Unicamp, no primeiro semestre de 2002.

gua, embora, evidentemente, o termo *inconsciente* seja usado por ele em um sentido estritamente descritivo, e não como instância psíquica.

Vale a pena reproduzir mais um trecho do capítulo a respeito da preponderância da língua antes de fazermos outra reflexão que nos parece pertinente:

É, pois, um erro acreditar que o processo gerador só se produza no momento em que surge a criação; seus elementos já estão dados. Uma palavra que eu improvise, tal como in-decorável, já existe em potência na língua; [...] e sua realização na fala é um fato insignificante em comparação com a possibilidade de formá-la. (SAUSSURE, 1970, p.193).

O trecho citado nos permite pensar que, de um certo modo, podemos antever em Saussure (1970) a noção de que a língua causa sujeito na medida em que há um antes, da ordem própria da língua, que determina o dizer do sujeito. Não há como prescindir do que ela oferece, e apenas do que ela oferece em sua ordem, para se produzir linguagem e para se produzir sujeito. Língua e fala são, então, constitutivos porque é preciso haver língua, para haver sujeito, ao mesmo tempo em que há de haver sujeito falante para haver língua que será materna para alguém, noção derivada da idéia de que o homem se torna sujeito ao entrar no simbólico. Como observa Saussure (1970), nem todas as inovações analógicas, ainda que perfeitamente regulares, são adotadas pela língua e, nas crianças, observa-se um grande número de novas combinações porque elas “conhecem mal o uso e ainda **não lhe estão sujeitas**” (SAUSSURE, 1970, p.196, grifo nosso). Note-se que ao escrever “não lhe estão sujeitas”, ele permite uma referência à entrada do homem no simbólico como uma condição, uma injunção a tornar-se sujeito e, conseqüentemente, assujeitado ao Outro. É fundamental notar a contribuição de Saussure (1970) ao reivindicar a autonomia da língua, cuja ordem permite sua própria sustentação e mobilização ao mesmo tempo.

No capítulo V da obra (SAUSSURE, 1970), ao tratar especificamente da relação entre analogia e evolução, ele retoma a dicotomia língua e fala ao lembrar que todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo e que nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala. É preciso que uma primeira pessoa improvise algo novo, que outras o imitem e o repitam, até que a novidade se imponha ao uso. É interessante observar este aspecto de certo modo paradoxal da língua que proíbe e permite ao mesmo tempo, isto é, como uma ordem, ela só possibilita o que essa mesma ordem permite. No entanto, a presença de sujeito possibilita inovações que podem ser aceitas pela língua, mas, de qualquer maneira, é ela que, se assim podemos dizer, *dá sempre a última palavra*. É por isso que um chiste, ao propor uma forma nova como *famillionário*, por exemplo, produz efeito de sentido, ou seja, porque o Outro, como código, como tesouro dos significantes, sanciona tal inovação. Trata-se do que Lacan (1999, p.153) esclarece sobre o Nome-do-Pai que, como significante, no interior do Outro, funda “o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante”, lei que limita, mas que também possibilita seu próprio rompimento.

Ao se falar de inclusão do sujeito na ordem própria da língua, na medida em que aquele se faz necessário no movimento desta, incluindo-se a analogia, pode-se vislumbrar, com Saussure (1970), a preponderância dessa mesma ordem como causa de sujeito, ainda que tal ordem constitua também uma desordenação e a

conseqüente possibilidade de sua ruptura, atestando efeitos da presença de subjetividade na língua.

Voltando à discussão sobre o objeto da lingüística, é importante um texto de Lemos (1997), em que ela trata de diferenças entre Saussure e Chomsky, abordando as inter-relações entre a lingüística e outras ciências. Para a autora, essa questão não é irrelevante no que concerne à lingüística e prova disso é que, dentre as ciências e, particularmente, dentre as ciências humanas, a lingüística é talvez a mais preocupada com seu estatuto de ciência. Nesse sentido, ela lembra, como exemplos, as inúmeras páginas do *Curso* em que Saussure se detém na definição do objeto da lingüística ou os inúmeros capítulos dedicados por Chomsky à definição e redefinição desse objeto. Lemos (1997) considera, então, que essa preocupação consiste em um indício tanto da necessidade quanto da dificuldade de constituir uma ciência a partir de uma ordem de fenômenos que resiste à sua delimitação, bem como um indício tanto da necessidade quanto da dificuldade de assumir as conseqüências teórico-metodológicas que essa delimitação acarreta.

Conforme a lingüista (LEMOS, 1997), Chomsky trata a sintaxe como o que, nos termos de Saussure, define a ordem própria da língua ou, nos termos dele, como o que dá à língua seu caráter específico, para além de sua observabilidade enquanto fenômeno, para além de sua atualização em enunciados:

Se o encontro com essa ordem própria, para além do fenômeno e do indivíduo falante que seria, então, seu suporte, leva Saussure a supor o domínio social como lugar de origem dessa ordem, o movimento de Chomsky, uma vez pensada a autonomia da sintaxe, ou sua anterioridade lógica, é bem outro. É o de qualificá-la como um conhecimento anterior, específico à espécie, condição para a tarefa específica que é aprender uma dentre as línguas possíveis a partir dessa anterioridade lógica, que passa assim a ser representada como anterioridade biológica. (LEMOS, 1997, p.5).

Para ela, tanto o empreendimento saussuriano quanto o chomskyano correspondem, cada um ligado a um modelo de ciência⁶, a um movimento de fazer da lingüística uma ciência, o que significa um compromisso com o objetivo de identificar o que é próprio da língua, restringindo o domínio em que se podem construir proposições sobre ela.

Lemos (1997, p.8) conclui que no cerne da reflexão acerca do ideal de cientificidade a que a lingüística pode aspirar "está o problema de incluir a fala, o falante, o processo identificatório que subjaz à constituição de uma comunidade lingüística e de suas diferenças, sem excluir a língua, ou sua ordem própria".

Antes de terminarmos este breve percurso histórico e entrarmos nas leituras da psicanálise sobre a questão da língua, é importante lembrar o trabalho de Pêcheux (1988, 1997), que coloca em xeque a concepção de um sujeito intencional, dono do seu dizer e da idéia de comunicação. Ele nos interessa particularmente, porque convoca o sujeito do inconsciente ao instituir, na década de 60, a Análise do Discurso, composta de três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso, campos atravessados por uma teoria não-subjetiva da subjetividade, de natureza psicanalítica. A partir de Pêcheux,

⁶ Cf. Milner (1978).

abre-se espaço para a consideração do real da língua como impossível. Para melhor entendimento de suas contribuições, ver Pêcheux (1988, 1997) e Leite (1994).

É preciso levar em conta os valiosos avanços nos estudos da área, acerca do que concerne ao objeto da lingüística, principalmente aqueles que foram introduzindo a questão da subjetividade, de uma ou de outra maneira. No entanto, é preciso destacar o papel decisivo da Análise de Discurso e daqueles trabalhos que se têm orientado mais especificamente a partir da teoria psicanalítica⁷. Para um aprofundamento a respeito do percurso histórico dos estudos lingüísticos, particularmente no que se refere à inclusão e à exclusão do sujeito e do sentido, desde a Antigüidade até o século XX, é fundamental o texto Para uma História dos Estudos sobre Linguagem, de Guimarães (2001).

A ordem própria da língua na psicanálise:

Com a obra de Lacan (1998, 1999), a partir de sua leitura de Freud e de Saussure, iniciamos esta parte do trabalho remetendo-nos ao percurso histórico que fizemos anteriormente em que mencionamos a relação linguagem e pensamento nos estudos lingüísticos. Já em Freud (1996a, p.173), lemos que "a equivalência convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada". Em Lacan (1998), com seu aforismo *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*, institui-se um lugar para que se trate de inconsciente ao se falar de linguagem e que se trate de linguagem ao se falar de inconsciente. Para ele, o pensamento é ordenado, organizado de acordo com as leis da linguagem, e são essas leis que produzem o sujeito, pois não há sujeito antes de sua entrada no simbólico. Em suas palavras: "penso onde não sou, logo sou onde não penso [...]. Eu não sou lá onde sou joquete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não penso pensar" (LACAN, 1998, p.521). Ele diz também:

[...] em nós há um sujeito que pensa, e pensa de acordo com leis que mostram ser as mesmas da organização da cadeia significante. Esse significante em ação chama-se, em nós, inconsciente. É o que Freud chama de a outra cena psíquica (LACAN, 1999, p.111-112).

A produção de Lacan a respeito da ciência, do sujeito e da linguagem, particularmente com a criação do termo *lalangue* (alíngua), que inclui o que a língua comporta de real, possibilita um trabalho importante do lingüista Milner (1978), a partir do qual Silveira (1997) desenvolve um estudo que nos interessa, uma vez que trata da ordem da língua. Ela reconhece, em Saussure, um legado aos lingüistas: teorizar acerca do que é específico do funcionamento da língua, ou seja, sua ordem própria. Para a autora, na medida em que se admite um conceito como o de alíngua, um certo desconforto se instala, "próprio da língua, diante do qual não há solução teórica porque a língua, conquanto inclua este real que indica uma falta no simbólico, esquiva-se da construção de um sistema que o inclua totalmente. O real atesta, assim, um mal-estar na língua" (SILVEIRA, 1997, p.1). A falta de que se trata presentifica-se no equívoco, no jogo que escapa ao sujeito, seja por meio do lapso, seja do chiste, por exemplo.

⁷ Ver por exemplo Leite (2000, 2003)

Quanto à ordem própria da língua na psicanálise, ela diz:

Esse sistema [a ordem própria da língua] funciona num regime de universalidade, ou seja, para todo e qualquer um; entretanto, o seu efeito produz singularidade, ou o sujeito do desejo. Essa sua ordem faz com que o sujeito enquanto esteja falando não saiba o que está dizendo. É esta a especificidade da releitura lacaniana da barra que divide o significante do significado saussuriano. A espessura dada à barra cumpre a função de, a partir de Lacan, comunicar a inacessibilidade do significado pelo significante, há aí uma especificidade da ordem própria da língua [...]. Quanto à ordem própria que tentamos isolar, é aquela que representa o **sujeito** e não algo de um falante para outro. Mais do que representar, essa ordem delata o sujeito, porque quando ele diz ele não sabe que se disse. (SILVEIRA, 1997, p. 20, grifo do autor).

Sobre a inclusão do sujeito na estrutura e na ordem própria da língua, ela avança afirmando:

O inconsciente tem em comum com a linguagem o jogo metaforonímico, e esse jogo é um funcionamento da **estrutura**, **estrutura** essa que é comum à linguagem e ao inconsciente. Freud nos deu como pista os movimentos de condensação e deslocamento das formações do inconsciente, e Lacan, a partir daí, sustenta que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. A simples nomeação de um lugar comum, o jogo metaforonímico, a tais estruturas: da língua e do ser (sujeito), um dia distantes, embora constitua tarefa difícil, é condição necessária, mas não suficiente, para entender o conceito de estrutura que aí vigora. (SILVEIRA, 1997, p.53-54, grifo do autor).

Para que se instaure o jogo metaforonímico, que fundamenta o simbólico, é preciso que o sujeito seja interpelado por uma lei, a de castração, experiência que faz o sujeito aceder à linguagem.

Tendo referido o trabalho relevante de Silveira (1997), lembramos que o pensamento está submetido às leis da linguagem e que, por isso, estamos presos ao grande Outro. Neste trabalho, propomo-nos apreendê-lo em duas de suas dimensões, as quais remetemos às dimensões da ordem e da desordem da língua. Segundo Lacan (1999), há o Outro como lugar da fala, da lei, do tesouro dos significantes, e o Outro como lugar do inconsciente, da subjetivação, em que a falta vai implicar o desejo. Podemos pensar a primeira das dimensões como a de uma ordem, e a segunda, como a de uma certa desordem.

No Seminário 5, Lacan (1999, p.487) afirma: "Esse Outro institui-se e se desenha pelo simples fato de que o sujeito fala. Por esse simples fato, o grande Outro nasce como lugar da fala [...]. O Outro é invocado todas as vezes em que há fala". O grande Outro constitui um certo efeito de significante, que é a metáfora paterna que se estabelece a partir do desejo primitivo, opaco e obscuro da mãe, a princípio vedado ao sujeito, enquanto, no horizonte, aparece o Nome-do-Pai, lugar onde se articula a lei, a ordem. Sua função no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno. O Nome-do-Pai funda o fato de existir a lei. "Ele é o significante que significa que, no interior desse significante, o significante existe" (LACAN, 1999, p. 153):

[...] o Pai, com P maiúsculo, nunca é apenas um pai, mas, antes, o pai morto, o pai como portador de um significante, significante em segundo grau, que autoriza e fundamenta todo o sistema dos significantes, e que faz com que o primeiro Outro, isto é, o primeiro sujeito a quem o indivíduo falante se dirige, seja, ele mesmo, simbolizado.

É unicamente no nível desse Outro, do Outro da lei propriamente dita, e de uma lei, vou insistir nisso, encarnada, que o mundo articulado, humano, pode adquirir sua dimensão

própria. (LACAN, 1999, p.474).

Mas há também o Outro no Outro, que é o lugar onde se articula o discurso do inconsciente, articulado mas não articulável. Se o Outro fosse apenas o lugar da fala, ele não seria um Outro, propriamente falando, mas apenas o lugar organizado do sistema dos significantes, introduzindo ordem e regularidade nas trocas vitais entre os homens. Segundo Lacan (1999, p.488), "as condições da vida humana fazem com que esta seja encetada na condição da fala, e estamos submetidos ao Outro pela condição da demanda, mas sem saber o que é para ele nossa demanda". Assim é que o inconsciente é o discurso do Outro. No lugar da fala damos vida a um Outro capaz de nos responder e "a razão de ele nos ser opaco é que há nele alguma coisa que não conhecemos e que nos separa de sua resposta à nossa demanda. Isso não é outra coisa senão o que se chama seu desejo" (LACAN, 1999, p.488).

Note-se que o conceito de grande Outro convoca o enigma do desejo e sua articulação (im)possível via demanda. Essa divisão (*Spaltung*) entre o desejo e a demanda divide e produz sujeito, efeito de linguagem que é. O desejo do Outro, que Lacan menciona, situa-se entre o Outro como lugar puro e simples da fala e o Outro como um ser de carne e osso, à mercê do qual nos encontramos, no que tange à satisfação de nossa demanda. O fato de esse desejo encontrar-se aí condiciona sua relação com a simbolização da ação do significante que produz aquilo a que chamamos sujeito.

Nesse horizonte opacificado pelo obstáculo do desejo do Outro, por sua não resposta, o sujeito é remetido ao confronto de sua própria demanda, sob as formas de significantes que são englobantes em relação ao sujeito e dos quais o próprio sujeito se torna o sinal. A demanda é distinta das satisfações por que clama, e o desejo não é nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (*Spaltung*). Sendo assim, "o desejo do sujeito, encontrado como o além da demanda, torna-o opaco à nossa demanda e instala seu próprio discurso como algo que, apesar de necessário à nossa estrutura, é impenetrável por certos aspectos, o que faz dele um discurso inconsciente" (LACAN, 1999, p. 491-492).

É indispensável, pois, o segundo plano de um Outro em relação ao Outro, sem o que não se pode articular o universo da linguagem, tal como se mostra eficaz na estruturação não somente das necessidades, mas daquilo cuja dimensão se chama desejo. O parágrafo seguinte ilumina o que estamos focalizando aqui por meio da oposição ordem-desordem. Nele, Lacan (1999) contrapõe a ordem, a fixidez do grande Outro, à sua outra dimensão que supõe uma aparente liberdade:

O Outro não é, pura e simplesmente, o lugar desse sistema perfeitamente organizado, fixo. Ele próprio é um Outro simbolizado, e isso é que lhe confere sua aparência de liberdade. O Outro, o Pai, no caso, o lugar onde se articula a lei, está submetido, ele mesmo, à articulação significante, e, mais do que submetido à articulação significante, é marcado por ela, com o efeito desnaturalizante que a presença do significante comporta. (LACAN, 1999, p.475).

Este efeito do significante no Outro, a marca que este carrega dele nesse nível, representa a castração que, por sua vez, remete à falta e ao significante

falo, comentado adiante.

É importante observar que a lei, submetida que é à articulação significante, sendo marcada por ela, encontra-se sempre aberta ao movimento, ao novo, ao equívoco, e isto vai caracterizar o que institui uma ordem constitutivamente passível de desordem. Trata-se de um movimento que é nada mais que pura diferença, ou seja, o próprio exercício do significante. A estrutura do significante está em ele ser articulado, o que quer dizer que suas unidades estão submetidas à dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo leis de uma ordem fechada. Esses elementos, descoberta decisiva da lingüística, são os fonemas. Essas leis de uma ordem fechada correspondem à cadeia significante, isto é, “anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis” (LACAN, 1999, p.505). Pelo efeito de cadeia, em que um significante remete o sujeito para outro significante, a língua produz algo que não é jamais senão pontual e evanescente, isto é, constituindo aquilo que proíbe (como lei e como ordem) e, ao mesmo tempo, aquilo que permite, que possibilita (como articulação significante, como desordem); a língua causa, produz e movimenta o sujeito.

Retomando a questão da castração, cuja injunção quer dizer que não há como não ser falante, que não há como não estar submetido à lei, tem-se que ela está referida à falta-a-ser cuja dimensão o significante introduz na vida do sujeito, justamente por seu caráter puramente diferencial. O homem, por estar fadado ao jogo de condensação e deslocamento que é o próprio funcionamento do significante, nunca pode ser total, inteiro. É preciso, então, um significante privilegiado que entra em jogo no sistema significante para responder ao que se chama significado. Trata-se do significante *falo*, o significante do significado em geral. Assim como no interior do sistema significante o Nome-do-pai tem a função de significar o conjunto do sistema significante, de autorizá-lo a existir, de fazer dele a lei, “o *falo* entra em jogo no sistema significante a partir do momento em que o sujeito tem de simbolizar, em oposição ao significante, o significado como tal, isto é, a significação” (LACAN, 1999, p.248). É fundamental, na noção de *falo*, a sua passagem metafórica à categoria de significante, da qual dependerá “toda situação possível do desejo do Outro, na medida em que o sujeito tem de encontrar nele o lugar de seu próprio desejo, tem de encontrar meios de significá-lo” (LACAN, 1999, p.496). O *falo* é o significante privilegiado, “onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo” (LACAN, 1998, p.699).

Antes de retomarmos a oposição ordem-desordem, lembremos que só podemos nos aproximar do desejo por meio da demanda que, por sua vez, está presa nas próprias premissas da linguagem, isto é, à existência de uma invocação, que, ao mesmo tempo, é princípio da presença e termo que permite repeli-la, jogo da presença e da ausência. Assim,

O objeto chamado pela primeira articulação já não é mais um objeto puro e simples, mas um objeto-símbolo – transforma-se naquilo que o desejo da presença faz dele” [...]. O caráter primordial da simbolização do objeto da invocação, objeto da presença, é desde logo marcado pelo fato [...] de que, no objeto, a dimensão da **máscara** aparece. (LACAN, 1999, p.342, grifo nosso).

Pela via do *falo*, o sujeito descobre-se uno através da diversidade das más-

caras, mas também torna-se dividido, marcado pela *Spaltung* entre o que é desejo e o que é máscara. Encontramo-nos diante da seguinte contradição: o Outro, como lugar da fala a quem se dirige a demanda, é também o lugar onde deve ser descoberto o desejo, sua formulação possível. Só que o Outro é habitado por um desejo – “um desejo que, inaugural e fundamentalmente, é estranho ao sujeito. Daí as dificuldades de formulação do desejo, nas quais o sujeito tropeça” (LACAN, 1999, p.419). Lacan diz que o Outro é o lugar onde o significante ordena o desejo. Só que essa ordem nada mais é que uma cadeia, elos e nós, que designam, por sua vez, um além e um aquém, produzindo sempre um resíduo, um resto. Língua e sujeito encontram-se, pois, amarrados em uma ordem que na verdade constitui uma falta de ordem, uma con-fusão. Temos, assim, diante da língua e do sujeito que é seu efeito, uma ordem, uma lei e, ao mesmo tempo, máscara, resíduo, estranhamento. Parte desse estranhamento é causado porque “é na medida em que o Outro como objeto do desejo é percebido como falo, e em que, como tal, é percebido como falta no lugar de seu próprio falo, que o sujeito experimenta uma coisa que se assemelha a uma curiosíssima vertigem” (LACAN, 1999, p.397-398). Ao nos tecer junto ao Outro, como lugar da fala, lugar de uma ordem, deparamo-nos com o vazio, pois o Outro dá o que não tem, ou seja, o amor. Vejamos este trecho:

A demanda, pelo simples fato de se articular como demanda, coloca expressamente o Outro, mesmo que não demande isso, como ausente ou presente, e como dando ou não essa presença. Ou seja, no fundo, é uma demanda de amor – demanda daquilo que não é nada, nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda. É aí que reside a originalidade da introdução do simbólico sob a forma da demanda [...]. O desejo apresenta-se como aquilo que, na demanda de amor, é rebelde a qualquer redução a uma necessidade, porque, na realidade, não satisfaz a nada senão ele mesmo, ou seja, ao desejo como condição absoluta. (LACAN, 1999, p.394-395).

Terminamos esta parte do trabalho com uma citação do *Seminário 5* na qual Lacan (1999) se pergunta, com uma certa ironia, quem poderia ou teria interesse em organizar esse Outro, o que nos remete à nossa epígrafe, em que lemos: “quem quer manter a ordem?” (BRITTO; FROMER; GARIN, 1998), bem como ao discurso científico - do qual a Linguística faz parte - que tenta organizar, dar conta do que comporta o real, o impossível, ou seja, a própria língua. Eis o trecho:

É difícil ver quem poderia organizá-lo [o Outro]. Podemos conceber que, numa determinada sociedade, homens repletos de benevolência se dediquem a organizá-lo e a fazê-lo funcionar. Podemos até dizer que esse é um dos ideais da política moderna. Só que o Outro não é isso. (LACAN, 1999, p.475).

A (diz!) ordem que se quer:

Início as considerações finais do trabalho, transcrevendo os trechos a seguir, para fazer uma observação adiante, acerca da língua em sua ordem e desordem e dos efeitos disso na constituição do sujeito:

Não somente o homem fala, mas no homem isso fala, sua natureza torna-se tecida por efeitos onde se encontra a estrutura da linguagem em cuja **matéria** ele se transforma. Por isso **ressoa** nele, para-além de tudo o que a psicologia das idéias pôde conceber, a relação da palavra. (LACAN, 1998, p.695, grifo nosso).

Lacan esclarece no que consiste esta relação do homem com o significante:

Trata-se de encontrar, nas leis que regem essa outra cena (eine andere Schauplatz) que Freud, a propósito dos sonhos, designa como sendo a do inconsciente, os efeitos que se descobrem no nível da cadeia de elementos **materialmente instáveis** que constitui a linguagem: efeitos determinados pelo duplo jogo da combinação e da substituição no significante, segundo as duas vertentes geradoras de significado constituídas pela metonímia e pela metáfora; efeitos determinantes para a instituição do sujeito. (LACAN, 1998, p. 696, grifo nosso).

Esses trechos iluminam a noção de estrutura como ordem e como ruptura dessa mesma ordem. Da noção de estrutura como ordem, temos os processos da metáfora e da metonímia que, por se instituírem em cadeia significante, remetem a significação para outro, outro e a outro significante, e assim remetendo também o sujeito. Nesse movimento, abre-se uma via para a ruptura da estrutura, nos momentos em que a língua e o sujeito são surpreendidos por um efeito de estranhamento ou de riso, por exemplo, no caso de um chiste. É interessante notar a materialidade com que o homem é tecido pelos efeitos da estrutura de linguagem, materialidade que ressoa nele e que o transforma. Considero pertinente aqui evocar o trabalho que o ator⁸ se propõe a fazer consigo mesmo, à medida que, deliberadamente, se põe a metamorfosear-se pela via de uma pesquisa com a materialidade plástica e sonora do significante que vai ressoando e moldando seu corpo durante a composição do personagem.

Retomando o que abordamos neste texto, tratamos, em primeiro lugar, da ordem da língua considerando o efeito de sentido do termo *ordem* como estrutura, como ordenação que, a partir da psicanálise, passa a incluir uma desordenação, espaço de equívoco, de surpresa. Tomamos também o sentido de ordem como injunção, como lei que determina: *diz!* e que causa sujeito. Notamos que essa(s) ordem(ns) constitui(em) o desejo do sujeito.

No momento em que se apresenta desordenadamente, seja no equívoco, no lapso, no poético ou no chiste, por exemplo, a língua faz presente um sujeito. Esta é sua ordem. E sua injunção. E este ser, feito sujeito porque fala, busca sentido, busca uma ordem, busca um gozo. Como nos atesta Lacan (1971-1972), a incidência da linguagem num ser submete-o a leis simbólicas que lhe conferem condições para a sustentação do laço social, e a linguagem, como insistência da alteridade no ser, implica a renúncia a uma plenitude suposta da qual este é intimado a separar-se para tornar-se falante, mantendo-a, entretanto, pela tensão de um ponto de miragem do gozo absoluto.

Para mostrar melhor o que estamos entendendo aqui como busca de uma ordem, remeto outra vez ao trabalho do ator com os textos que se põe a repetir indefinidamente. Esse movimento, de um personagem para outro, de um texto para outro, pode ter relação com a demanda que busca uma resposta do Outro, uma ordem possível, algo que pudesse assegurar o sujeito. Evocamos aqui uma via para mencionar a questão da repetição que é constitutiva do trabalho do intérprete no teatro. De acordo com Sousa (1993, p. 449), a partir da leitura de Freud em *O Mal-estar na Cultura*, este é "um conceito [o de repetição] que permite dar uma

⁸ A referência a este profissional é efeito de estudos que tenho desenvolvido sobre o sujeito que trabalha com o texto teatral (MURCE FILHO, 2001).

certa ordem, impor certos limites, conferir enfim um "sentido" a um conjunto de elementos". Nas palavras de Freud:

A ordem é uma espécie de compulsão a ser repetida, compulsão que, ao se estabelecer um regulamento de uma vez por todas, decide quando, onde e como uma coisa será efetuada, e isso de tal maneira que, em todas as circunstâncias semelhantes, a hesitação e a indecisão nos são poupadas. Os benefícios da ordem são incontestáveis. (FREUD, 1996b, p.100).

A busca de uma ordem possível pode explicar, pelo menos em nossa experiência, que a vida no palco é aparentemente mais segura, exata e perfeita que a vida fora dele, porque ali o texto está pronto, os significantes que constituem o texto dramático já estão organizados de uma dada maneira, e isso conforta, assegura o sujeito. No palco, o dizer tem uma dimensão de materialidade e de verdade dificilmente atingida em qualquer outra instância. O paradoxo consiste, no entanto, no fato de que esta cadeia já pronta de significantes, este "porto seguro" infinitas vezes repetido, é o que justamente vai possibilitar sua própria ruptura no instante – porque é sempre "por um triz" – em que se entra em cena a serviço de uma mesma rede de significantes que, na verdade, nunca se repete, uma vez que cada acontecimento teatral traz, necessariamente, o novo.

Enfim, o trabalho de repetição do ator, de um a outro texto parece constituir a busca de uma ordem, na língua, de algo que ela não pode dar, ou seja, um sentido, uma resposta. Esquece-se – e é preciso que assim seja – de que a única coisa que a língua pode oferecer sempre é outro e outro e mais outro significante. É interessante pensar também na confrontação da demanda do ator com a demanda do personagem. Na medida em que o intérprete vai modificando a maneira como articula seu discurso, suas escansões, em função da composição do personagem, ele vai, de uma ou de outra maneira se modificando também, havendo uma reordenação da rede de significantes que estrutura o sujeito.

Queremos usar outro exemplo para refletir sobre a falta e a falha constitutivas da língua que acabam determinando o fazer científico, e muito mais a linguística, já que seu objeto é a própria língua. O exemplo diz respeito à ordem da língua como injunção ao dizer, à produção de discursos, à produção de outro e de outro significante. Consiste no fato de que de qualquer objeto de investigação científica, de qualquer área, sempre resta algo de que se pode descobrir mais, saber mais, enfim, algo de que se possa ainda dizer, significar mais. Não é esse resto que (im)põe o cientista a debruçar-se sobre seu objeto e produzir significantes sobre ele? Não é isso prova do poder do significante, de sua ordem, de sua injunção? Não é isso, ao mesmo tempo, prova de sua falha, de sua falta, da falta da língua que não dá conta dos objetos a conhecer? Não é essa incompletude que o sujeito não quer mas da qual não escapa e a qual nunca dominará? Como pensar o lugar da linguística que, como ciência, quer dar conta de um objeto que não se diz a não ser se dizendo *ad-infinitum*?

No final do trabalho, vale a pena evocar uma antítese tratada por Nietzsche (1998) e relacioná-la com a questão da ordem e da desordem que constituem a língua. Trata-se da oposição entre Apolo, deus da medida harmoniosa, e Dioniso, deus da embriaguez selvagem. A pesquisa feita por Alain Moreau (1998a, 1998b), a respeito de ambos os mitos na história, amplia essa noção dicotômica. Apolo,

por exemplo, não corresponde unicamente à idéia de luz, equilíbrio e harmonia, sendo visto também como deus inquietante, da sombra, portador da vida e da morte. Dioniso, por sua vez, é complexo e fugidio, considerado como o deus das metamorfoses. Porém, “no cerne da desordem dionisíaca existe uma ordem superior”, como se vê em *As Bacantes*, de Eurípidés, retomado por Moreau (1998b, p.243). Dioniso passa de uma forma a outra, torna-se fantasma, reflete, duplica-se. Note-se uma certa semelhança entre o significante e esse aspecto fugidio, que se metamorfoseia, se duplica e se faz fantasma.

Queremos dizer que a língua, considerando o que temos abordado, comporta o equilíbrio, a harmonia e a luz de Apolo, na medida em que ela constitui uma ordem que nos causa e que nos permite significar. Ao mesmo tempo, ela comporta também metamorfoses, uma certa embriaguez e uma desordem, devido ao significante. Mas Apolo e Dioniso não são puramente opostos, como vimos. E assim a luz, o equilíbrio, a harmonia constituem o fugidio, o caótico, o que escapa, a ruptura que traz o novo.

E voltando à nossa epígrafe (BRITTO; FROMER; GARIN, 1998), se a significação vem do Outro, mantém-se uma ordem que é necessária e que se quer manter. Ordem que também se quer e que é desordenada porque comporta um real que insiste e comparece. Ordem em que se cria ao se mobilizar a língua, ao se deixar ser tocado por ela e escutar uma surpresa, um equívoco. É desse lugar, do Outro, do tesouro, do desejo, que se cria. Cria-se desordem numa ordem, mantendo-a e desordenando-a. Se é meu dever manter a ordem, porque dela não escapo, é também meu prazer desordená-la porque nela escuto, deslizo, sou tocado.

Agradecimentos:

Este texto é resultado de estudos desenvolvidos durante o curso *Modelos de Análise Lingüística*, oferecido pelo professor Dr. Eduardo Guimarães, do programa de pós-graduação em lingüística da Unicamp, no primeiro semestre de 2002. A ele agradeço e também aos colegas do Projeto SEMASOMa, de que este trabalho é produto, especialmente à professora Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite, coordenadora da pesquisa.

MURCE FILHO, N. F. The unique language (dis)order. *Alfa*, São Paulo, v.48, n.1, p.119-133, 2004.

- *ABSTRACT:* This paper aims to discuss the object of linguistics based on Saussure's (1970) assumption according to which languages have their unique order. Accordingly, we focus our attention on how psychoanalysis contributes to the understanding of this issue, taking into account concepts such as subject, the Other, law, and desire.
- *KEYWORDS:* Linguistics; language; order; psychoanalysis; subject.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

BRITO, S.; FROMER, M.; GARIN, C. Desordem. Interprete: Titãs. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos bangelas*. Manaus: Warner Music Brasil, 1998. 1 CD. Faixa 4.

- DELESALLE, S.; CHEVALIER, J.C. *La linguistique, la grammaire et l'école*. Paris: Armand Colin, 1986.
- FREUD, S. O inconsciente. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 14, p.171-217.
- _____. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 21, p.73-148.
- GUIMARÃES, E. Para uma história dos estudos sobre a linguagem. *Linguase Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, n.8, p. 115-124, 2001.
- LACAN, J. *O Seminário*: livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- _____. *Le savoir du psychanalyste*: conférences à Sainte-Anne. Inédito, versão transcrita não autorizada, 1971-1972. Não publicado.
- LEITE, N. *Psicanálise e análise do discurso*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- _____. *Projeto língua materna em instância paterna*. Campinas: IEL/Unicamp, 1998. Mimeografado.
- LEITE, N. (Org.). A singularidade como questão. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.38, jan./jun., 2000. 137p.
- LEITE, N. (Org.). *Corpalinguagem*: gestos e afetos. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- LEMOS, C. de. *Inter-relações entre a lingüística e outras ciências*. Boletim da Abralín, Rio de Janeiro, v. 22, n. 20-23, p. 1-13, 1997. Mimeografado.
- MILNER, J. C. *L'amour de la langue*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- MOREAU, A. Apolo antigo: sombra e luz. In: BRUNEL, P. (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998a. p.72-78.
- MOREAU, A. Dionísio antigo, o inatingível. In: BRUNEL, P. (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998b. p. 239-248.
- MURCE FILHO, N. F. Corpo e escritura: uma reflexão sobre o papel do texto na escola. *Inter-Ação*, Goiânia, v.26, p.37-52, 2001.
- NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SILVEIRA, E. M. *A ordem própria da língua*: um desejo inconfesso. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1997.
- SOUSA, A. E. L. de. Compulsão à repetição. In: Kaufmann, P. (Org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise*: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. p. 448-453

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Adjetivos avaliativos, p. 49
Análise do discurso, p. 83
Aquisição de linguagem, p. 73
Autonomia, p. 99
Categorias, p. 49
Coordenação, p. 49
Crianças, p. 73
Cronótopo, p. 83
Dialogismo, p. 83
Ditongos, p. 29
Enunciação, p. 99
Estratégia de leitura, p. 61
Fonologia não-linear, p. 29
Hiatos, p. 29
Interface fonologia-morfologia, p. 9
Língua francesa, p. 61
Língua, p. 119
Linguística, p. 119
Literatura brasileira, p. 99
Metáforas, p. 73
Modificação, p.49
Morfologia não-concatenativa, p.9
Morfologia prosódica, p.9
Ordem, p. 119
Palavras desconhecidas, p.61
Poesia medieval galego-portuguesa, p. 29
Português arcaico, p. 29
Propaganda, p. 83
Psicanálise, p. 119
Sílaba, p. 29
Sujeito, p. 119
Trabalho reflexivo, p. 61
Tradução, p. 99

SUBJECT INDEX

- Advertising, p. 83
Ambissyllabicity, p. 29
Brazilian literature, p. 99
Categories, p. 49
Children, p. 73
Coordination, p. 49
Cronotopo, p. 83
Dialogism, p. 83
Diphthongs, p. 29
Discourse analysis, p. 83
Evaluating adjectives, p. 49
Grasping unknown words, p. 61
Hiatus, p. 29
Language acquisition, p. 73
Language, p. 119
Learning autonomy, p. 61
Lexical blends, p. 9
Linguistics, p. 119
Medieval Portuguese, p. 29
Metaphors, p. 73
Mise en mots activity, p. 73
Modification, p. 49
Non-concatenative morphology, p. 9
Non-linear phonology, p.29
Order, p. 119
Prosodic morphology, p. 9
Psychoanalysis, p. 119
Reading skills, p. 61
Reflexive learning, p. 61
Subject, p. 119
Syllable, p. 29
Translation, p. 99
Utterance act, p. 99

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHORS INDEX

CAMPOS, A. L. F. de, p. 83

DELRE, A., p. 71

GONÇALVES, C. A., p. 9

MARTINS, S. A., p. 61

MURCE FILHO, N. E., p. 119

PRIA, A. D., p. 49

ZAVAGLIA, A., p. 99

ZUCARELLI, F. E., p. 29

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A Alfa - Revista de Lingüística publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Título*, o *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, (*Título*, *Abstract*, *Keywords*), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial 3 cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de

30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias dos trabalhos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus da Lingüística*, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto,

à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliografia consultada** com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

· **Livros e outras monografias**
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

· **Capítulos de livros**
JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 47 - 66.

· **Dissertações e teses**
BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 256f. 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

· **Artigos e periódicos**
ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTE Unesp.*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

· **Trabalho de congresso ou similar (publicado)**
MARÍN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p. 114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo so-

bre nome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala..." Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas, no texto com mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (fonte 11) e sem aspas (NBR 10520 da ABNT de agosto de 2002).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras. As imagens deverão ser escaneadas em 300 dpi, no formato TIFF ou JPG, sempre em preto e branco. Versão impressa, em jato de tinta ou laser, deve ser remetida juntamente com o artigo. Não é preciso tratar a imagem. A legenda de cada ilustração deve ser colocada nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.